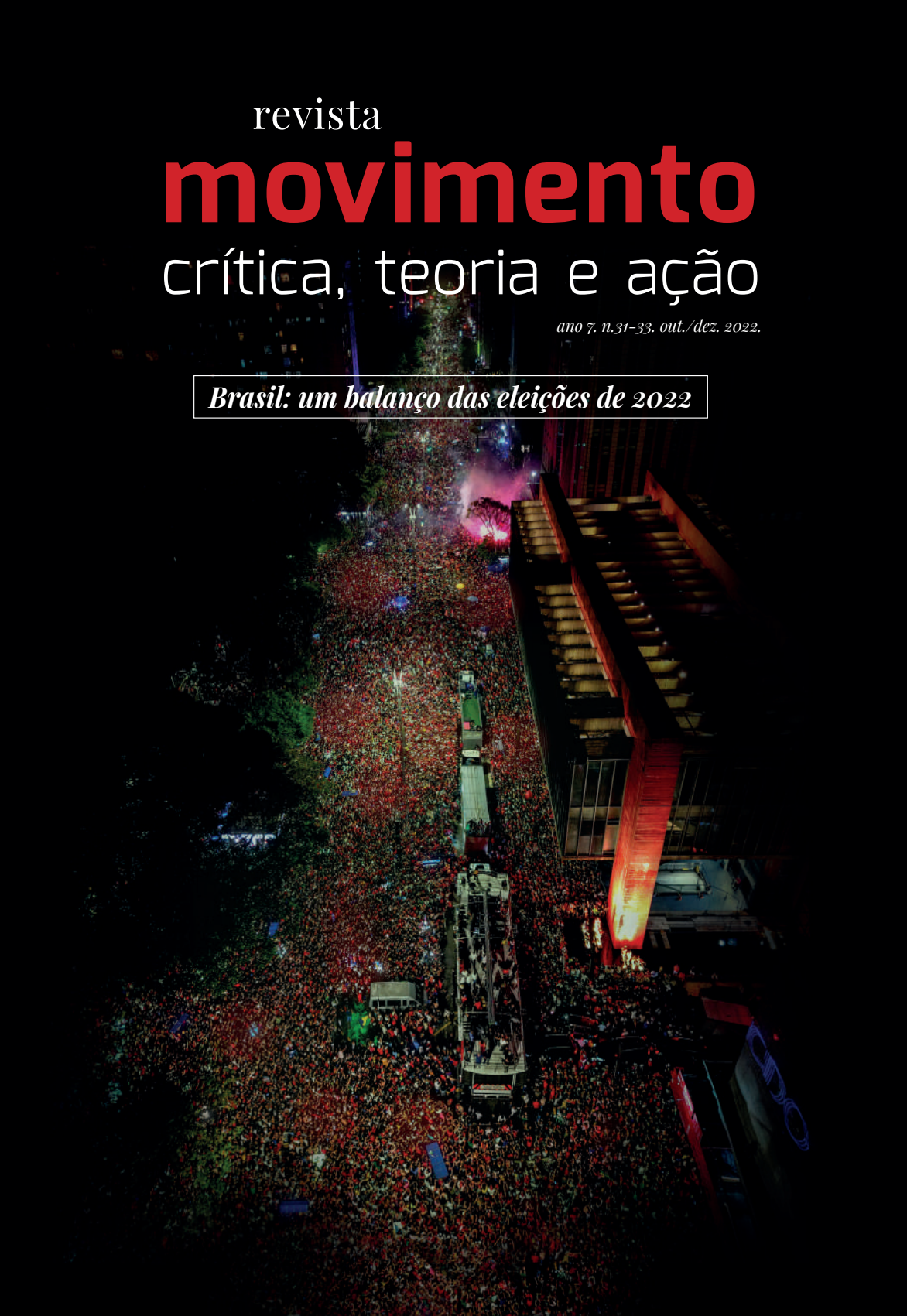


revista
movimento
crítica, teoria e ação

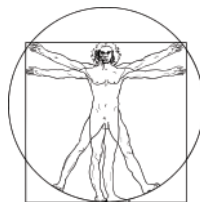
ano 7. n. 31-33. out./dez. 2022.

Brasil: um balanço das eleições de 2022



revista
movimento
crítica, teoria e ação

ano 7, n. 31-33, out./dez. 2022.



Editora
Movimento

Editores Etevaldo Teixeira
Roberto Robaina

Responsável Movimento Esquerda Socialista

Equipe editorial Bruno Magalhães, Israel Dutra,
Pedro Micussi e Thiago Aguiar

Projeto gráfico Adria Meira
Capa e diagramação Vittorio Audi Poletto

Periodicidade Mensal | 31ª, 32ª e 33ª edições.
Ano 2022.

Autores que contribuem nesta edição: Ana Laura Cardoso, Bruno Magalhães, Carolyn Hoyle, “Coletivo de ativistas socialistas da Ucrânia, Rússia, Polônia, Alemanha, Áustria e Suíça”, Executiva Nacional do MES/PSOL, Guilherme Montenegro, Jocelyn Hutton, Keith Brower Brown, Leandro Fontes, Lucy Harry, “Militantes socialistas da China e de Hong Kong”, Pedro Micussi, Pierre Rousset, “Referentes feministas internacionais em solidariedade às mulheres iranianas”, Rosa Luxemburgo, Secretariado Nacional do MES/PSOL e Súmate al Nuevo Perú.

Movimento : crítica, teoria e ação / Movimento Esquerda
Socialista. ano 7, v.1, n.31-33 (out.2022 - dez.2022).
Porto Alegre : Movimento, 2022.

Mensal.

ISSN 2448-1491

1. Marxismo Brasil. 2. Marxismo Mundo.
3. Socialismo. 4. Política Brasil. 5. Política
Internacional.

CDD 335.4

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Melchionna e Silva
CRB10/1813

Editora Movimento
Rua Bananal, 1679, Bairro Arquipélago
90090-010 - Porto Alegre-Rio Grande do Sul - Brasil

2022

Índice

Apresentação <i>Bruno Magalhães</i>	6
--	---

Brasil: um balanço das eleições de 2022

Notas iniciais sobre o resultado do 1º turno: voltar às ruas para vencer no dia 30 de outubro! <i>Secretariado Nacional do MES/PSOL</i>	10
A vitória de Lula foi um grande triunfo democrático contra o autoritarismo <i>Executiva Nacional do MES/PSOL</i>	21
O teto caiu! E nós com isso? Por um programa econômico da esquerda radical <i>Pedro Micussi</i>	35
A natureza do PSOL preservada. E a inocultável derrota de Boulos e companhia <i>Leandro Fontes</i>	43
Sobre a última reunião do Diretório Nacional do PSOL <i>Executiva Nacional do MES/PSOL</i>	48

Teoria

Uma questão de tática <i>Rosa Luxemburgo</i>	54
---	----

Internacional

Apoiar a Resistência Ucraniana e Enfraquecer o Capital Fóssil <i>Várias/os Autoras/es</i>	60
--	----

A construção pela base redefine a esquerda do Brasil <i>Keith Brower Brown</i>	78
20º Congresso do Partido Comunista Chinês: o ponto de inflexão <i>Pierre Rousset</i>	88
De Urumqi a Xangai: Exigências dos Socialistas Chineses e de Hong Kong <i>Militantes socialistas da China e de Hong Kong</i>	99
Manifesto feminista internacional em solidariedade às mulheres iranianas em luta <i>Várias Autoras</i>	104
O corredor da morte do Catar e a mão-de-obra migrante invisível considerada indigna de um processo justo <i>Lucy Harry, Carolyn Hoyle e Jocelyn Hutton</i>	108
A direita golpista conseguiu destituir Castillo: lutemos para que todo o Congresso se vá <i>Súmate al Nuevo Perú</i>	122
 Negritude do MES 	
Encontro do Movimento Negro do MES em SP: o avanço da organização de um polo negro socialista <i>Ana Laura Cardoso e Guilherme Montenegro</i>	126

Apresentação

Bruno Magalhães¹

Esta nova edição da Revista Movimento é a primeira publicada após a derrota de Bolsonaro nas eleições presidenciais. A vitória de Lula significou o sucesso de um amplo movimento democrático contra a extrema-direita no qual o PSOL teve papel protagonista e conquistou grande sucesso também nas eleições proporcionais nos estados. Sobre esta vitória, a Executiva Nacional do Movimento Esquerda Socialista (MES/PSOL) se pronunciou prontamente indicando as novas contradições e desafios no documento “A vitória de Lula foi um grande triunfo democrático contra o autoritarismo”, que mantém a continuidade com o documento de balanço do Secretariado Nacional do MES/PSOL, “Notas iniciais sobre o resultado do 1º turno: voltar às ruas para vencer no dia 30 de outubro!”, também publicado nesta edição.

Esta vitória abriu entre a militância do PSOL um novo cenário de debates, marcado principalmente pela polêmica sobre a postura do partido perante o novo governo, cujas propostas econômicas são debatidas no texto “O teto caiu! E nós com isso? Por um programa econômico da esquerda radical”, de Pedro Micussi. Nesse sentido, a vitória de uma posição principista no Diretório Nacional do PSOL contra a participação no governo representou uma importante afirmação do caráter do partido apesar da disputa de narrativas sobre o conteúdo de tal resolução, conforme explicitado por Leandro Fontes no artigo “A natureza do PSOL preservada. E a inocultável derrota de Boulos e companhia” e na nova declaração da Executiva Nacional do MES/PSOL em “Sobre a última reunião do Diretório Nacional do PSOL”.

¹ Historiador, editor da *Revista Movimento* e membro da Comissão Internacional do MES/PSOL.

Para aprofundarmos este debate, tantas vezes repetido entre a esquerda radical, publicamos também o texto de 1899 de Rosa Luxemburgo, “Uma questão de tática”, sobre a icônica entrada do socialista francês Alexandre Millerand no governo burguês do gabinete Waldeck-Rousseau que contava com o notório Marquês de Gallifet, dirigente da repressão à Comuna de Paris.

No cenário internacional, retomamos o tema da agressão russa à Ucrânia com o artigo “Apoiar a Resistência Ucraniana e Enfraquecer o Capital Fóssil”, de vários autores e autoras da Ucrânia, Rússia, Polônia e outros países polemizando com as posições vacilantes de parte significativa da esquerda europeia. Nesta seção publicamos também uma interessante análise do militante dos Socialistas Democráticos da América (DSA) Keith Brown sobre a organização de base da esquerda brasileira, escrito após a viagem de uma delegação do *caucus* Bread & Roses do DSA ao Brasil.

Além disso, publicamos também o interessante artigo “20º Congresso do Partido Comunista Chinês: o ponto de inflexão”, onde Pierre Rousset descreve as dinâmicas deste partido sob a liderança cada vez mais centralizada de Xi Jinping. Nesse mesmo contexto, o manifesto “De Urumqi a Xangai: Exigências dos Socialistas Chineses e de Hong Kong” expõe as pautas atuais compartilhadas pela oposição de esquerda ao regime autoritário chinês.

No Oriente Médio marcado pelo recente levante feminista no Irã e pela Copa do Mundo de futebol, publicamos o “Manifesto Feministas Internacional em Solidariedade às Mulheres Iranianas”, assinado por diversas referentes feministas internacionais, e o relatório de acadêmicos da Universidade de Oxford sobre a pena de morte no Catar contra trabalhadores imigrantes em “O corredor da morte do Catar e a mão-de-obra migrante invisível considerada indigna de um processo justo”.

Na América Latina, nos deparamos recentemente com o golpe parlamentar da direita reacionário contra o presidente Pedro Castillo e publicamos o documento “A direita golpista conseguiu destituir Castillo: Lutemos para que todo o Congresso se vá”, da organização trotskista peruana *Súmate al Nuevo Perú*. E por fim, refletindo os avanços e embates do movimento negro organizado brasileiro, compartilhamos a reflexão de Ana Laura Cardoso e Guilherme Montenegro sobre a organização da negritude do MES em “Encontro do Movimento Negro do MES em SP: o avanço da organização de um polo negro socialista”.

Boa leitura!

Brasil: um balanço das eleições de 2022

Notas iniciais sobre o resultado do 1º turno: voltar às ruas para vencer no dia 30 de outubro!

Secretariado Nacional do MES/PSOL

Lula venceu o primeiro turno com 48,4% dos votos (57.259,504) contra 43,2% de Bolsonaro (51.072,345), ou seja, uma vantagem de cerca de 6 milhões de votos. Entretanto, o que marcou o resultado – contrariando a expectativa criada por todas as pesquisas de opinião – foi a de que Bolsonaro se saiu muito melhor do que o previsto. Do ponto de vista de Lula, as pesquisas ficaram na margem de erro, faltando 1,6% para o petista vencer no primeiro turno, mas erraram quanto aos votos do atual presidente e, sobretudo, nas disputas estaduais aos governos e ao Senado.

O que explica, em alguns aspectos, o resultado presidencial é a migração de votos para Bolsonaro na última hora, uma espécie de voto útil reverso dos setores mais atrasados que estavam com Ciro e Simone; além de uma intensa mobilização dos bolsonaristas para o dia da votação, nas redes e nas ruas. Portanto, Bolsonaro já teve uma votação no primeiro turno que moveu o conjunto (quase) máximo de suas forças, por isso a importância de caracterizar bem o ocorrido. Lula vai precisar colar nos 4% de Simone e Ciro para consolidar a vitória, além da necessidade de impulsionar um forte movimento de rua, do qual falaremos adiante.

O fenômeno de contrariar as pesquisas já ocorreu em outras eleições envolvendo a ação da extrema direita, como com Trump nos Estados Unidos, o voto pelo Brexit no Reino Unido, entre outros.

O mapa eleitoral também mostra um país dividido. No Norte e no Nordeste, o cenário foi de vitória de Lula e seus candidatos;

de outro lado, no Centro-Oeste e no interior do país, a fortaleza do bolsonarismo o levou longe. Em capitais como São Paulo e Porto Alegre, dado fundamental, Lula venceu com votações importantes do PSOL no terreno Legislativo.

Estamos convictos de que as chances de Lula bater Bolsonaro são maiores do que o inverso. A diferença constituída e a alta taxa de rejeição de Bolsonaro colocam nas mãos do ativismo a responsabilidade de ir aos bairros, nas cidades do interior, nos grupos de Whataspp da família consolidar e angariar votos para Lula. A vitória não só é possível como é necessária. O apoio declarado na quarta-feira, dia 05 de outubro, tanto de Ciro como de Simone Tebet indica que há espaço para garantir a vitória no dia 30. Por essa hipótese nos jogamos.

A luta segue pelas próximas semanas e nossas conquistas eleitorais estarão a serviço da derrota eleitoral de Bolsonaro, decisiva para os próximos anos no país.

Semanas que valem anos

Diante desse cenário, mais do que qualquer outra tarefa, é preciso ampliar o esforço na base da sociedade, convocando e coordenando ações políticas e eleitorais que dialoguem com a maioria do povo que rechaça o governo de Bolsonaro. Para tanto, nossos resultados eleitorais servem de ponto de apoio para a ação da classe trabalhadora, da juventude, das mulheres, da negritude e do conjunto do povo pobre. Devemos articular uma frente antifascista para disputar no terreno, nas periferias, e entre a juventude, a força social mobilizada.

O primeiro turno foi marcado por certa apatia e pouca mobilização por parte da sociedade. Ao contrário de outras eleições passadas, não houve comoção e grandes concentrações sequer nas universidades, ainda que tenham ocorrido atos fortes em algumas cidades como Porto Alegre, Curitiba e Salvador, além de comícios nas zonas Sul e Leste de São Paulo.

No espírito do “vira voto”, conclamamos ao conjunto do ativismo, em especial ao eleitorado do PSOL, a ser a vanguarda voluntária nas atividades de expansão e disputa para garantir o esforço final para a eleição de Lula. Apenas nas ruas poderemos enfrentar e coibir qualquer escalada da violência política – que já teve lamentáveis episódios no primeiro turno – e a narrativa golpista do bolsonarismo em suas redes. Precisamos dialogar de forma aberta com o povo, debatendo temas concretos em relação à vida cotidiana. Esse é o desafio premente e imediato.

Onde a extrema direita se fortaleceu

Bolsonaro cresceu na reta final, como dito, apelando para todo esforço e, ainda assim, terá dificuldades para vencer Lula na segunda volta. Contudo, houve importantes vitórias da extrema direita, que queremos assinalar e compreender.

As mais relevantes foram as vitórias para o Senado, onde concorreram ex-ministros e figuras de proa do bolsonarismo, a começar pelo vice-presidente Hamilton Mourão (RS), Marcos Pontes (SP), Rogério Marinho (RN), Tereza Cristina (MS), entre outras figuras abjetas, eleitas com apoio de Bolsonaro, como Damares Alves (DF), Magno Malta (ES), Claitinho (MG), Seif (SC). No âmbito dos governos, também Bolsonaro teve vitórias importantes com Ibaneis Rocha (DF), Cláudio Castro (RJ) e Romeu Zema (MG), liquidando em primeiro turno disputas em estados estratégicos. Os bons resultados de Onyx Lorenzoni (RS) e Tarcísio de Freitas (SP) – contrariando as pesquisas – também ilustram o complexo quadro.

Esses resultados corroboram que há um movimento social de uma camada importante que vai desde setores da classe média que ganham entre dois e cinco salários mínimos e que se estende até a classe média mais abastada e a burguesia. Um movimento social que se move abaixo das superestruturas de comunicação e ou organização tradicional, que tem uma ideologia consolidada

de extrema direita (antifeminista, racista, anticientífica, anticomunista) muito semelhante à do trumpismo e dos demais movimentos de direita na Europa. Que tem seus próprios mecanismos, beneficiados pelo aparato estatal, com sua própria rede de comunicação que espalha suas verdades paralelas (os chamados “fatos alternativos” de Steve Bannon, ex-conselheiro de Trump).

Na classe média mais pobre, esse movimento é altamente arregimentado pelas igrejas evangélicas. Esse movimento fundamentalista mostrou grande capacidade de mobilização no 7 de Setembro e se manteve vivo em todas as atividades de campanha do candidato. Essa mobilização foi, sem dúvida, contagiante, impregnando esse setor social de forma silenciosa, de tal maneira que o fenômeno não apareceu nas pesquisas com essa magnitude.

Não podemos defini-lo como um movimento fascista, pois não enfrenta situações de ofensiva revolucionária dos trabalhadores, como foi com o fascismo europeu nas décadas de 1920 e 1930. Mas este movimento contém todos os seus elementos potenciais, que podem ser desdobrados de outra forma neste período em que vivemos, ou melhor, já está se desdobrando como um neofascismo. Eles se tornam cada vez mais reacionários à medida que renovam seu mandato, e isso acontecerá no Brasil se Bolsonaro vencer.

Nossa eleição

O PSOL experimentou um importante crescimento eleitoral, superando a cláusula de barreira e se colocando entre os mais votados de cidades e Estados importantes. Crescemos em bancada, chegando a 12 cadeiras na Câmara dos Deputados, como partido, e 14 em nossa federação. O PSOL teve mais votos que o PSDB e o PDT, consolidando-se como segunda força à esquerda e apresentando novas figuras protagonistas das pautas centrais que ganharam força nos últimos anos. É, mais do que isso, um

partido que segue – por enquanto, como alternativa minoritária – apesar do rumo adaptacionista pelo qual a direção vem optando. O PSOL continua mantendo personalidade e perfil próprios.

A sigla ainda elegeu 22 deputados estaduais, e o Movimento Esquerda Socialista (MES) teve importantes vitórias dentro desse contexto. Em primeiro lugar, por ser parte do PSOL e do combate sem tréguas ao bolsonarismo. Tivemos renovada a nossa bancada federal com Sâmia Bomfim (226 mil votos), em SP, e Fernanda Melchionna (200 mil), no RS, eleitas; com sete deputados estaduais, onde entramos com Luciana Genro (111 mil votos) no RS, Mônica das Pretas (106 mil) em SP; e Professor Josemar (28 mil), no RJ; e Fábio Felix (51 mil), no DF.

Vivi Reis ampliou muito sua votação em relação a 2018, saltando para mais de 53 mil votos e sendo a mais votada do partido no Pará; com uma campanha combativa, que mobilizou a juventude a negritude e mulheres. infelizmente, fruto dos desgastes da própria direção da sigla no Estado, não conseguimos renovar a cadeira que o PSOL Pará tinha até hoje na Câmara Federal.

Damos como exemplo o fato de o PSOL ser o partido mais votado em Porto Alegre, com Luciana Genro como porta-voz, sendo a segunda deputada mais votada do Estado, e Fernanda fazendo uma votação recorde, apesar do fortalecimento dos conservadores; que Fábio foi o distrital mais votado da história do DF; que Sâmia conseguiu 226 mil votos com eleição “orgânica”, na disputa mais concorrida do país, com nomes muito interessantes e com elementos fenomênicos; e que Josemar e as Pretas são um salto para a corrente, sobretudo para a negritude e para o trabalho de base entre a periferia.

O PSOL obteve quase 4 milhões de votos, totalizando 3,57% para deputado federal em todo país, ficando à frente de partidos como Podemos, PDT e PSDB. Vale destacar a votação de Boulos, chegando a mais de um milhão de votos, segundo deputado mais votado do país; como citamos, foi o partido mais votado em Por-

to Alegre, somando quase 20% dos votos válidos; e o fato de ter tido deputados entre os mais votados no Rio e no DF.

O MES deve apostar prioritariamente em incentivar a construção de lideranças mulheres e da negritude. Esse fato já é parte do crescimento da corrente e do seu balanço eleitoral. Como não limitamos nossa atuação às lutas pelos direitos civis, sendo partidários dos interesses universais do proletariado, não tornamos esse critério como absoluto, logicamente. Mas é um critério fundamental para nossa construção e que deve ser fortalecido por refletir uma questão estrutural da formação social da classe trabalhadora brasileira e ser parte do desenvolvimento da consciência de centenas de milhares e, até, de alguns milhões que apostam nessa construção. Esses setores – ainda que não tenham uma consciência anticapitalista nem defendam um programa revolucionário, alcançaram a consciência da importância da defesa da luta das mulheres e da negritude.

As causas antimachistas e antirracistas levadas às suas últimas consequências fazem desmoronar o sistema do capital, já que o capitalismo se estrutura sob a opressão às mulheres e à negritude, e devem ser assinaladas como causas determinantes para a defesa universal dos interesses do proletariado e como parte essencial de nosso programa. E esse ponto de nosso programa está se encontrando com uma consciência de massas embrionária, que deve ser fortalecida e disputada numa perspectiva socialista.

Nesse sentido, vale destacar a eleição de Josemar a deputado estadual do Rio de Janeiro. É um dos poucos líderes negros do PSOL, o único homem negro dos deputados eleitos que mora na periferia, na poderosa e convulsiva São Gonçalo. Seus 28 mil votos logo podem se transformar em apoio muito superior à sua figura, assim que for conhecido em sua nova condição, não se limitando a vereador da cidade. Num Estado em que Freixo sofreu uma derrota acachapante, depois de um giro oportunista tão pro-

fundo quanto sua queda, talvez se abra uma brecha maior para a construção de novas lideranças. A fase das lideranças brancas e de classe média sem formação marxista precisa ser superada.

Em São Paulo, os mais de 100 mil votos dados para a candidatura de Monica Seixas, das Pretas, reeleita agora em um formato de mandato com outras seis mulheres negras, periféricas (Ana Laura, Rose, Leticia, Pollyana, Najara e Karina), entram em sintonia com o papel estratégico do mandato de Luana Alves na capital.

Fabio Felix, também reconhecido pelas causas LGBT e da negritude, entrou para a história do DF como o deputado distrital mais votado, com quase 52 mil votos, multiplicando por quatro a votação de 2018. Um salto para o PSOL e para o MES na capital do país.

Essas eleições também contaram com diversos militantes do MES na disputa de cargos majoritários, como na candidatura da Professora Ângela ao governo do Paraná; Karol Chaves, no Tocantins; Danniel Moraes, no Rio Grande do Norte; na disputa ao Senado em Minas Gerais com Sara Azevedo (onde logramos mais de cem mil votos); no Maranhão, com Antonia Cariongo; em Alagoas, com Mário Agra; no Rio Grande do Norte, com Freitas; e no Paraná com Laerson Matias. Já no Rio Grande do Sul, travamos uma disputa na campanha do mandato coletivo para o Senado, com Olívio Dutra (PT) e Roberto Robaina (PSOL), lutando contra Mourão, além de Pedro Ruas como vice do petista Edegar Pretto, que por cerca de 2 mil votos não passaram para o segundo turno.

Vale registrar, também, candidatos que apoiamos e/ou são parte do campo de esquerda do PSOL, com vitórias importantes, como a de Glauber Braga, no Rio de Janeiro; Renato Rosseno, no Ceará; Hilton, na Bahia; e Camila Valadão, no Espírito Santo.

Saudamos as bancadas eleitas do PSOL. Federal, além de Fernanda e Samia, teremos Boulos, Erika Hilton, Sônia Guajajara e

Luiza Erundina por SP; Tarcísio Motta, Taliria Petrone, Chico Alencar, Glauber e Henrique Vieira, pelo Rio; Célia Xakriabá, por Minas Gerais. No âmbito estadual, além dos deputados do MES, foram eleitos Livia (PA), Linda (SE), Hilton (BA), Camila (ES), Dani (PE), Max (DF), Bella (MG), Matheus (RS), Giannazi, Bancada Feminista, Ediane e Gui Cortez (SP), Renato (CE), Renata Souza, Flavio, Dani Monteiro e Yuri (RJ) e Marquito (SC).

A polarização se expressou nas bancadas

O PT e o PL cresceram no âmbito Legislativo, enquanto o chamado “centrão” manteve seus postos. Foi uma eleição marcada pela contradição de um fundo eleitoral bilionário e por uma participação menor da sociedade, como já citado. Importante registrar alguns elementos mais gerais do quadro: o crescimento da negritude em novas expressões parlamentares, nas quais o PSOL é um dos agentes principais, ainda que não o único; a eleição de mulheres trans como resposta à LGBTQfobia renitente dos bolsonaristas (Erika, Duda e Linda Brasil); a eleição de quadros do MST, com dois deputados nacionais e quatro estaduais; a entrada de lideranças indígenas, como Sônia Guajajara (SP) e Célia Xakriabá (MG)

A extrema direita elegeu os seus, com Carla Zambelli, Eduardo Bolsonaro e Eduardo Pazuello e Ricardo Salles, todos do PL, como estrelas do bolsonarismo na Câmara dos Deputados. Houve, ainda, delegados e policiais surfando no discurso agressivo.

O PSDB teve sua pior eleição, ficando fora do segundo turno em SP, caindo de 22 para 13 deputados federais, anunciando um capítulo a mais no seu esgotamento como projeto principal da burguesia liberal brasileira. Como ilustração, fica a derrota, depois de inúmeros mandatos, de José Serra, além da dificuldade da disputa onde a sigla disputa segundo turno. É importante notar que partidos importantes não atingiram a cláusula de barreira. Agremiações significativas como PTB, Solidariedade, PROS

e Novo tiveram menos votos que a federação PSOL/REDE, demonstrando a força do partido

O papel de Lula e do PT

A campanha de Lula não conseguiu mobilizar tanto os militantes quanto os bolsonaristas fizeram, durante o primeiro turno, e sobretudo no 7 de Setembro. Como dissemos, houve atos importantes de rua, mas não foi a tônica da primeira etapa da campanha. O PT conseguiu eleger 68 deputados federais, chegando próximo do PL como maior bancada, mas distante do seu auge, em 2002, quando teve 81 federais eleitos. Em 2022, o partido venceu importantes estados do Nordeste, com Rafael Fonteles (PI) e Fátima Bezerra, reeleita no RN. O partido ainda logrou derrotar Ciro Gomes (PDT) no Ceará, que elegeu o governador Elmano Freitas (PT). Restam, em segundo turno, as disputas pelos governos de SP, SC, BA e SE, após ver aliados ganharem no Pará, Amapá, Maranhão, já no primeiro turno.

Entretanto, diante de uma situação de passividade geral e falta de mobilizações de massa, o PT não consegue, por si só, mobilizar amplos setores – também por seu burocratismo e enfraquecimento do aparato sindical. Lula também oscilou. Teve bons momentos, como no Programa do Ratinho, onde conseguiu ter naturalidade para atacar Bolsonaro, o debate da Globo, mas vacilou em momentos nos quais o “já ganhou” desarmou o combate necessário contra o bolsonarismo.

Desde o início da campanha, Lula se apresentou como um salvador da Nova República. Por isso, ganhou apoio de importantes representantes do capitalismo (notadamente Henrique Meirelles), mas o crescimento de Bolsonaro colocou mais dúvidas e mais exigências. Afinal, se ganha pelo voto, não por um golpe. Não é o caso, necessariamente, de o grande empresariado rejeitar Bolsonaro, até porque sua política neoliberal está garantida sem a instabilidade política que seria gerada por um golpe. Mas como

o grande capital internacional prefere Lula, a tendência da alta burguesia ainda segue sendo negociar com o petista. Entretanto, uma parte importante da base social burguesa que esteve com Bolsonaro saiu fortalecida, sobretudo com a vitória de Tarcísio em SP.

Uma orientação para lutar e vencer no dia 30

Dentro desse quadro complexo, do qual deveremos fazer uma extensa avaliação e debater com profundidade a situação política – a começar pelo plano internacional – nossa orientação é resoluta: ir para a rua com amplitude e combatividade para assegurar a vitória de Lula no dia 30. Somar forças em todos os tipos de iniciativas para que isso possa se concretizar.

Há uma consciência mediada no movimento de massas, ainda capazes de comentar, lamentar, mas que não produz fortes reações contrárias. Denuncia a brutalidade reacionária, racista, misógina, anticomunista, mas não gera grandes mobilizações. Isso mudaria se houvesse um golpe, mas essa não parece ser a perspectiva mais provável.

Temos que nos colocar na vanguarda: encorajar novos espíritos a surgir para continuar a campanha, ganhar as ruas a partir de amanhã; sair e conversar com as pessoas sem medo, sem complexos, sem esperar apenas reuniões de cúpula.

O desafio é de um voto contra o fascismo. Para isso, todo o apoio é bem-vindo, deve ser buscado e saudado. Não fazemos isso buscando cargos no governo. Ao contrário. Nosso partido nasceu para ser uma esquerda independente e nós defendemos que assim siga. Não podemos apenas comentar nossos resultados. Eles são bons em um contexto em que há o perigo de um maior avanço da onda reacionária que se aprofundará se Bolsonaro vencer. E isso pode ser evitado.

O PSOL deve aproveitar o capital político acumulado para atuar de forma unitária. Como importante referência da esquer-

da radical, o partido precisa estar na linha de frente contra a extrema direita nesse segundo turno, dando um exemplo de mobilização que colabore na derrota do bolsonarismo e fazendo com que seja visto como alternativa de construção para os amplos setores que buscam uma esquerda coerente, tanto no combate antifascista como na luta contra o neoliberalismo.

Apostamos na força do povo e estaremos empenhados em mutirões nos territórios, buscando ganhar a vanguarda social para o PSOL, realizando também uma ampla campanha de filiações.

Até o final da semana, avançaremos em propostas de como avançar mais na atividade unificada do MES, com todos seus instrumentos, para a luta eleitoral. O destino dos próximos anos se joga agora, e a militância do MES não faltará ao encontro.

A vitória de Lula foi um grande triunfo democrático contra o autoritarismo¹

Executiva Nacional do MES/PSOL

A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas eleições brasileiras de 2022 foi o principal triunfo democrático desde a queda do regime militar (1964-1985). As comemorações tomaram conta do país, na noite de domingo (30/10), remontando às melhores tradições de luta do povo brasileiro. Foram centenas de milhares nas ruas, com epicentro na Avenida Paulista, tomada de conjunto; as cenas emocionantes da abertura de um colégio para a votação na Bahia, onde centenas de pessoas esperavam o momento de votar em Lula, com entusiasmo e confiança, também expressaram esse sentimento.

Foi uma vitória de caráter democrático e de teor popular. Uma vitória apertadíssima, difícil, com apenas 2,3 milhões de votos de diferença, uma margem de menos de 2%, algo inédito em qualquer disputa presidencial. Inédita também foi a derrota de um presidente em exercício postulando-se à reeleição. Também foi o maior índice de votos absolutos da história em Lula, com mais de 60,3 milhões. O país viveu sua maior polarização.

Foi uma vitória que recordou as quase 700 mil vítimas oficiais da pandemia – um trauma terrível que passou à história do país e que marcou a situação e a própria campanha. Recordou a destruição do país e da Amazônia; recordou os que sofreram com a crueldade do governo, os que entraram no mapa da fome, os mortos pela brutalidade, direta ou indireta, das ações do governo, como o jovem Genivaldo, morto asfixiado pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), comandada pela escória do bolsonarismo.

Lula, que vinha de uma prisão arbitrada sem o devido processo legal e fora retirado da disputa em 2018, enfrentou o atual

¹ Originalmente publicada em 3 de novembro de 2022.

presidente, Jair Bolsonaro (PL), sob um contexto político nunca visto na Nova República. Bolsonaro colocou a máquina pública a serviço de sua reeleição de modo criminoso e com o apoio da maioria do Congresso Nacional. Conseguiu aprovar medida provisória para liberar R\$ 27 bilhões de Auxílio Brasil às vésperas das eleições, movimentou pelo menos R\$ 48 bilhões na Caixa Federal, o principal banco público do país, em benefícios sociais e crédito para mulheres no período que antecedeu o pleito, num evidente estelionato eleitoral com o propósito de impulsionar a própria popularidade nos setores em que Lula registra maior adesão orgânica. Baixou a força o preço dos combustíveis e distribuiu verbas via orçamento secreto, que, resumidamente, é a utilização de recurso público por parlamentares sem que haja transparência sobre a aplicação desse dinheiro.

Além da apropriação do dinheiro público para sua reeleição, Bolsonaro montou uma máquina gigantesca de produção e disseminação de fake news em escala industrial, usando as igrejas evangélicas como tribunas para ampliar ainda mais a força de suas narrativas nas redes sociais, ambiente fundamental na disputa por votos, onde a eficácia bolsonarista é reconhecidamente maior do que a de grupos de esquerda. São quase 60 milhões de seguidores de Bolsonaro contra 25 milhões de Lula, considerando apenas os perfis dos dois candidatos à Presidência no Facebook, Instagram, YouTube, Twitter e TikTok, de acordo com um levantamento da CNN Brasil. Lançou mão de diversas manobras, inclusive a utilização da PRF para cercear o direito do povo ao voto em regiões em que o PT é mais votado, como o Nordeste, e assédio eleitoral em inúmeros locais de trabalho, onde os patrões bolsonaristas tentaram disciplinar o voto da classe trabalhadora. Segundo dados do Ministério Público do Trabalho, foram mais de 2.400 denúncias desse tipo de assédio e tentativas de manipulação do voto popular.

Foi uma guerra suja e ampla

Havia enorme expectativa de vitória entre a direita. Eis que se deu um tombo histórico, desmoralizador para os bolsonaristas, mesmo que, no caminho dessa disputa, estivessem elementos que tornavam essa queda mais provável do que a manutenção do atual governo, representante da extrema direita no Brasil que abarcou extremistas, antipetistas, oportunistas e aventureiros na onda do ascenso direitista no mundo.

A vitória de Lula se deve a uma conjunção de fatores: I) a resistência organizada durante os quatros anos de governo, que uniu setores democráticos importantes, a força da juventude e das mulheres que na sua maioria estiveram contra Bolsonaro, a luta do povo – como o movimento tsunami da educação, a luta antirracista e antifascista, a luta pela ciência e pelo direito à vacina, com setores do aparelho de Estado, as mídias não ligadas ao bolsonarismo, tendo como carro-chefe a Rede Globo, em menor medida a Folha de S. Paulo, setores da cultura, da arte; mesmo assim, vale dizer que o PT – por sua estratégia – canalizou a resistência para o terreno eleitoral, esvaziando o Fora Bolsonaro! nas ruas, por sua parte, o movimento de massas também não teve uma irrupção massiva; (II) a divisão da burguesia como expressão da divisão da sociedade foi o que garantiu a possibilidade de vitória eleitoral da oposição, mesmo com Bolsonaro tendo a máquina na mão; (III) uma divisão burguesa no âmbito internacional, em que a derrota de Trump foi o começo da derrota do projeto bolsonarista, e um setor do imperialismo, como o Partido Democrata, Biden e o Imperialismo Europeu, indicou que não aceitariam qualquer aventura golpista e apoiaram Lula; (IV) o peso da liderança de Lula, única capaz de derrotar Bolsonaro, fruto do acúmulo de sua trajetória como principal líder operário do país, da memória das melhorias parciais em seus governos e da enorme identidade popular que ele é capaz de estabelecer em amplas massas;(V) da vitória no nordeste, que foi decisiva, e não

apenas no “nordeste territorial”, mas na enorme força da “nação nordestina” espalhada pelo país, enraizada nos setores da classe, tal qual o próprio Lula, nos grandes centros urbanos, que luta com força contra a xenofobia, o preconceito e o atraso das elites brasileiras; (VI) o bom desempenho nas capitais e a vitória em cidades estratégicas, como Porto Alegre e a capital São Paulo, mesmo em estados onde Bolsonaro venceu.

Sobre a relação de forças

A definição correta é de um triunfo importante e democrático em meio a uma situação ainda defensiva. Um triunfo que enterrou a tentativa de Bolsonaro de se perpetuar no poder, dividindo seus aliados do “centrão” e outros que começam a abandonar o barco, mas ainda incapaz de destruir as forças neofascistas que nucleiam o projeto bolsonarista.

É uma situação diferente daquela de 2003. Existe uma extrema direita forte, a consciência anticapitalista está mais fraca, mas há, nesta divisão da burguesia e na politização que o enfrentamento entre dois polos políticos produziu, espaço para criar uma vanguarda com consciência de classe e exigir do governo mais mecanismos democráticos de participação popular.

Lula evidentemente fará uma gestão ainda mais liberal do que em 2002, quando o PSOL foi fundado a partir da ruptura de parlamentares que não se diluíram no chamado bloco de esquerda que assistia inerte às ações do governo engendradas pela burguesia. Mas a situação agora é outra. Entender isso é fundamental para pensar como chegamos até aqui. O Brasil é outro, o mundo é outro, e a relação entre as classes sociais também mudou.

A ultradireita não foi esmagada. Bolsonaro teve uma votação alta, além das posições acumuladas no primeiro turno, como uma bancada parlamentar significativa. Sustenta importantes posições de força (no Exército, nas polícias e nos governos), com uma base social sólida. Bolsonaro foi eleito como um fenômeno,

combinando um outsider diante da crise política, a decisão de um setor da burguesia de golpear o PT e a crescente articulação da extrema direita no mundo. O que levou, como reforçamos num dos primeiros documentos, a um governo com traços de improviso e, mesmo a partir do próprio líder, Bolsonaro, de despreparo.

Evidentemente que a desqualificação era sabida desde sempre, mas foi preciso que ela se traduzisse em ataques do governo aos interesses de parte da burguesia (ou em incompetência do governo para gerenciá-los) para que esse setor da sociedade começasse a atuar para freá-lo. Setores progressistas neoliberais, como define Nancy Fraser – incluindo aí Rede Globo –, que não pactuam com o obscurantismo, não atacam a ciência, a cultura, nem querem impor um modo de vida e liquidar as liberdades democráticas – ainda que defendam uma política econômica liberal – formataram o caminho para a derrota de Bolsonaro. Seguiram os passos de grupos da burguesia progressista neoliberal pelo mundo, em relação aos projetos autoritários ou neofascistas – ou como se queira defini-los – como a oposição que alguns setores burgueses norte-americanos fizeram a Donald Trump nos Estados Unidos. O fracasso de Trump precedeu a derrocada de Bolsonaro e, em muitos pontos e com algumas nuances, assemelham-se. A própria derrota de Trump esvaziou o respaldo internacional a Bolsonaro. Lá, como aqui, a divisão da burguesia foi fundamental para derrubar eleitoralmente do governo o projeto neofascista e garantir que o resultado eleitoral fosse respeitado, naturalmente com focos de confusão e violência como é praxe entre a massa de apoiadores da extrema direita.

Nesse pântano de crise capitalista, cujo desenvolvimento estável fica cada vez mais difícil, Lula foi escolhido também por esta parcela da burguesia para defender seus interesses. Por que Lula? Porque à burguesia liberal, sobrepõe-se outra crise, a de representatividade. Não há outra liderança que reúna capacidade de mobilização popular e gerência dos interesses burgueses atu-

almente no Brasil se não Lula. O PSDB esfacelou-se – ou ao menos respira por aparelhos – e o MDB há um bom tempo perdeu o protagonismo no chamado Centrão. Essa é a expressão brasileira do que chamamos de “crise orgânica”, ou quando há uma ruptura entre os interesses imediatos da classe e seus representantes diretos, apelando para fórmulas híbridas ou inusitadas.

Então, naturalmente, recorre-se ao PT, que aceitou realizar governos de colaboração de classes desde sua primeira experiência nacional, no governo Lula em 2002, e que soube se adaptar às exigências que a reconstrução da Nova República impunha. A burguesia progressista neoliberal do mundo reconhece Lula como um competente gerenciador dessa política, basta observar a quase euforia com que alguns chefes de Estado receberam sua vitória sobre Bolsonaro. O presidente da França, Emmanuel Macron, minutos depois da confirmação do resultado, foi um dos primeiros a cumprimentar Lula. Divulgou até vídeo nas redes sociais em que mostra o momento das congratulações. Joe Biden, presidente dos EUA, enviou parabéns via nota oficial da Casa Branca e se disse “ansioso” para trabalhar junto a Lula.

O reconhecimento da vitória de Lula é internacional, e a pauta das relações exteriores é um ponto-chave na agenda do presidente eleito, em razão dos acordos internacionais, da proteção da Amazônia e do papel estratégico da América Latina para a economia mundial. Por isso, a política internacional deverá ser ainda mais debatida no MES, considerando, sobretudo, os desafios que o novo governo brasileiro terá pela frente. O debate internacional volta ao centro da tela – tanto pelo papel da extrema direita no mundo quanto pelo fato de que as cinco principais economias latino-americanas – Brasil, México, Argentina, Colômbia e Chile – serão governados pelo dito progressismo. E, diferentemente da onda dos anos 2000, esse novo progressismo é menos radical e menos anti-imperialista. Isso se relaciona com o giro que deu a Venezue-

la (pós-Chávez) para uma visão autoritária, da qual a ditadura de Ortega na Nicarágua é a máxima expressão de degeneração.

As mobilizações massivas depois do resultado das urnas no Brasil mostraram uma parte da população celebrando com alívio, em catarse pós-trauma imposto pelo bolsonarismo. Nas ruas, viu-se um setor social que despertou para o perigo da extrema direita e que se politizou e se radicalizou por trás das bandeiras da defesa das liberdades, da igualdade social, do ambiente, da defesa da educação e contra o discurso de ódio do bolsonarismo, que representa a barbárie. Houve uma mudança no estado de espírito do país que não sabemos até onde vai, mas é um clima novo em que nossas ideias podem muito bem ser acolhidas. Na outra ponta, o antipetismo mostrou resistência, mas já sem o apoio necessário para avançar num projeto golpista, visto que a burguesia que está com Lula se organizou para proteger bem as instituições da democracia burguesa.

Por trás do triunfo democrático, há dois aspectos. Um deles são os setores burgueses que querem o retorno à normalidade institucional e que rejeitam a extrema direita. O outro são os setores explorados que veem em Lula a possibilidade de recuperar melhores condições de vida. Os setores burgueses, os partidos de centro e o chamado “centrão”, que é fisiologicamente institucional (que já reconheceu a vitória), negociarão seu peso no parlamento com o objetivo de manter privilégios e cargos. Por sua vez, a burguesia vai pressionar para que o governo Lula seja uma continuação dos planos liberais com algumas concessões assistenciais necessárias. Por outro lado, foi um movimento político eleitoral que, contraditória e necessariamente, levantou demandas sociais progressistas. Ele levantou melhorias sociais do governo anterior e propôs uma série de medidas progressivas no campo salarial, reivindicações femininas, moradia, saúde e educação. Apoiou de maneira tênue os elementos de uma reforma tributária que taxava as grandes fortunas. Isso é o que o povo aspira.

Com a posse do novo governo, duas contradições vão se desdobrar em meio à crise econômica que o mundo vive e que também atinge o país. A ação da extrema direita, embora derrotada nas urnas, é forte. Tem 14 governos estaduais e representação pesada no parlamento ligada a setores expressivos como evangélicos e agronegócio. Por outro lado, estão os setores explorados e oprimidos que querem que Lula cumpra as promessas de campanha. O governo ficará comprimido entre essas duas forças em meio a uma situação que não é a do início do século, com o vento da economia mundial soprando a seu favor. O choque das contradições é inevitável, e ainda não podemos saber qual será seu ritmo. Quanto tempo vai durar a lua de mel? Tampouco podemos saber exatamente até onde o governo cumprirá suas promessas e como o plano econômico será delineado. Mas temos de esperar um pouco e ver a composição do governo e seus primeiros movimentos.

Enfrentar a extrema direita, sem tréguas

Bolsonaro deve, aos poucos, esvaziar-se, mas de forma momentânea, não em perspectiva. E o bolsonarismo segue. Seu líder demonstra certa impotência diante do resultado das urnas, mas está longe de ter sido aniquilado. Ganhou mais votos do que na eleição anterior, conta com o apoio e a disposição da parte mais reacionária da burguesia (inclusive da que financiou o bloqueio de estradas pelo país tão logo saiu o resultado das eleições) e conseguiu eleger um corpo alinhado a sua política no Congresso Nacional. Assim que, o ponto central da política do MES/PSOL será derrotar a extrema direita. Não há como levar adiante um processo anticapitalista sem enfrentar a extrema direita.

A extrema direita tem uma base de massas – num setor social que rechaça a democracia burguesa e defende abertamente um golpe de estado/ditadura militar. Durante os últimos dias, houve um acirramento por parte de um setor mais golpista, li-

gado ao agronegócio e ao núcleo duro da extrema direita, que já havia levantado a cabeça em setembro de 2021, contando com a colaboração de setores do aparelho de Estado, notadamente a PRF, mas que ficou longe de produzir o “capitólio brasileiro”. Outro setor, com Lira e Ciro Nogueira, já começou a negociar a transição. Bolsonaro deu declarações breves, orientando acabar com os bloqueios. Sua maior preocupação agora – pelo que corre na imprensa em Brasília – é ter uma acomodação junto ao PL, esticar a corda para negociar em melhores termos seu futuro político, para não ser preso e continuar sendo o líder da oposição de extrema direita, com seu clã.

O lugar do PSOL

Na batalha para derrotar o neofascismo e eleger Lula, fizeram a diferença as lideranças e a militância do PSOL, que se postularam como uma voz forte contra o projeto neofascista de Bolsonaro e reforçaram as trincheiras de movimentos sociais para defender os interesses do povo. O resultado da eleição demonstrou o crescimento do PSOL e localizou o partido à frente da luta contra o bolsonarismo, ainda que não esteja estruturado o suficiente para ser uma alternativa de poder.

No PSOL, haverá evidentemente uma discussão acerca do novo governo. Nossa posição é pela independência do Partido em relação ao governo – defendê-lo contra a extrema direita e seus métodos contrarrevolucionários, mas não integrá-lo.

Para clarificar os passos para essa tarefa frente no novo governo, é válido retomar as circunstâncias de fundação do PSOL e compará-las ao atual momento, destacando as contradições que estão postas, as carências programáticas do PSOL e os seus desafios.

Em 2003, o centro era afirmar a necessidade de construir uma alternativa anticapitalista sobre a frustração causada com o rápido giro de Lula para direita, representada cabalmente com

a votação da Reforma da Previdência, denunciando o caráter do governo para dar forma a uma alternativa à esquerda do PT e do espectro político nacional, que pudesse se tornar viável e com certa influência em setores de massa. Hoje, o desafio é encarnar as enormes demandas programáticas que aparecem na sociedade brasileira, enfrentando a extrema direita e construindo um polo na sociedade com uma perspectiva anticapitalista, que lute para alterar a relação de forças para que esse projeto possa se realizar.

Assim, é necessário mobilizar pelas demandas mais sentidas e por demandas estruturais que o país necessita. Integrar o governo, por outro lado, significaria o PSOL aceitar o papel de gerente dos interesses do capital. Esta é, portanto, uma posição de princípio. Ademais, para lutar, a melhor posição é estar nas casamatas da sociedade civil, não no aparelho estatal governamental. É necessário ter a liberdade de crítica e a independência organizativa, que já temos, mas também a liberdade política, que uma integração no governo limitaria pela necessidade de disciplina de comando.

O PSOL existe e cresceu muito nas eleições. Sai muito bem-visto pela ampla vanguarda que esteve nas últimas ações de rua e com respeito e prestígio entre os setores sociais que votaram em Lula. Nesse cenário, o MES tem de filiar e organizar. Nossa tarefa política é demandar que o governo Lula leve adiante a agenda prometida e faça dela uma ferramenta para fortalecer-se frente à extrema direita e para resolver os problemas mais urgentes do povo pobre do país, Nem adesismo, nem ultimatismo. Temos de evitar cair nesses extremos na reivindicação desses pontos.

Ao mesmo tempo, nossa política precisa dialogar com o sentimento antirregime que alimentou o bolsonarismo, pois a mera defesa da institucionalidade será o papel do governo. Um discurso de subversão em defesa das necessidades do povo é parte fundamental da construção de uma esquerda revolucionária. Exemplo disso é não fazer coro à condenação pura e simples

do método de bloqueio de estradas. Nossas oposições a essas mobilizações são pelo seu conteúdo golpista, pela sua recusa em aceitar a vontade da maioria do povo expressa nas urnas, pela sua defesa de intervenção militar.

Nosso papel será avançar com a politização dos setores que estão nas ruas, que condenam a extrema direita e que depositam esperança em uma vida melhor. São milhões, entre jovens, mulheres, a classe trabalhadora, a negritude, os povos ribeirinhos e indígenas, os pequenos comerciantes, profissionais liberais, comunidade LGBTQIA+, funcionários públicos e as camadas mais sentidas do povo.

Temos de buscar enraizar também entre setores que são disputados pelo bolsonarismo, como baixas patentes das forças de segurança, polícias militares e civis, forças armadas, bombeiros, vigilantes privados; a classe operária mais atrasada dos polos industriais do país; os trabalhadores de aplicativos e, no futuro, até com os caminhoneiros. Importante ressaltar que, no Rio Grande do Sul, Luciana Genro foi a deputada mais votada pelos praças da Polícia Militar, pois esteve ao lado deles na luta pela carreira e na denúncia dos desmandos dos comandantes, e que Glauber tem um importante apoio dos sargentos do Exército. Isto é parte da luta fundamental para impedir que Bolsonaro consolide uma base popular.

Nossa orientação será fortalecer o MES e buscar dialogar com o PSOL de conjunto para apresentar uma saída programática do país. Estaremos na vanguarda da luta para que medidas econômicas e sociais aprovadas nas urnas sejam efetivadas. O PSOL tem de ser vanguarda no impulsionamento da luta por melhores salários dos trabalhadores, emprego, moradia e terra. A política econômica que a burguesia liberal exige de Lula, e que, tudo indica, será levada adiante pelo governo, tem o ajuste fiscal como um dos seus pontos, o que dificulta, quando não impede, alguns destes compromissos. Além disso, algumas das medidas apro-

vadas nas urnas se chocam com os interesses burgueses que não querem pagar pela saída da crise. Mais um motivo para se lutar por tais medidas, necessárias para melhorar a vida do povo e mobilizar numa perspectiva que fortaleça as organizações da classe trabalhadora que estiverem envolvidas nelas. Algumas destas medidas são as que seguem.

- 1) Reajuste do salário mínimo acima da inflação
 - 2) Auxílio emergencial de R\$ 600 mais os R\$ 150 por criança de até 6 anos, reajustado anualmente, no mínimo, pela inflação
 - 3) Isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil
 - 4) Renegociação das dívidas das pessoas que estão no Serasa (no caso devemos defender a anulação do pagamento para as famílias pobres e de classe média)
 - 5) Taxação sobre as grandes fortunas e imposto sobre lucros e dividendos
 - 6) Fim do teto de gastos
 - 7) Salário igual para trabalhos iguais entre homens e mulheres com fiscalização efetiva
 - 8) Combate à corrupção, fortalecimento dos mecanismos de investigação e punição dos corruptos, fortalecimento das instituições que têm a função de fiscalizar, como a Polícia Federal, e ampla transparência por meio do fim dos sigilos de 100 anos impostos por Bolsonaro
 - 9) Revisão da Reforma Trabalhista, que precarizou o emprego e retirou direitos
 - 10) Fortalecimento das universidades públicas, com políticas de acesso de permanência dos estudantes de baixa renda
 - 11) Reestruturação do IBAMA e ICMBio, além da retomada das operações contra as agressões à Amazônia
 - 12) Reconstrução da Funai e resgate das ações contra o garimpo em terras Indígenas, em geral e nas Yanomamis, em particular.
- Ademais, acreditamos que é necessário defendermos uma medida que não foi apresentada por Lula na campanha, mas

que é necessária para que o país não continue dominado pelos banqueiros e especuladores: a auditoria da dívida pública, para a sociedade saber o que é legal e o que não é na dívida, cujo pagamento tem drenado as riquezas do Estado para uma ínfima minoria privilegiada. A ligação com o CADTM vai ajudar a explorar os debates acerca dessa demanda.

Em nosso programa deve ser prioridade também as medidas democráticas, dada a natureza do triunfo eleitoral. A conquista democrática de impedir a reeleição de Bolsonaro deve se consolidar com medidas. A primeira delas é a quebra do sigilo dos 100 anos e a investigação dos crimes cometidos pelo governo, especificamente pelo próprio presidente. É evidente que a punição mais apropriada é a prisão de Jair Bolsonaro. ‘Nem esquecimento, nem perdão’ deve ser nossa bandeira. Investigação e punição para Bolsonaro e os criminosos. Foi a impunidade dos crimes da ditadura um dos elementos que compuseram o surgimento e o fortalecimento desta vertente política expressa por Bolsonaro, que defende torturadores, golpes e violência política. Nada de impunidade!

Nossos desafios são enormes. Apostar na formação de quadros e no enraizamento junto às organizações juvenis e de classe e aos movimentos sociais são fundamentais para resgatar a necessidade associativa, disputar o avanço da consciência e preparar ações de autodefesa.

Como política imediata, defendemos que o PSOL encampe uma campanha para a punição de todos os responsáveis pela obstrução das estradas e chamados golpistas, sejam os setores ligados ao financiamento ou execução desses atos antidemocráticos. Que isso também envolva, na campanha, a investigação e a punição dos empresários ligados ao assédio eleitoral no segundo turno, que, com um excelente trabalho no MPT, chegou-se a mais de 2 mil denúncias.

O PSOL está diante de novos desafios históricos, confiamos no povo brasileiro, que acaba de obter uma vitória “suada”, tal

qual muitas batalhas de nosso povo. Com essa força, seguimos para defender nossas propostas anticapitalistas, construindo um polo independente que lute para esmagar os neofascistas e colocar Bolsonaro no seu devido lugar: a lata do lixo da história, fazendo jus a sua condição de genocida.

O teto caiu! E nós com isso? Por um programa econômico da esquerda radical¹

Pedro Micussi²

Em meio às recentes discussões abertas da equipe que, em 1 de janeiro de 2003, comporá o novo Governo Lula, um ponto que tomou espaço destacado na agenda política nacional foi o debate relativo à economia. Com as tratativas envolvendo a PEC de Transição, o futuro do Teto de Gastos e o que vem sendo chamado de nova regra fiscal, discute-se a partir de agora o sentido do programa econômico do próximo governo que, pelo menos desde o início da campanha eleitoral, havia sido bem pouco detalhado. Com efeito, se o que se discute se disputa, o que vemos hoje estabelecido no debate público brasileiro é basicamente um embate a respeito onde será colocada a pedra fundamental da política econômica do terceiro mandato de Lula.

Se aprovada a PEC da Transição, o país assistirá ao fim *de jure* do Teto de Gastos, política que já havia terminado *de facto* no meio do governo Bolsonaro. Cai, assim, uma das balizas fundamentais da política macroeconômica brasileira que, desde 2016, define que o conjunto das despesas do governo federal de um ano para o outro podem aumentar apenas de acordo com a inflação, impondo importantes limitações ao governo na condução da política econômica, uma vez que condiciona qualquer aumento de gastos do governo em determinada área à redução, em igual montante, em outra. Com isso, economistas, mídia, partidos e o “mercado” debatem o que deverá ser colocado em seu lugar, isto é, qual a nova regra que vai ditar os rumos da política fiscal e

¹ O autor agradece a Julia Maia, apresentadora do podcast *Em Movimento*, pelas perguntas levantadas no âmbito do episódio n. 65 do programa que suscitaram a redação deste artigo. Maia não tem, entretanto, qualquer responsabilidade em relação ao temperamento dos apontamentos ou ao tempero das críticas contidas no texto.

² Mestre em Sociologia (USP).

econômica do Brasil a partir do ano que vem. A pergunta que se coloca é: no meio de tudo isso, o que pensa e propõe a esquerda radical brasileira?

Diz o velho e correto dito militante que quem não sabe contra quem luta não pode vencer. A isso, poderíamos acrescentar que tampouco pode ganhar quem não sabe *pelo que* luta.

O que pensamos os marxistas sobre a economia brasileira?

No momento fundamental em que PSOL decide se participará ou não do novo governo Lula, concedendo seus quadros à administração federal, parece também imprescindível discutir o que o partido entende a respeito da política econômica que deverá ser implementada ao longo dos próximos quatro anos. Afinal, o que fazer? Quais são nossas posições?

Peço a licença para realizar um exercício hipotético absurdo: imaginemos que, ao invés de Fernando Haddad, Lula, em um lampejo de esquerdismo, decidisse convidar, para o comando do Ministério da Fazenda, um membro do PSOL. Neste caso, a leitora ou o leitor saberia dizer qual seria a política adotada pelo futuro ministro?

Embora o partido possua importantes consensos referentes, por exemplo, à taxação das grandes fortunas, a auditoria da dívida, ou ao fim da autonomia do Banco Central, me parece que temas fundamentais a respeito de condução da economia nacional são ainda apenas timidamente debatidos no interior do PSOL. Isso limita, a meu ver, sua capacidade de intervenção no debate público brasileiro.

Para além dos debates referentes à política fiscal (deve haver um limite para o gasto e o endividamento público?), é possível elencar uma série de temas importantes em matéria de política econômica, na ordem do dia do debate acadêmico e político nacional e internacional, com os quais o partido poderia e deveria avançar sua compreensão. Qual é, por exemplo, nossa posição a

respeito da reforma tributária? O Brasil deveria adotar políticas de promoção e estímulo ao setor industrial (um partido socialista deve apoiar políticas de incentivo à reindustrialização do país que eventualmente beneficiem o empresariado nacional)? Devemos apoiar iniciativas de financiamento do Tesouro pelo Banco Central (imprimir dinheiro), tal como defende a Teoria Monetária Moderna? Um aumento da taxa de juros é justificado no caso de um aumento substancial da inflação? Os salários dos trabalhadores podem e devem ser reajustados acima da trajetória de aumento da produtividade da economia nacional?

Ao contrário de outras áreas, como, no caso de políticas referentes à Saúde e Educação, por exemplo, esferas nas quais o partido vem avançando e desenvolvendo importante acúmulo há anos, a economia, embora velha conhecida dos marxistas, parece, curiosamente, ter escapado do centro de nossas elaborações. É necessário resgatar essa tradição.

Por um programa econômico da esquerda radical para o Brasil

Alguém poderia argumentar, com razão, que a própria forma como a política nacional vem sendo ditada desde ao menos o começo da campanha eleitoral não tem ajudado no debate programático em geral, e econômico, em particular, na medida em que os próprios candidatos e os principais agentes da cena política brasileira – salvo em raros momentos, e com a notória exceção do candidato *Ciro Gomes* –, não avançaram no sentido de explicitar suas principais bandeiras para a economia nacional.

Nesse sentido, poderíamos pensar que se as principais peças do tabuleiro brasileiro não estão se posicionando sobre o tema, e se *Lula* e o *PT* não estiveram propriamente preocupados em detalhar suas propostas, por que a esquerda radical, ainda minoritária e com menos chances objetivas de ditar os rumos dessa política deveria estar? Entendo haver duas razões importantes

para isso: a primeira diz respeito ao futuro da própria política econômica no país; a segunda se refere ao futuro da esquerda radical ela mesmo.

Em primeiro lugar, entendo que um programa econômico elaborado no seio da esquerda radical brasileira poderia contribuir ao debate estabelecido hoje no Brasil a respeito do futuro da política econômica no país ao definir o que seriam as linhas mestras de uma política econômica popular. Isso mesmo acreditando que, a exemplo do que declarou recentemente a deputada federal Sâmia Bomfim a respeito da legalização do aborto³, não devemos conservar ilusões a respeito da capacidade do próximo governo Lula fazer avançar pautas progressistas. Assim, se da perspectiva de sua relação com a esquerda radical, o novo governo vai estar longe de dar prioridade ao avanço de pautas caras à agenda feminista, o que diríamos então em relação a uma agenda, como a econômica, que se encontra ainda apenas preliminarmente definida em nosso campo?

Dessa forma, entendo que esforços na direção da construção de uma agenda explícita da esquerda para a economia poderiam contribuir para a disputa da política econômica na medida em que estabeleçam um conjunto claro de reivindicações e propostas progressistas para a serem defendidas no debate público. Assim como entendemos que a melhor forma de combater a extrema-direita é fortalecendo a esquerda radical, e não enfraquecendo-a, entendo que um excelente antídoto às políticas econômicas neoliberais pode ser o fortalecimento de políticas econômicas radicalmente populares que dialoguem com as demandas populares e demonstrem que sim, existem alternativas.

Aqui, vale reforçar que não entendemos a tarefa da construção de um programa econômico da esquerda radical como uma espécie de exercício de uma economia de gabinete por parte do partido ou seus grupos políticos. Da mesma forma que nos lem-

³ <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/12/e-ilusao-achar-que-lula-vai-pautar-flexibilizacao-da-lei-do-aborto-diz-samia-bomfim.shtml>

brava o brilhante economista Plínio de Arruda Sampaio Jr., e como sabem todos os militantes dignos deste nome, o programa do partido socialista, em seu capítulo econômico inclusive, não se constrói desconectado das lutas objetivas que se desenrolam no presente. Ao contrário, este é feito em contato e diálogo direto com elas. Com efeito, as lutas, no Brasil, estão por toda parte.

Há, por exemplo, um gigantesco descontentamento com o que foi, o sentido da política econômica adotada por Jair Bolsonaro e seu ministro da Economia Paulo Guedes. Parece claro que a própria vitória de Lula nas eleições passadas em muito se deveu ao desastre que o Governo Bolsonaro promoveu em termos de gestão econômica – no que os índices assombrosos de insegurança alimentar, por exemplo, não nos deixam mentir. Parece haver um sentimento difuso no interior da sociedade brasileira, um bom senso popular, sobre o *que deve* e o *que não deve ser* a política econômica adotada pelo governo federal. E digo difuso por duas razões: em primeiro, por ser uma insatisfação muito difundida e, em segundo, por ter contornos ainda pouco nítidos.

Assim, à semelhança do trabalho de um terapeuta que ajuda a nomear algum desejo não explícito de seu paciente, entendo que a esquerda, ao avançar na definição de um programa radical de política econômica para o país, teria muito a contribuir ao dar contornos para o que poderia ser a saída da crise em que nos encontramos. Nesse caso, da mesma forma que a identificação do desejo não se dá nem apenas pelo trabalho do terapeuta, nem apenas pelo esforço do paciente, mas a partir de um movimento que acontece *na relação* que se estabelece entre os dois, talvez o partido da esquerda radical pudesse contribuir ao ajudar a definir (ou nomear) um programa econômico que expresse os desejos e anseios da população brasileira, insatisfeita com o rumo que a economia do país tomou ao longo dos últimos anos.

Por um lado, se não nos vale a teoria sem prática, como diz o bê-á-bá do marxismo, também não caberia a um técnico, um

economista ou um dirigente partidário, querer ditar, a partir de suas próprias preconcepções, o que se trata este programa econômico radical. Por outro, é justamente para escaparmos de uma prática cega que entendermos ser necessário o desenvolvimento e a estruturação de um programa econômico e explícito da esquerda brasileira para o país.

Dito isso, fica mais fácil explicar a segunda razão, mencionada acima, pela qual entendo que a esquerda deveria avançar suas ideias no sentido da defesa de um programa explícito de política econômica. Esse exercício contribuiria para o fortalecimento de um polo de esquerda radical na medida em que a delimitação desse programa sublinharia, por contraste, as diferenças entre nós e eles. Entre, por exemplo, nosso projeto de país e o executado pelo governo de plantão. Em outras palavras, a delimitação das ideias da esquerda radical para a economia nos serviria para nos afirmar enquanto própria esquerda, distanciando-nos, no âmbito programático, mas também, como decorrência, na prática política, de programas econômicos conservadores executados de forma mais ou menos explícitos.

Dessa forma, de um lado, serviria para o fortalecimento de um polo que repeliaria e repudiaria as tomadas de decisão antipopulares em política econômica. De outro, ao buscar oferecer uma saída à crise em que se atola o país, a definição programática também serviria como um polo magnético de atração de novos simpatizantes, ativistas, ou eleitores, difusamente insatisfeitos, potencialmente simpáticos às nossas bandeiras.

Então, como que a partir do resultado dessa engenharia magnética, poderia servir como espécie de bússola aos membros do partido nos momentos de enfrentamento em disputas nessa área. Uma agenda econômica um pouco mais clara e definida poderia ajudar em muito a forma como o partido, seus militantes, parlamentares e os movimentos sociais a ele ligados se posicionam ao longo dos próximos anos que virão.

Além disso, a definição explícita de um programa econômico poderia contribuir a que a esquerda radical brasileira avance, desde as críticas de denúncia, em direção a um discurso propositivo, se valendo da potência que a imaginação e as utopias concretas podem ter na atuação política cotidiana. As armas da crítica têm, sem margem a dúvidas, sido bem utilizadas pela esquerda brasileira. Não são poucas as iniciativas de denúncia do sistema econômico nacional, tanto no sentido das mazelas que provoca tanto na medida em que busca explicitar os agentes e as classes sociais que dele se beneficiam. A campanha de Luciana Genro à presidência de 2014, por exemplo, foi exemplar nesse sentido, tendo sido talvez um marco na política brasileira contemporânea a esse respeito. Também o foram as recentes diferentes denúncias às inúmeras ofensivas de Guedes e Bolsonaro contra o povo brasileiro. Isso, entretanto, já não nos basta. Para disputar o futuro é preciso imaginar o futuro.

A política deles e a nossa: a importância do MES e do PSOL

O PSOL e o MES podem cumprir um papel importante na definição deste programa. O PSOL, enquanto principal partido da esquerda radical brasileira, tem sido o local natural de reunião e aglutinação da esquerda radical brasileira, uma tradição importante que precisa ser mantida. Dada a nova conjuntura política nacional, manter-se como um polo da esquerda anticapitalista ao lulismo passa, se as ideias principais contidas neste texto não estiverem de todo equivocadas, pela definição dos contornos do que é a *nossa* política econômica em oposição à deles. O partido pode cumprir ser excelente papel sendo o lócus principal de vocalização deste programa.

À época dos debates a respeito do programa de economia do PSOL para a candidatura à presidência de Guilherme Boulos em 2018, muitos militantes do partido se incomodaram com a forma como a responsável pela área, uma renomada economista

de perfil heterodoxo com pouquíssima relação prévia com o partido, interagiu com a discussão. A especialista trazia à discussão problemas de política econômica que que poderiam vir a ser enfrentados caso fosse eleito o governo psolista que, de tão “pragmáticos”, soavam absolutamente irrealistas no interior de uma campanha que teria, finalmente, apenas 0,58% dos votos no primeiro turno. Parecia tensionar-se, no interior daquelas discussões, um polo que defendia as pautas econômicas mais justas possíveis, e um polo que pendia para a defesa das pautas entendidas como viáveis. Na ocasião, o MES se colocou acertadamente como uma força em defesa de um programa radical que fosse capaz de levar ao conjunto da população brasileira propostas econômicas opostas à austeridade que já se impunha no país.⁴ A manutenção dessa postura é fundamental.

Mais recentemente, em documento publicado em junho deste ano, a Coordenação Nacional do MES levantava pontos para um programa da esquerda radical.⁵ Trata-se, de um pontapé inicial importantíssimo que engloba, entre outros a: Taxação de grandes fortunas; Auditoria da dívida pública; Fim da PPI na Petrobras; Fim da autonomia do BC; Anistia às famílias endividadas; e a Reforma agrária. Quanto mais conseguirmos avançar nessas propostas, mais prontos estaremos para intervir no debate e na política nacional.

O desenvolvimento de um programa econômico da esquerda radical é incontornável. Só com ele seremos capazes de recuperar o mapa de navegação no oceano da economia política brasileira, formidável país no qual acadêmicos escrevem livros sobre dialética marxista no outono para irem comandar o Ministério da Fazenda acalmar o “mercado” e replicar o tripé na primavera.

4 A respeito das discussões do programa econômico da candidatura de Guilherme Boulos em 2018 e a posição de nossa corrente, cf. <https://movimentorevista.com.br/2018/07/um-programa-para-o-brasil-contra-o-jugo-do-capital-financieiro-e-a-sangria-da-divida/>

5 Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2022/06/derrotar-agora-bolsonaro-nas-urnas-preparar-o-enfrentamento-na-defesa-dos-interesses-da-maioria-social/>.

A natureza do PSOL preservada. E a inocultável derrota de Boulos e companhia

Leandro Fontes¹

Não há dúvidas que o PSOL se encontrava numa encruzilhada, uma vez que estava colocada a hipótese do partido ingressar com cargos no governo Lula, posição sustentada pelas correntes Revolução Solidária de Boulos e pela Primavera Socialista de Juliano Medeiros. Quer dizer, nada mais e nada menos do que organizações de proa do campo majoritário do partido. Porém, a resolução aprovada, mesmo com seus limites oriundos da relação de forças interna, é um triunfo contundente daquelas e daqueles correligionários da estratégia vinculada com a independência do PSOL.

Portanto, não deixa de ser patética a tentativa de narrativa de que “Grupo de Boulos vence disputa no PSOL, e partido apoiará o governo Lula”, conforme expressava notícia que circulou em grupos do partido e em redes sociais. Ora, em primeiro lugar, não havia no debate interno a possibilidade do PSOL se declarar oposição ao governo que ajudou a eleger na disputa contra Bolsonaro. Em segundo, como aquele que defendia abertamente o ingresso no governo com cargos e lugar de comando em ministérios venceu sendo que a resolução determinante do Diretório Nacional do partido expressa textualmente o oposto? De tal forma, a posição manifestada: “o PSOL não terá cargos na gestão que se inicia” (resolução, 17/12/2022) é objetiva, logo, traduz que a vitória política foi do campo que teve Sâmia Bomfim, como porta-voz pública da linha da independência.

Embora haja um contorno de compromissos com o novo governo, em grande medida justificáveis frente ao avanço inconteste da extrema-direita golpista e da tragédia do governo Bolsona-

¹ Professor de Geografia, membro da Coordenação Nacional do MES/PSOL e da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco.

ro, no fundamental o partido não perdeu sua natureza. Assim sendo, o PSOL que não irá apoiar a reeleição de Arthur Lyra para a presidência da Câmara Federal, posição distinta do bloco parlamentar dirigido pelo PT, decidiu não entrar formalmente no governo. Essa decisão enterra a linha expressada por Luiz Araújo e Boulos de que “o terceiro governo Lula estava em disputa e, para tanto, era preciso assumir cargos no governo para disputá-lo para à esquerda”.

Isto é, está claro que as correntes neorreformistas do partido, Primavera Socialista e Revolução Solidária, que estavam ávidas para se incorporarem na poderosa máquina do governo federal, não tiveram força política para manter o chamado campo Semente sob sua hegemonia, que corretamente se colocou contrário a política de assumir cargos. Logo, a saída para Boulos e a Primavera Socialista foi recuar e negociar uma resolução contendo “mediações” (também defendidas em parte pelo campo Semente), que não incluía, evidentemente, o eixo estrutural de sua política: o de composição com cargos. Por outro lado, a ala que encabeçou a linha da independência, com responsabilidade real no partido e votos na instância de decisão, não podia abrir margem para três ou mais resoluções que ameaçasse a orientação fundamental: que o PSOL não iria assumir cargos no governo. Desse modo, por 53 votos a seis, com uma abstenção, a resolução do Diretório Nacional aparenta “acomodar” posições, mas, sua essência, de não composição de cargos, corresponde ao um não à política encabeçada por Boulos.

Portanto, a resolução possível no Diretório Nacional não é algo menor. Mas, alguns podem dizer: “para além da especificidade de Sônia Guajajara, essa resolução abre caminho de exceções para que filiados possam assumir cargos, tendo somente que se licenciar de instâncias de direção do partido”. Entretanto, é preciso ter outro olhar para essa resolução, um olhar que Boulos e Juliano Medeiros, baluartes do PSOL na equipe de transição

de Lula, não conseguiram aprovar sua política de composição. De tal maneira, em meio à carnificina da partilha dos ministérios, o PSOL, ou melhor, a ala adesista do partido, perdeu muita força na caneta de Lula.

O próprio Juliano Medeiros, presidente nacional do partido, em declaração para O Globo (18/12/2022), disse que “o PSOL não vai indicar ministros”. Na mesma matéria do jornal foram ouvidas três parlamentares do MES, a líder da bancada federal psolista, Sâmia Bomfim declarou: “A resolução é taxativa e não diz que não pedirá, diz que não terá cargos. Então ela não autoriza Boulos”. Já Mônica Seixas, deputada estadual de São Paulo, “afirmou que o resultado da votação é uma vitória sobre a proposta defendida pelo deputado federal Guilherme Boulos e pelo presidente Juliano Medeiros, principais entusiastas da participação da legenda no governo”. De forma, Mônica declarou: “O Boulos e Juliano sempre defenderam indicar cargos em ministérios e no segundo escalão. Seu bloco no interior do PSOL não concordou. E, portanto, se estabeleceu uma negociação que o resultado é a resolução. Por fim, a deputada federal gaúcha, Fernanda Melchionna disse ao Globo que “não precisamos de cargos para defender medidas a favor do povo. Por outro lado, nossa independência é fundamental para enfrentar a extrema-direita e o centrão”.

A matéria do Globo baliza a configuração da polarização interna do partido e joga luzes sobre a divisão política do campo “PSOL de Todas as Lutas” (PSOL Popular e Semente). O que traduz que no PSOL existe vida para além dos interesses particulares e de camarilhas burocráticas presas ao aparelho partidário e aos cargos nas superestruturas. Todavia, a resolução do Diretório Nacional foi a melhor possível dentro da correlação de forças interna, contendo, sobretudo, a não adesão a ministérios e a cargos no governo. E esse é o fator político determinante e estratégico para o futuro do partido.

Além disso, está nítido que o novo governo terá limites para atender as pautas imediatas da classe trabalhadora e da maioria do povo. Por outro lado, haverá dentro do governo uma forte tendência para que os *modus operandis* da economia continuem, em essência, privilegiando os grandes capitalistas, os bancos, o agronegócio e os ricos. Por isso, entre outros pontos, foi um grande acerto o PSOL não assumir cargos no governo claramente burguês e de reconciliação pelo alto da Nova República. Entretanto, é papel do PSOL estar na primeira fila daquelas e daqueles que seguiram no enfrentamento contra fascismo bolsonarista, exigindo punição aos seus crimes, e na defesa de um plano de emergências para o país (emprego, salário, moradia, comida mais barata, socorro às universidades e ao ensino básico, defesa da Amazônia e dos povos originários, das mulheres, da negritude e da população LGBTQIA+), destruído por Bolsonaro e seus aliados. Para tanto, o PSOL estará de modo independente apoiando todas as medidas e proposições que fortaleçam essa orientação, atuando nas bases das estruturas da sociedade e no parlamento.

Portanto, distinto do que afirma textualmente organizações políticas que respeitamos, embora sectárias e esquerdistas, como o PSTU, o MRT e figuras que circulam em espaços de opinião como Nildo Ouriques, o PSOL, enquanto um projeto anticapitalista e alternativo à hegemonia lulopetista, segue vivo, em construção e em disputa. Ou seja, o PSOL continua sendo um lugar privilegiado para os marxistas revolucionários se agruparem no Brasil e desenvolverem um projeto comum, avançando para uma direção política de ação e comprometida com as causas dos trabalhadores, tendo como horizonte a estratégia do socialismo. Contudo, o caminho é árduo e exige tenacidade, os obstáculos externos e internos não são pequenos, porém, fora do PSOL há exemplos de dificuldade de romper com a marginalidade política (caso do PSTU, MRT e do PCB e UP, os dois últimos de matriz stalinista) ou o da adaptação ao regime burguês escolhida cons-

cientemente pelo PT. Por isso, o PSOL segue necessário e disputar seu rumo é tarefa do dia.

Sobre a última reunião do Diretório Nacional do PSOL

Executiva Nacional do MES/PSOL

Na última reunião de seu Diretório Nacional, o PSOL aprovou por ampla maioria não fazer parte do novo governo, isto é, não ter cargos no terceiro mandato de Lula. Ao mesmo tempo, uma segunda resolução aprovada orienta que a bancada psolista seja base do governo – o que não é a mesma coisa que fazer parte do bloco parlamentar, comandado pelo PT no Congresso.

O PSOL definiu um limite entre apoiar as medidas progressistas e bloquear as tentativas golpistas da extrema direita, preservando o direito de se opor a pautas que atacam os direitos dos trabalhadores e do povo. De tal forma, a resolução define que o PSOL terá autonomia, independência, para decidir por si próprio sobre o que terá seu apoio ou sua oposição.

O PSOL se consolidou como o segundo maior partido da esquerda brasileira tendo em seu interior distintos agrupamentos que reivindicam o marxismo, revolucionários e reformistas, e deu um sinal contundente de que segue obedecendo seus princípios. As diferenças internas, que se tornaram um debate público nas páginas dos principais jornais do país, não necessariamente ofuscam os méritos e o potencial do partido. Pelo contrário, o PSOL demonstrou, mais uma vez, que é um partido vivo no qual os debates produzem divergências, mas também convergências. Um partido que não é monolítico e que não tem blocos cristalizados. Não é à toa que na polêmica sobre cargos no governo, o campo majoritário, denominado PSOL de Todas as Lutas (que reúne os blocos partidários PSOL Popular e PSOL Semente) se dividiu, possibilitando, junto com a esquerda partidária, uma maioria política contrária a posição adesista ao PT encabeçada pelo futuro deputado federal Guilherme Boulos e

por Juliano Medeiros, presidente do partido.

A polêmica pública foi polarizada entre aqueles que defendiam a independência do PSOL como princípio e aqueles que defendiam a entrada no governo. Nesse embate, não há dúvidas de que a posição em defesa da independência triunfou. O deputado federal eleito Guilherme Boulos, um dos maiores defensores da adesão ao governo, em entrevista ao jornal Globo (19/12/2022) declarou que a “resolução diz que o PSOL não pleiteará nem terá cargos”. Logo depois, na mesma entrevista, Boulos dá fim às especulações sobre a participação em algum possível ministério e destaca: “Sou deputado federal eleito e vou exercer meu mandato na Câmara”. Mesmo a narrativa “triumfalista” da ala adesista ao governo sobre a resolução do Diretório não pode ocultar o central: o PSOL não participará do governo Lula e os filiados que porventura o façam não falarão em nome do partido.

Contudo, é preciso reconhecer um ponto manifestado pela ala adesista: a resolução conserva elementos de mediação. O texto não contém em seu conteúdo a formulação definitiva que o MES defendia enquanto deliberação. De tal modo, a resolução costurada entre as principais forças do partido e que foi aprovada por 53 votos contra 6, com uma abstenção, corresponde à relação de forças no interior do partido. Contudo, esses limites da resolução aprovada não ofuscam o fundamental que foi preservado: a natureza do PSOL.

Por isso, o compromisso do PSOL com Lula não é um cheque em branco, comprovado pela não adesão da bancada federal no apoio à reeleição de Lira e pela resolução de não ingresso no governo. Porém, o partido não irá virar as costas para a situação concreta do país, devastado por quatro anos de Bolsonaro – tendo, nesse momento, uma corrente neofascista com peso em setores de massa e que aposta em métodos de mobilização e de enfrentamento físico contra a esquerda. Nesse caso, nossa prioridade deve ser o

enfrentamento sem tréguas ao bolsonarismo, que foi derrotado na eleição presidencial, mas saiu fortalecido nas eleições estaduais e com importante musculatura social representada pelos atos golpistas que sucederam a vitória de Lula.

A hipótese do desenvolvimento da extrema direita não está descartada e sua tática permanente será a de desestabilização e de derrubada do novo governo, ainda que os setores fisiológicos que compuseram a gestão Bolsonaro já estejam se aproximando da nova concertação lulista em sua Frente Ampla. Essa é a mesma tática que testemunhamos hoje em países como o Chile e o Peru. De tal maneira, a tarefa dos socialistas é combater a extrema direita e defender o governo Lula de todos os ataques que representem um retrocesso reacionário ao país mas, ao mesmo tempo, sem nunca vacilar na defesa de melhorias na condição de vida dos trabalhadores e da maioria do povo.

Essa é uma necessidade imediata para o país que voltou ao mapa da fome, que vê a Amazônia sendo violentamente atacada e que está com as universidades públicas em colapso. Portanto, o PSOL não vacilará na defesa das medidas progressistas do governo Lula, mas também não vacilará frente a nenhum ataque do novo governo contra a classe trabalhadora. Logo, o compromisso maior do PSOL é com os trabalhadores e trabalhadoras, na luta por emprego, salário, moradia, contra a carestia, pelo financiamento à educação do ensino básico às universidades, pela defesa da Amazônia e dos povos originários, das mulheres, da negritude e da população LGBTQIA+.

O PSOL seguirá com independência e plena liberdade para criticar e combater todas as medidas que vão na contramão da melhoria das condições de vida do povo. Paralelamente a isso, entendemos que é papel do PSOL fazer a disputa ideológica da sociedade, ponto crucial que o PT abandonou para cumprir a função de gerente do capitalismo brasileiro durante seus anos de governo.

É importante notar que outros partidos e organizações radicais da esquerda brasileira não conseguiram romper a marginalidade política enquanto o PSOL, o partido de Marielle, desenvolveu prestígio considerável entre uma parcela significativa do funcionalismo público, da juventude, das mulheres, negros e negras e da população LGBTQIA+, devido a sua coerência. Devemos tomar a responsabilidade de disputar a consciência de amplos setores organizados e desorganizados, dos trabalhadores e da classe média urbana, inclusive de segmentos seduzidos pelo bolsonarismo, como os trabalhadores de aplicativos e da segurança pública, para as posições anticapitalistas que atendem os interesses da grande maioria do povo.

Estar fora do governo de frente ampla é determinante para termos um partido com independência de classe que não se dilua na disputa política nacional. Mas, não só, o povo precisa enxergar a olho nu que existe uma alternativa antissistema pela esquerda e o PSOL, embora ainda esteja em construção, apresenta melhores condições para acumular forças nessa direção. Por isso, não foi menor a decisão do PSOL de não estar representado em ministérios e cargos no segundo escalão no governo de colaboração de classes, o que colocaria o partido, caso a proposta adesista vencesse, em franca vulnerabilidade diante da integração ao regime de uma fração interna de contorno neorreformista.

A resolução do Diretório Nacional, portanto, conserva os princípios e a natureza antirregime do partido. O PSOL não se afasta de seu projeto original nem se confunde com a oposição de direita e de extrema direita. De tal forma, as condições para a construção em estruturas de base, para a ações independentes e de relação orgânica com os movimentos sociais, que serão disputadas pelo governo e pelo PT, estão edificadas. Por essa razão, a resolução do Diretório Nacional é estratégica. Mas, ao mesmo tempo, em tempos difíceis de bolsonarismo e de grande confusão na vanguarda, o partido conseguiu se orientar por uma

linha tênue que permite, sem capitulação, diálogo e unidade nas pautas emergenciais do povo e, por outro lado, enfrentamento ininterrupto a extrema direita golpista.

A tarefa seguinte é fazer com que a resolução do Diretório Nacional seja cumprida em sua integralidade – e as declarações de dirigentes importantes na imprensa indicam que esse caminho deve ser seguido pela parcela que defendia a entrada no governo. Todavia, sabemos que a sedução dos cargos na poderosa máquina do governo federal é gigantesca, logo é preciso vigilância permanente, intensificação da politização partidária e ação unitária perante a sociedade. O PSOL deve estar nas primeiras fileiras das principais reivindicações populares e dos embates contra as hordas de Bolsonaro.

A orientação, portanto, é apostar na luta e na mobilização. Mas, também, na disputa dos rumos do partido no qual o MES teve papel fundacional, atuando de forma decisiva para sua construção e manutenção como partido anticapitalista antissistêmico amplo. A luta permanente contra as pressões oportunistas sobre o PSOL teve uma importante vitória, e toda a disputa política interna foi mais um episódio da permanente e fundamental necessidade de construir uma alternativa partidária afinada com os princípios da esquerda revolucionária, criando as mais variadas táticas frente aos desafios da realidade, sem abrir mão da independência de classe, do internacionalismo e do programa anticapitalista.

Teoria

Uma questão de tática

Rosa Luxemburgo

A entrada de Millerand no gabinete governamental de Waldeck-Rousseau merece ser estudada em termos de táticas e princípios, tanto pelos socialistas franceses quanto pelos socialistas de outros países. A participação ativa dos socialistas em um governo burguês é, em todo caso, um fenômeno que vai além da atividade habitual do socialismo: é uma forma de atividade tanto oportuna quanto justificada pelos interesses do proletariado, como, por exemplo, a atividade no Parlamento nos conselhos municipais, ou, ao contrário, uma ruptura com os princípios e táticas socialistas? Ou a participação dos socialistas no governo burguês é apenas um caso excepcional, admissível e necessário sob certas condições, condenável e prejudicial em outras?

Do ponto de vista da concepção oportunista do socialismo manifestada nos últimos tempos em nosso partido e particularmente nas teorias de Bernstein - isto é, do ponto de vista da introdução gradual do socialismo na sociedade burguesa - a entrada de elementos socialistas no governo deve parecer tanto desejável quanto natural. Se, por um lado, conseguirmos introduzir gradualmente pequenas doses de socialismo na sociedade capitalista, e se o Estado capitalista se transformar gradualmente em um Estado socialista, então a admissão cada vez maior dos socialistas no governo burguês seria até uma consequência natural do desenvolvimento progressivo dos Estados burgueses, o que corresponderia inteiramente à sua pretendida evolução para uma maioria socialista nos órgãos legislativos.

Assim, se a participação ministerial de Millerand se encaixa bem na teoria oportunista, ela só está de acordo com a prática oportunista. A obtenção de resultados imediatos e tangíveis, por qualquer meio, é o fio condutor desta prática; a entrada de

um socialista no governo burguês deve aparecer aos “políticos práticos” como um sucesso sem preço. Entretanto, um ministro socialista só poderia fazer pequenas melhorias, adocicamentos e rearranjos de todos os tipos!

Se, por outro lado, se parte do ponto de vista de que a introdução do socialismo só pode ser considerada após a destruição do sistema capitalista, e que a atividade socialista é agora reduzida à preparação objetiva e subjetiva da luta de classes a partir deste ponto, a questão é colocada de forma diferente. É evidente que a social-democracia, para realizar uma ação eficaz, deve ocupar todas as posições disponíveis no estado atual e deve ganhar terreno em todos os lugares. Mas sempre na condição de que estas posições permitam que a luta de classes - a luta contra a burguesia e seu estado - se desenvolva.

Entretanto, para este ponto de vista, existe uma diferença essencial entre as legislaturas e o governo de um estado burguês. Enquanto no parlamento, os eleitos pelos trabalhadores não conseguem afirmar suas reivindicações, eles poderiam pelo menos continuar a luta, persistindo em uma atitude de oposição. No governo, por outro lado, que é responsável pela aplicação das leis, a ação não tem lugar em sua estrutura, para uma oposição de princípios, deve agir constantemente e por cada um de seus órgãos, portanto, mesmo que seja composto por membros de diferentes partidos, como acontece na França há alguns anos onde existem ministérios mistos, deve ter constantemente uma base de princípios comuns que lhe dão a possibilidade de agir, ou seja, “a base da ordem existente, em outras palavras, a base do Estado burguês”. O representante mais extremo do radicalismo burguês pode de fato governar ao lado dos conservadores mais reacionários.

Portanto, para um opositor radical do sistema atual, ele enfrenta a seguinte alternativa: ou a cada momento se opor à maioria burguesa no governo, ou seja, não ser um membro ativo

do governo, obviamente isto criaria uma situação insustentável forçando o membro socialista a sair do governo, ou então ele teria que colaborar, desempenhando as funções diárias necessárias para a manutenção e funcionamento da máquina estatal, ou seja, de fato não ser um socialista, pelo menos no contexto de suas funções governamentais.

Embora o programa de social-democracia contenha muitas declarações que poderiam - falando abstratamente - ser aceitas por um governo ou parlamento burguês. À primeira vista, portanto, pode-se imaginar que um socialista, tanto no governo quanto no parlamento, pode servir à causa do proletariado, esforçando-se para lutar a seu favor por tudo o que é possível obter na esfera das reformas sociais. Mas, mais uma vez, aparece um fato que a política oportunista sempre esquece, o fato de que na luta da social-democracia, não é o quê, mas a forma como isso importa.

Enquanto os representantes da social-democracia tentam realizar nos órgãos legislativos reformas sociais, eles têm todas as oportunidades, desde sua oposição simultânea à legislação e ao governo burguês como um todo - que encontra sua expressão manifesta na rejeição do orçamento, por exemplo - também para dar a sua luta pelas reformas burguesas um caráter socialista e principal, o caráter de uma luta de classe proletária.

Pelo contrário, um social-democrata que está tentando introduzir as mesmas reformas sociais que um membro do governo, ou seja, ao mesmo tempo apoiando o estado burguês, está na realidade reduzindo seu socialismo (colocando as coisas da melhor forma possível) a um democratismo burguês ou a uma política operária burgueses. Assim, embora a ascensão dos social-democratas nas representações populares tenha permitido o fortalecimento da luta de classes, sua penetração no governo só pode trazer corrupção e desordem às fileiras da social-democracia. Os representantes da classe trabalhadora não podem, sem

negar sua razão de ser, entrar em um governo burguês, exceto em um único caso: tomá-lo e transformá-lo em um governo de classe trabalhadora, tomando o poder.

Pode certamente haver na evolução, ou melhor, na decadência da sociedade burguesa, os momentos finais em que a posse do poder pelos representantes do proletariado ainda não é possível, e onde, no entanto, sua participação no governo burguês aparece como necessária: por exemplo, quando da liberdade do país ou de conquistas democráticas, como a República, em um momento em que o governo burguês estaria precisamente muito comprometido e já muito desorganizado para determinar, sem o apoio dos deputados dos trabalhadores, o povo a seguir.

Em tais casos, é claro, os representantes dos trabalhadores não teriam o direito, por amor aos princípios abstratos, de se recusar a defender a causa comum. Mas mesmo neste caso, a participação dos social-democratas deve ser praticada em formas que não deixem nem a burguesia nem o povo na mais leve dúvida quanto ao caráter transitório e ao objetivo exclusivo de sua ação. Em outras palavras, a participação dos socialistas no governo não deve ir tão longe quanto a solidariedade, em geral, com a atividade e a existência desta última. Tal situação não parece estar presente na França hoje em dia. Os partidos socialistas haviam expressado sua disposição, a princípio, e sem considerar a participação ministerial, de apoiar qualquer governo verdadeiramente republicano. Mas agora, após a entrada de Millerand no gabinete do governo, uma entrada que ocorreu, em qualquer caso, sem o consentimento de seus colegas, este apoio é alarmante, em parte, para os socialistas.

Em qualquer caso, não nos cabe julgar o caso especial do Gabinete Waldeck-Rousseau, mas deduzir de nossos princípios básicos uma regra geral de conduta. Deste ponto de vista, a participação socialista nos governos burgueses parece ser uma experiência que só pode terminar em grande prejuízo para a luta de classes.

Na sociedade burguesa, a social-democracia, por sua própria natureza destinada a desempenhar o papel de partido de oposição, só pode ascender ao governo nas ruínas do Estado burguês.

Internacional

Apoiar a Resistência Ucrâniana e Enfraquecer o Capital Fóssil

Várias/os Autoras/es

Em 9 de junho Heino Berg, Thies Gleiss, Jakob Schäfer, Matthias Schindler, Winfried Wolf publicaram uma declaração detalhada em Junge Welt na qual defenderam um “derrotismo anti-militarista” e o abandono da resistência militar da Ucrânia à guerra de ocupação russa¹. Tomamos seu artigo como uma oportunidade para uma resposta fundamental sobre uma necessária perspectiva ecossocialista anti-imperialista comprometida com a solidariedade global.

Estamos chocados com a forma como eles distorcem a realidade da guerra neste artigo e acabam argumentando a favor do regime oligárquico de Putin. De forma paternalista, eles recomendam que a população ucraniana se submeta à ocupação russa a fim de acabar com a guerra. Os autores não fazem a menor referência às forças socialistas, feministas e anarquistas na Ucrânia e na Rússia. Eles argumentam a partir de uma perspectiva distintamente alemã. Eles não estão sozinhos nisto.

Muitas declarações do velho movimento pacifista se voltam contra a “escalada do Ocidente” e “esquecem” que a Rússia já escalou há muito tempo e quer destruir sistematicamente a sociedade ucraniana. A declaração dos cinco autores ignora a solidariedade anti-imperialista a tal ponto que consideramos apropriado colocar nossos argumentos contra ela.

Reversão de Responsabilidade

A declaração dos autores parece muitas contribuições do antigo movimento pela paz e uma esquerda anti-imperialista uni-

¹ Heino Berg, Thies Gleiss, Jakob Schäfer, Matthias Schindler, Winfried Wolf: Antimilitaristischer Defätismus. Junge Welt, 9. Juni 2022, S. 12. <https://www.jungewelt.de/artikel/428135.krieg-in-der-ukraine-antimilitaristischer-def%C3%A4tismus.html>.

lateral. Claro que, no início do texto, eles condenam a invasão da Ucrânia “sem qualquer reserva ou relativização”. Mas depois eles fazem exatamente isso: relativizam a agressão da oligarquia de Putin. Sob o título “Sem interesse no cessar-fogo”, eles explicam em detalhes porque a OTAN é muito pior do que a Rússia e que o Ocidente, antes de tudo os EUA, não quer um cessar-fogo antecipado, mas está usando principalmente o campo de batalha ucraniano para enfraquecer a Rússia.

Os cinco autores invertem a responsabilidade pela guerra. Eles dizem que não é Putin, que rejeitou aberta e repetidamente qualquer cessar-fogo além de uma rendição ucraniana, que é responsável pela guerra em curso, mas o “regime” de Kiev, que havia oferecido negociações sobre neutralidade apenas uma semana antes do início do ataque russo.

Eles escrevem que “o regime de Kyiv escolheu a resposta militar à invasão desde o início, e não mostra sinais de fazer qualquer esforço para alcançar um cessar-fogo mesmo no início de junho”. Não é o regime de Putin, que tem repetidamente declarado que continuará a guerra de destruição e desgaste até que a Ucrânia se renda, mas a Ucrânia, que pede desesperadamente armas em autodefesa, que é responsável por permitir que a destruição de seu próprio país continue, dizem eles.

Os autores denunciam o suposto armamento da Ucrânia pelo Ocidente, mas não mencionam com uma única palavra que a Rússia só iniciou sua campanha de conquista após um longo período de preparação política, econômica, logística e militar.

Por trás desta inversão de responsabilidade está um erro fundamental de julgamento do regime de Putin, cujo caráter os cinco autores nem sequer rudimentarmente tentam definir. Pelo contrário, eles equiparam a ditadura proto-fascista de Putin com a democracia parlamentar burguesa corrupta na Ucrânia. Para os autores, eles são simplesmente “dois estados burgueses, ambos determinados por um sistema oligárquico”.

Bizarramente, os autores confiam no ex-secretário de Estado dos EUA Henry Kissinger como uma testemunha-chave. Como Kissinger exigiu explicitamente concessões da Ucrânia e a cessão de partes do país à Rússia, eles atribuem a ele uma posição mais responsável do que a atual liderança dos EUA.

No entanto, Kissinger certamente está em continuidade com suas próprias posições. A partir de 1969, como conselheiro de segurança do Presidente, ele mandou enterrar a resistência da população vietnamita sob um tapete de bombas, enquanto em 1973 orquestrou o golpe contra o Presidente Allende no Chile, levando ao estabelecimento da ditadura de Pinochet.

Da mesma forma, agora em sua velhice, ele está sobrepondo-se à soberania do povo ucraniano e recomendando que eles “realisticamente” desistam. A este respeito, não é de forma alguma uma coincidência que Vladimir Putin, de todo o povo, enquanto ainda político local em São Petersburgo em 1993, tenha escolhido a ditadura de Pinochet como modelo e assim revelou, assim como Kissinger, o que ele pensa das conquistas democráticas². Kissinger e Putin são irmãos de espírito. Quando os socialistas invocam Kissinger, de todas as pessoas, como representante de uma posição razoável, isso indica uma mudança considerável no sistema de ordenação política e um nível questionável de argumentação.

O Regime de Putin nega a existência de uma Nação Ucraniana

O Kremlin quer impedir qualquer desenvolvimento independente da Ucrânia. A liderança de Putin considera a Ucrânia, juntamente com Belarus, como parte da Rússia³. A independência da Ucrânia contradiz as alegadas reivindicações históricas da Rússia.

² Neues Deutschland 1993: St. Petersburger Politiker [Wladimir Putin] will Diktatur – Pinochet als Vorbild. Neues Deutschland 31.12.1993 <https://twitter.com/ndaktuell/status/1496486724570161156>.

³ Discurso do Presidente da Federação Russa. O Kremlin, Moscou, 21 de Fevereiro de 2022. <http://en.kremlin.ru/events/president/news/67828>.

A liderança russa não reagiu a um ou outro movimento da OTAN; ao contrário, está perseguindo objetivos fundamentais com sua guerra, o que justifica com sua ideologia grão-russa. Putin e expoentes de seu regime têm se colocado repetidamente como continuidade histórica do império czarista, excluindo assim a existência de uma cultura e identidade nacional ucraniana independente. Em junho, Putin colocou a guerra de conquista contra a Ucrânia em pé de igualdade com a Grande Guerra do Norte sob o czar Pedro I da Rússia, falando simplesmente de uma recuperação do solo russo⁴.

Assim, os objetivos da liderança russa são fundamentais, de longo alcance e vão muito além de repelir a OTAN: destruir a Ucrânia como um país independente e incorporá-la como “Pequena Rússia”. A prática da guerra coincide com o objetivo da guerra. Cidades e aldeias são sistematicamente destruídas, a população aterrorizada e expulsa. Nos territórios ocupados, o Estado russo estabelece um regime de terror, incorpora as escolas ao sistema escolar russo, permite apenas a mídia russa e impõe o rublo como meio de pagamento. Até 20 de junho, a Rússia havia trazido mais de 1,9 milhões de ucranianos para a Rússia, incluindo 300.000 crianças. Milhares de ucranianos estão se mantendo em campos no leste da Sibéria, longe da Ucrânia⁵.

A resistência da Ucrânia às forças invasoras russas, surpreendente tanto para os governos americano e europeu quanto para o regime Putin, impediu uma rápida ocupação do país e a instalação de um governo fantoche pró-russo. Foi esta resistência popular na Ucrânia que apresentou a todos os atores uma nova situação.

4 Putin vergleicht sich mit Peter dem Großen. Die Zeit, 10. Juni 2022. <https://www.zeit.de/politik/ausland/2022-06/wladimir-putin-krieg-ukraine-russland-vergleich-peter-der-grosse>

5 Berichte über Verschleppungen häufen sich. ORF, 6. Mai 2022 <https://orf.at/stories/3263832/>. Moskau: 230.000 ukrainische Kinder nach Russland gebracht. ORF, 19. Mai 2022. <https://orf.at/stories/3266884/> Moskau: Fast zwei Millionen Ukrainer nach Russland gebracht. ORF, 18. Juni 2022. <https://orf.at/stories/3271870/> 18. Juni. Krieg in der Ukraine: So ist die Lage. Süddeutsche Zeitung, 19. Juni 2022 <https://www.sueddeutsche.de/politik/international-krieg-in-der-ukraine-so-ist-die-lage-dpa.um-newsml-dpa-com-20090101-220618-99-708810>.

Os oligarcas ucranianos tiveram que ficar por trás da resistência e contra a Rússia. Os governos da Europa e dos Estados Unidos tiveram que corrigir sua avaliação de que a Ucrânia iria entrar em colapso rapidamente. Putin foi forçado a adaptar sua estratégia de guerra à nova situação.

Ao mesmo tempo, o regime de Putin relaciona a guerra com uma “luta por valores” contra o Ocidente decadente. Ele quer fazer recuar os direitos democráticos, as conquistas dos movimentos dos trabalhadores, mulheres e LGBTIQ, não apenas na Rússia, mas também nas áreas sob sua influência. A Rússia financia e promove partidos de extrema-direita em toda a Europa e no mundo. O regime Putin é a admirada ponta de lança de um movimento reacionário e até fascista com Jair Bolsonaro no Brasil, Marine Le Pen na França e a AfD na Alemanha.

Resistência Ucraniana Coloca Entrega de Armas na Ordem do Dia

Foi a resistência determinada e o auto-sacrifício do povo ucraniano contra as forças ocupantes que confrontou os países da OTAN com a questão da entrega abrangente de armas. Imediatamente após o início da guerra, os governos dos Estados Unidos e do Reino Unido aconselharam o Presidente Zelensky a deixar o país e ofereceram-lhe proteção. Assim como a liderança no Kremlin, eles esperavam que a Ucrânia fosse derrotada rapidamente. Todos estavam enganados sobre a vontade do povo ucraniano de resistir. Eles assumiram que, após uma onda de ultraje e sanções econômicas, as corporações europeias e americanas voltariam a fazer negócios normais com a Rússia.

A tenaz resistência da Ucrânia e as dificuldades militares das forças de ocupação russas abriram a oportunidade para que os governos dos países da OTAN enfraquecessem a posição militar e geopolítica da Rússia através de entregas maciças de armas à

Ucrânia. Assim, os combatentes na Ucrânia não são os executores de um plano imperialista, mas lutam por seus legítimos objetivos e direitos na sociedade ucraniana; lutam por sua existência como ucranianos.

Até o início da guerra, não se podia falar em armar a Ucrânia com a OTAN. A Ucrânia recebeu 4 bilhões de dólares em ajuda militar dos Estados Unidos de 2014 a 2022. Desde pelo menos 2015, o Exército dos EUA também treinou tropas ucranianas, embora em uma escala relativamente pequena⁶. De 2014 a 2021, a ajuda militar direta foi de US\$ 2,4 bilhões. As exportações de armas alemãs para a Ucrânia têm sido relativamente pequenas até hoje; as exportações de armas alemãs para a Rússia têm sido desproporcionalmente maiores desde 2014 - apesar do embargo - e até mesmo no período imediatamente anterior ao início da guerra⁷.

Sem as entregas de componentes utilizáveis militarmente pela indústria de máquinas-ferramentas alemã (assim como suíça, italiana japonesa e americana), a indústria de defesa russa não teria sido capaz de incorporar sistemas de controle complexos em suas armas. O caminho tecnológico da União Soviética estava esgotado e a Rússia teve que importar máquinas-ferramentas chave desde então. O boom do petróleo dos anos 2000 forneceu o dinheiro. Sem essas máquinas-ferramentas importadas, a Rússia não poderia operar uma indústria de defesa⁸.

6 Deutsche Welle: USA weiten Ausbildung des ukrainischen Militärs aus. 25.07.2015 <https://www.dw.com/de/usa-weiten-ausbildung-des-ukrainischen-milit%C3%A4rs-aus/a-18606785>; Denys Shmyhal: Ukrainian PM: We need heavy weapons and budget support from the west. Financial But much of the military assistance flowed after the war began. Times, April 21, 2022. <https://www.ft.com/content/8b6a2b9d-8dad-450d-b830-550ed8f080d1>.

7 EU-Mitgliedsstaaten haben auch nach dem Embargo von 2014 Waffen nach Russland exportiert. Investigate Europe, 17. März 2022. <https://www.investigate-europe.eu/de/2022/eu-staaten-exportierten-waffen-nach-russland/>.

8 Tomas Malmlöf (2019): The Russian machine tool industry. Prospects for a turnaround? February 2019, FOI-R-4635—SE <https://foi.se/report-summary?reportNo=FOI-R-4635-SE>. Ben Aris (June 13, 2022): Russia's sanctions soft underbelly: precision machine tools <https://www.intelligence.com/long-read-russia-s-sanctions-soft-underbelly-precision-machine-tools-213024/>. Kamil Galeev, June 22, 2022 <https://twitter.com/kamilkazani/status/1539642021035487235>.

Em meados de abril, o Presidente Biden anunciou outro programa de ajuda militar de 750 milhões de dólares para a Ucrânia⁹. Finalmente, em 19 de maio, o Senado aprovou um programa de assistência militar e humanitária à Ucrânia no valor de 40 bilhões de dólares, tornando-o o maior pacote de ajuda externa em pelo menos duas décadas. Grande parte desta soma, no entanto, será gasta em infra-estrutura e investimentos de substituição nos próprios Estados Unidos¹⁰. Assim, o envolvimento dos EUA e da OTAN assumiu uma dimensão abrangente. O governo dos EUA declara abertamente que quer enfraquecer substancialmente as capacidades militares russas. Obviamente, o mesmo objetivo é perseguido pelo governo ucraniano.

Os Interesses dos EUA e da Europa Ocidental

Os governos da Europa e dos Estados Unidos compartilham a responsabilidade pela escalada das tensões geopolíticas, mas não por causa do alegado cerco da OTAN à Rússia que a propaganda russa pintou no muro e que muitos à esquerda na Europa adotaram de forma bastante barata. Esquecemos que a expansão da OTAN com a adesão dos países vizinhos da Rússia foi essencialmente concluída até 2004 e, acima de tudo, que numerosos países do Leste Europeu procuraram a adesão à OTAN não por desejo de rearmamento militar, mas por medo de um revanchismo russo fortalecido¹¹.

A verdadeira co-responsabilidade dos países da OTAN pelo agravamento das contradições reside em seus interesses econômicos nas antigas repúblicas soviéticas. O capital dos

9 Anthony Capaccio and Jordan Fabian: U.S: Prepares Massive New Surge of Military Aid to Ukraine. Bloomberg News April 13, 2022 <https://www.bloomberg.com/news/articles/2022-04-13/us-prepares-massive-new-surge-of-military-aid-to-ukraine> .

10 Catie Edmondson and Emily Cochrane: The Senate overwhelmingly approves \$40 billion in aid to Ukraine, sending it to Biden. The New York Times, May 19, 2022 <https://www.nytimes.com/2022/05/19/us/politics/senate-passes-ukraine-aid.html>

11 Simon Pirani, March 21, 2022: Ukraine: the sources of danger of a wider war <https://peopleandnature.wordpress.com/2022/03/21/ukraine-the-sources-of-danger-of-a-wider-war>

países imperialistas da Europa e da América do Norte não estava apenas procurando novos membros da OTAN, mas queria principalmente abrir mais mercados e obter matérias-primas baratas. Para isso, precisava de governos que pudessem organizar o processo de transformação social de forma ordenada e, se necessário, pela força.

As potências imperialistas ocidentais, antes de tudo os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, reconheceram na resistência inicial bem sucedida da Ucrânia às forças de ocupação russas a oportunidade de enfraquecer substancialmente a posição geopolítica da Rússia através do fortalecimento das capacidades militares da Ucrânia. Os líderes da OTAN, entretanto, não parecem interessados nem em uma guerra prolongada nem em sua escalada. O Secretário Geral da OTAN Stoltenberg explicou o processo de equilíbrio em uma reunião na Finlândia em 12 de junho: Em algum momento, ele disse, a Ucrânia terá que anunciar quais perdas territoriais está disposta a aceitar e quais direitos democráticos a população está disposta a abrir mão¹².

Ao mesmo tempo, é óbvio que países-chave na Europa, incluindo Alemanha e França, mas também Áustria e Suíça, estão dando à Ucrânia apenas um apoio limitado. Eles estão buscando um entendimento com a oligarquia russa. Nem eles realmente fornecem as armas necessárias, nem aliviam a sociedade ucraniana seca pelo sangue, cancelando sua dívida.

As principais facções do capital na Europa, especialmente aquelas ligadas às indústrias fósseis (Alemanha, Áustria) e ao comércio internacional de mercadorias (Suíça), têm feito negócios altamente lucrativos com os oligarcas de Putin há anos. Eles gostariam de voltar rapidamente à normalidade e retomar esses negócios. A Rússia é um mercado muito mais importante para a capital da Europa Ocidental do que a Ucrânia.

12 Discurso do Secretário Geral da OTAN Jens Stoltenberg nas conversações de Kulturaanta talks in Finland, 12 Jun. 2022.

As declarações públicas de importantes representantes do capital em favor do fim da guerra estão se tornando mais frequentes. Os governos ocidentais deveriam deixar claro para o governo Zelensky que a solidariedade e a paciência são limitadas. Afinal de contas, eles dependem do gás russo. Uma redução ainda maior ou mesmo uma paralisação das entregas levaria inevitavelmente a uma catástrofe econômica.

O CEO da VW, Herbert Diess, exigiu que a UE negociasse uma solução para a guerra. O máximo deveria ser feito “para reabrir o mundo”¹³. A administração da BASF advertiu repetidamente contra um embargo do petróleo e gás russo e vê a formação do bloco geopolítico como uma grande ameaça aos negócios¹⁴. Magdalena Martullo-Blocher, chefe da EMS-Chemie na Suíça, apela para um acordo rápido e negociado com Putin.

A soberania da Ucrânia e as preocupações sociais do povo na Ucrânia são naturalmente indiferentes a esses representantes do capital¹⁵. Em uma pesquisa com 280 empresas realizada pela KPMG, apenas 10% disseram que haviam deixado completamente o mercado russo. 37% colocaram suas atividades em “stand by” para retomar os negócios mais tarde¹⁶. Estas declarações mostram: grandes partes do capital não têm interesse em uma longa guerra. Mais cedo ou mais tarde, os governos tentarão chegar a um acordo com Putin sobre como reabrir o mundo dos mercados.

13 Hans-Jürgen Jacobs: VW-Chef als Kundschafter des Friedens. Handelsblatt, 10. Mai 2022 <https://www.handelsblatt.com/meinung/morningbriefing/morning-briefing-vw-chef-als-kundschafter-desfriedens/28319740.html> .

14 Ein Interview von Simon Hage und Martin Hesse: „Das Letzte, was wir brauchen, ist eine Lagerbildung in der Welt“ Der Spiegel, 2. Juni 2022. <https://www.spiegel.de/wirtschaft/basf-chef-brudermueller-das-letzte-was-wir-brauchen-ist-eine-lagerbildung-in-der-welt-a-7f740f98-3624-4424-9c8e-e4c3f36ffd5a>

15 Christina Neuhaus: Ein Deal mit Putin? Magdalena Martullo und der Elefant im Raum. Neue Zürcher Zeitung, 27. Juni 2022 <https://www.nzz.ch/ein-deal-mit-putin-magdalena-martullo-und-der-elefant-im-raum-ld.1690932?reduced=true> .

16 Arno Schütze, Catiana Krapp, Bert Fröndhoff, Anja Müller, Florian Kolf, Maïke Telgheder, Stefan Menzel: Warum sich deutsche Firmen nicht mal eben aus Russland zurückziehen können. Handelsblatt, 9. Juni 2022 <https://www.handelsblatt.com/unternehmen/management/ukraine-krieg-warum-sich-deutsche-firmen-nicht-mal-eben-aus-russland-zurueckziehen-koennen/28388514.html>

O Caráter da Guerra

Os cinco autores do artigo em *Junge Welt* querem aplicar a posição derrotista de Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht e Vladimir Lenin na Primeira Guerra Mundial à atual guerra de ocupação russa contra a população ucraniana. Esta analogia com os debates do movimento operário durante a Primeira Guerra Mundial distorce a história.

Mais apropriado seria uma reflexão crítica sobre a justificativa das lutas anticoloniais. Afinal de contas, a Ucrânia não é um país imperialista, nem ameaçou atacar outros países. Ao contrário, a Ucrânia é um país jovem, cuja independência e construção da própria Rússia não aceita e, portanto, vem atacando militarmente desde 2014. Entretanto, o regime de Putin quer integrar a Ucrânia mais uma vez como uma colônia interna em um Grande Império Russo, como foi o caso sob os czares.

Assim, a população ucraniana não está travando uma “guerra por procuração” da OTAN contra a Rússia, mas está lutando por sua própria independência e pelos direitos democráticos e sociais, tudo o que perderia sob a ocupação russa. A situação nas chamadas Repúblicas Populares de Donbas já é suficientemente ameaçadora como uma provável perspectiva sob um regime de ocupação.

É claro que a guerra só pode ser entendida no contexto da rivalidade internacional entre as grandes potências imperialistas. Os EUA e os países da OTAN, com sua ofensiva de rearmamento lançada mesmo antes do ataque russo à Ucrânia, estão se preparando para possíveis conflitos militares com a China e a luta intensificada por matérias-primas e sumidouros ecológicos.

Portanto, é óbvio que os EUA e as potências europeias querem usar a guerra na Ucrânia estrategicamente para seus objetivos. Enquanto a resistência da Ucrânia atingir seus objetivos, eles se engajarão, mas é claro que não incondicionalmente. Diferentes facções capitais dos imperialismos ocidentais até mesmo

se vêem impedidas pela guerra de servir os mercados na Rússia. Além disso, nem os Estados Unidos nem os países europeus são beligerantes. Se fossem, teríamos de fato uma guerra mundial.

Etienne Balibar analisou recentemente esta guerra em uma contribuição inspiradora para a discussão¹⁷. Ele argumenta convincentemente que esta guerra tem quatro dimensões interligadas: primeiro, uma guerra nacional de independência semelhante à Argélia ou Vietnã; segundo, outra guerra como resultado do colapso da União Soviética e dos países burocráticos estatais; terceiro, uma guerra globalizada, uma vez que os países em guerra estão envolvidos em alianças e redes globais e a guerra tem efeitos catastróficos sobre o fornecimento de alimentos em muitos países pobres; e quarto, finalmente, a ameaça de guerra nuclear, uma vez que Putin está usando deliberadamente este potencial de chantagem. Entretanto, o fator determinante na dinâmica da guerra é a guerra de independência socialmente apoiada contra a ocupação russa. Balibar conclui que a derrota da Ucrânia é uma perspectiva completamente inaceitável.

Característica da fase atual da guerra é que existe um alinhamento temporário e parcial de interesses entre a Ucrânia e as potências imperialistas. Em uma situação semelhante de alinhamento temporário de interesses, as Forças de Defesa Popular e as Forças Democráticas Sírias no norte da Síria tiveram um apoio maciço em sua luta contra o Estado islâmico por parte do poder aéreo dos EUA, sem o qual teriam perdido a batalha.

Estamos vendo agora mesmo, diante do aumento dos ataques turcos, que esta proteção não dura. Hoje em dia, a liderança do PYD, o partido mais forte do nordeste da Síria, está exigindo da OTAN uma zona de exclusão aérea, paradoxalmente contra a Turquia, país da OTAN. É claro que isto não é motivo para nos distanciarmos da resistência em Rojava, mas pelo contrário, é motivo para fortalecer a solidariedade.

17 Etienne Balibar: In the War: Nationalism, Imperialism, Cosmopolitics. Commons Journal, 29.06.2022 <https://commons.com.ua/en/etienne-balibar-on-russo-ukrainian-war/>.

De nossa análise, concluímos que a Ucrânia tem o direito de obter armas onde quer que as obtenha. Os governos dos Estados Unidos e da Europa estão fornecendo armas em doses bem julgadas e por seus próprios motivos. É possível que mais cedo ou mais tarde os governos dos imperialismos ocidentais forcem a Ucrânia, como parte de um “acordo negociado”, a renunciar à soberania sobre grandes partes do país no leste e no sul e assim aceitar uma derrota parcial. A este respeito, aqueles que agora pedem negociações imediatas não estão tão distantes dos “seus” governos imperialistas.

Recomendação Arrogante para a Capitulação e a “Resistência Social”

Em seu artigo em *Junge Welt*, os autores dificilmente escondem sua recomendação à Ucrânia e, portanto, também à esquerda ucraniana, sindicatos e outros movimentos emancipatórios para capitular. Será que eles acreditam seriamente que sob as condições de uma ditadura de ocupação militar e deportação em massa de potenciais membros da oposição, pode surgir uma sociedade civil animada ou mesmo sindicatos militantes? Será que as tropas russas devem ser persuadidas pacificamente a partir desta forma? Esta ideia é grotesca e absurda, e as recomendações ao povo da Ucrânia derivadas dela são paternalistas e neocolonialistas.

Em 28 de junho, o porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, declarou mais uma vez em termos inequívocos quais são as condições prévias para um cessar-fogo: “O lado ucraniano pode parar tudo antes do fim do dia de hoje”. Para isso, disse ele, “é necessária uma ordem às unidades nacionalistas”, aos “soldados ucranianos para depor suas armas”. Kiev também teria que cumprir todas as condições russas, disse ele. “Então tudo estaria terminado em um dia”¹⁸. Enquanto a população ucraniana não

¹⁸ ORF, 28. Juni 2022: Kreml: Russland würde bei Kapitulation Offensive stoppen. <https://orf.at/stories/3273463/>.

capitular bombardeada, exausta, traumatizada e desmoralizada, a ditadura de Putin continuará seu terror de bombardeio.

Os autores não levam a sério os objetivos de guerra de destruir a sociedade ucraniana abertamente formulados pelo próprio regime de Putin. É por isso que eles fazem analogias históricas mal orientadas. Suas comparações com experiências de resistência “pacífica” ao Putsch de Kapp em 1920, a ocupação do Ruhr pelas forças francesas e belgas em 1923, e a resistência pacífica dos movimentos democráticos tchecoslovacos às tropas soviéticas em 1968, são absurdas.

Eles ignoram o fato de que o regime de Putin questiona a existência de uma Ucrânia independente e a construção de uma nação ucraniana. Eles não reconhecem a guerra sistemática do imperialismo russo que visa a limpeza étnica. Os cinco autores demonstram com esta arrogância ignorante que não querem sequer discutir com as forças socialistas, anarquistas e feministas na Ucrânia, Belarus e Rússia. Eles obviamente não os levam a sério.

Recordemos os primórdios da revolução síria. Em abril de 2011, quando o povo da Síria saiu às ruas de uma forma extremamente disciplinada e pacífica, o ditador Assad ordenou repetidamente que as tropas disparassem contra a multidão. Por fim, seu exército bombardeou cidades inteiras. Entretanto, isso não foi suficiente para quebrar a vontade do povo de resistir. Putin e seus generais arrasaram Aleppo e outras cidades a partir de 2015. O mesmo pessoal está agora fazendo seu trabalho de destruição na Ucrânia. Como é bem sabido, mesmo assim uma grande parte da esquerda supostamente anti-imperialista na Europa permaneceu em silêncio sobre estes crimes.

Intelectuais, celebridades e grupos de esquerda na Alemanha apelam repetidamente para um cessar-fogo imediato. Mas enquanto as condições de tal cessar-fogo não forem especificadas, esta perspectiva equivale à anexação e colonização de grandes partes da Ucrânia pela Rússia.

Aqueles que fazem tais exigências ignoram que seria a extrema direita - tanto na Rússia quanto na Ucrânia - que se beneficiaria se a Rússia vencesse. Ela já controla o Estado russo e celebraria a vitória sobre a Ucrânia em conformidade e prepararia uma nova agressão. A extrema-direita na Ucrânia poderia expandir suas redes organizacionais e militares em resistência armada às forças ocupantes. Este cenário, muito mais do que a guerra atual, levaria a uma longa guerra com muitos milhares de mortos, aprisionados, deportados e torturados.

Desenvolvendo Juntos uma Perspectiva Global de Solidariedade e Ecologia

Nossa solidariedade é com a resistência armada e desarmada do povo ucraniano contra as forças de ocupação russas, e apoiamos especialmente as feministas, socialistas e anarquistas que participam política e independentemente desta resistência com meios civis e militares. Somos solidários com os sindicatos e movimentos sociais da Ucrânia que se opõem às políticas econômicas neoliberais e, em vez disso, defendem a reconstrução sócio-ecológica. É claro que também nos colocamos ao lado das forças socialistas, feministas e anarquistas da Rússia e da Bielorrússia que resistem corajosamente a seus governantes, apesar dos graves perigos e riscos.

A retirada de todas as tropas russas do território da Ucrânia é a condição para uma solução pacífica do conflito. Somente nesta base pode ser aberto um processo de entendimento entre os representantes democraticamente eleitos das regiões do leste da Ucrânia e o governo de Kiev sob observação internacional. Apoiamos as demandas de esquerdas emancipatórias na Ucrânia e trabalharemos para a identificação dos bens dos oligarcas russos e ucranianos escondidos e investidos nos países europeus e sua utilização para ajuda humanitária e reconstrução da Ucrânia. A Ucrânia

está fortemente endividada. A guerra torna impossível o desenvolvimento econômico independente. Portanto, as dívidas da Ucrânia devem ser canceladas.

Ao mesmo tempo, nos opomos ao capital em nossos países que continua a fazer negócios com os oligarcas de Putin e procura alcançar rapidamente um entendimento com o regime de Putin às custas da Ucrânia. Rejeitamos os programas de rearmamento recentemente decididos e preparados na Europa Ocidental e na OTAN. Estes não servem à vitória do povo ucraniano em sua luta pela existência contra a Rússia, mas a seus próprios objetivos imperialistas de longo prazo na rivalidade por recursos.

Defendemos a dissolução da OTAN e da aliança militar dominada pela Rússia, a CSTO. Em vez disso, somos a favor da construção de um sistema de segurança democrático e coletivo. A indústria de armas no Ocidente e no Oriente deve ser continuamente desmantelada e convertida em indústrias socialmente úteis e ecologicamente compatíveis.

Apoiamos o apelo do movimento climático para uma saída da necessidade de petróleo e gás russos como um passo para uma completa eliminação gradual dos combustíveis fósseis. O regime de Putin não deve mais ser autorizado a financiar sua maquinaria de guerra e destruição com a ajuda das receitas provenientes da pilhagem e exportação de petróleo e recursos minerais. Os aumentos de preços da energia devem ser combatidos com um fornecimento social básico de energia barata para os trabalhadores, preços progressivos para o alto consumo de energia e medidas abrangentes de economia de energia.

Para impor esta perspectiva, queremos construir um movimento de apropriação social e de conversão ecológica e desmantelamento das grandes corporações fósseis, juntamente com o movimento climático e as iniciativas sindicais de base. Este é o pré-requisito para a retirada dos combustíveis fósseis.

Aqueles que agora toleram uma vitória russa também toleram uma vitória tanto para o capital fóssil global quanto para o capital “doméstico” e baseado em mercadorias, que está intimamente interligado com os setores fóssil e extrativista russo. Portanto, um novo movimento anti-militarista deve manter a solidariedade com a resistência civil e armada do povo ucraniano e com os esquerdistas ucranianos, bielorrussos e russos que se opõem à guerra do regime de Putin.

O texto acima foi publicado originalmente em alemão em emanzipation - Zeitschrift für ökosozialistische Strategie. Traduzido para o português da página eletrônica International Viewpoint.

Autores

Os autores são um coletivo de ativistas socialistas da Ucrânia, Rússia, Polônia, Alemanha, Áustria e Suíça.

Ilya Budraitskis é um historiador e autor de Moscou. Em janeiro, seu livro “Dissidentes entre Dissidentes” foi publicado pela editora Verso Books. Junto com outros, ele fundou o projeto de mídia russa de esquerda, Posle, no exílio.

Oksana Dutchak é sociólogo especializado em trabalho e relações de gênero e editor da revista ucraniana esquerdista Commons.

Harald Etzbach é historiador e cientista político, editor do Dossiê da Ásia Ocidental da Fundação Rosa Luxemburgo e membro do conselho editorial da emanzipation - Zeitschrift für ökosozialistische Strategie.

Bernd Gehrke é um historiador contemporâneo e está envolvido nas AK Geschichte sozialer Bewegungen Ost-West (Grupo de Trabalho História dos Movimentos Sociais Leste-Oeste). Ele foi ativo na oposição de esquerda ao regime SED na RDA.

Eva Gelinsky é uma geógrafa, ativista agrícola e membro do conselho editorial da *emanzipation - Zeitschrift für ökosozialistische Strategie*.

Renate Hürtgen é uma historiadora cujos interesses de pesquisa incluem o trabalho do *Staatssicherheit*” (Serviço de Segurança do Estado) na vida cotidiana, especialmente nas empresas da RDA. Ela foi ativa na oposição de esquerda ao regime SED na RDA.

Zbigniew Marcin Kowalewski é editor-chefe adjunto da edição polonesa do *Le monde diplomatique*. Ele foi membro da liderança regional do sindicato *Solidarność* em Lodz em 1980-81.

Natalia Lomonosova é uma socióloga que pesquisa política social, emprego e migração. Ela é co-editora da crítica política da Ucrânia e membro da organização socialista democrática *Sotsialnyi Rukh* (Movimento Social) na Ucrânia.

Hanna Perekhoda é pesquisadora da Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Lausanne e ativa na Rede Européia de Solidariedade com a Ucrânia. Ela é de Donetsk.

Denys Pilash é cientista político, editor da revista ucraniana de esquerda *Commons* e membro da organização socialista democrática *Sotsialnyi Rukh* (Movimento Social) na Ucrânia.

Zakhar Popovych é um cientista de dados e membro da organização socialista democrática *Sotsialnyi Rukh* (Movimento Social) na Ucrânia.

Philipp Schmid é professor e ativo no *Bewegung für den Sozialismus* (Movimento para o Socialismo), na Suíça.

Christoph Wälz é professor e ativo no *Gewerkschaft Erziehung und Wissenschaft* (Sindicato da Educação e Ciência). Ele traduziu inúmeros textos da esquerda russa durante as primeiras semanas da guerra e relatou sobre o movimento russo antiguerra. Documentado em linktr.ee/christophwaelz.

Przemyslaw Wielgosz é um autor e jornalista. Atualmente, ele é editor-chefe da edição polonesa do *Le Monde diplomatique*.

Christian Zeller é professor de geografia econômica. Em 2020, ele publicou o livro *Revolution für das Klima. Warum wir eine ökosozialistische Alternative brauchen* (“Revolução para o clima. Por que precisamos de uma alternativa eco-socialista”). Ele é membro do conselho editorial da *emanzipation - Zeitschrift für ökosozialistische Strategie*.

A construção pela base redefine a esquerda do Brasil

Keith Brower Brown¹

Durante os últimos cinco anos, milhares de socialistas nos Estados Unidos encontraram inspiração na estratégia de “rank-and-file”: preencher a lacuna entre o movimento socialista e a maioria da classe trabalhadora, apoiando os trabalhadores que lutam contra o patrão, ou melhor ainda, aceitando empregos para construir sindicatos de luta com nossos colegas de trabalho. O DSA começou recentemente a defender oficialmente esta estratégia em todo o país. Raramente, no entanto, observamos como os elementos da estratégia de classificação e classificação funcionaram ou lutaram no exterior.

O movimento de trabalhadores brasileiro, construído com participação e liderança por dezenas de milhares de ativistas socialistas, é uma oportunidade crucial para ver como uma estratégia paralela tem funcionado em uma escala muito maior do que nos EUA até agora.

Através de décadas de trabalho comprometido como membros de sindicatos, os socialistas brasileiros construíram algumas de suas melhores bases para a construção de partidos, eleições de luta de classes e movimentos sociais militantes contra o racismo e a misoginia. Baseado em entrevistas no Brasil em agosto e setembro, este artigo extrai lições dos socialistas nos sindicatos militantes de educação, energia, indústria e trabalhadores de transporte público do país.

Em 31 de outubro, o ex-presidente brasileiro Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores de centro-esquerda, derrotou por um triz o ex-presidente da extrema-direita Jair Bolsonaro. A sur-

¹ Geógrafo da Universidade de Berkeley e militante do DSA (Democratic Socialists of America).

preendente forte campanha para Bolsonaro, as vitórias de seus aliados em grandes disputas proporcionais e a repressão policial desenfreada aos eleitores de Lula mostrou a profundidade preocupante da extrema direita. Enquanto a maioria da esquerda acredita que Bolsonaro não será capaz de lançar um golpe, devido à falta de apoio da elite, é claro que ele e seus aliados vão atacar a confiança nos resultados.

O curso do trabalho tem imensos riscos para a democracia no Brasil. Os principais sindicatos, socialistas e movimentos sociais se prepararam para greves e protestos para combater um golpe de Bolsonaro, por via das dúvidas. Eles também se prepararam para pressionar o novo governo de Lula para a esquerda, para evitar os movimentos neoliberais que deixaram os últimos governos do PT com movimentos trabalhistas e sociais enfraquecidos para apoiá-los.

A estratégia rank-and-file, construída em uma escala muito maior no Brasil do que nos EUA, tem trabalhado poderosamente para mover os sindicatos para a esquerda e para fazer crescer uma esquerda enraizada em uma classe trabalhadora multirracial. Está longe de ser perfeito - ainda há muita distância a superar - mas as lições do Brasil merecem nossa atenção.

Movendo os Sindicatos Brasileiros em Direção à Independência Militante

Os sindicatos brasileiros deveriam ser famosos por porem fim a uma ditadura militar através de anos de greves.

Embora estudantes e a esquerda tenham bravamente começado os protestos abertos mais cedo, foi uma onda de greve que durou vários anos nos sindicatos metalúrgicos, automotivos e aeroespaciais do Brasil que forçou a ditadura a uma lenta transição para a democracia. Eram greves ilegais, desafiando leis de longa data que permitiam apenas organizações de trabalhadores que eram dirigidas por agências governamentais.

Lula chegou à proeminência nacional como um jovem metalúrgico e líder de greve nesta onda histórica, e estes sindicatos militantes se tornaram um núcleo do Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 1980, junto com muitos trabalhadores rurais, ativistas católicos, estudantes e intelectuais urbanos de uma ampla esquerda.

Desde a década de 1980 até o presente, a maioria dos sindicatos brasileiros continuou a se filiar estreitamente ao PT. Unida através da Central Unificada dos Trabalhadores (CUT), uma federação sindical com cerca de 7 milhões de afiliados sindicais e amplamente disciplinada ao PT, esta tem sido uma relação ainda mais estreita do que a da AFL-CIO e o establishment Democrata nos EUA. Sob os quatro mandatos presidenciais do PT (2003-2015), o governo e os altos funcionários sindicais da CUT muitas vezes se uniram para evitar greves e cortar acordos com os empregadores, muitas vezes obtendo ganhos salariais enquanto permitiam a privatização ou desindustrialização para avançar. A paz laboral, ou “conciliação”, era a estratégia para evitar greves de capital e manter o fluxo de investimentos. Ela fluiu poderosamente, com o mercado de ações se saindo melhor do que nunca sob Lula.

Os governos do PT merecem imenso crédito pela expansão de programas sociais e universidades públicas, obtendo ganhos históricos na redução da pobreza extrema e na inclusão de estudantes negros e mais pobres no ensino superior. Enquanto estas reformas construíram um apoio apaixonado a Lula por parte dos mais pobres do Brasil, e forneceram combustível para o direito de alimentar o ressentimento da classe média, as políticas sociais não trouxeram nenhum conflito com investidores ricos, que lucraram com a expansão dos mercados consumidores.

Dito isto, o lado neoliberal das ações do governo Lula e do PT não deve ser ignorado. Para manter os motores capitalistas acionados, sob pressão dos investidores, os governos do PT

pressionaram para privatizar e terceirizar grandes pedaços de empresas estatais e campos petrolíferos. Em 2003, seu primeiro ano de mandato, o governo Lula cortou as pensões públicas e aumentou a idade de aposentadoria de milhões de trabalhadores públicos em quase uma década, para 65 anos. *The Economist*, o principal meio jornalístico do neoliberalismo, aplaudiu estes cortes com alegria. A expansão dos investimentos em mineração, perfuração de petróleo e exportações agrícolas foi impulsionada pela política governamental de cortar tarifas e subsídios para os setores industriais, levando a duras perdas de empregos para a indústria manufatureira sindicalizada.

Esses movimentos neoliberais fraturaram a esquerda brasileira, no exato momento em que ela parecia ter ganho poder. Os eleitores e ativistas do PT que se manifestaram contra esses movimentos de cima, particularmente os cortes nas aposentadorias e pensões, foram expulsos do PT por sua oposição e formaram o Partido do Socialismo e Liberdade (PSOL) no ano seguinte. O PSOL tem agora mais de 220.000 membros, com 12 legisladores federais e 22 estaduais (contra 1,6 milhões, 55 e 112 para o PT, respectivamente). O PSOL é um grande partido de várias matizes, com “tendências” internas que fornecem os principais motores de organização tanto interna quanto externa. Enquanto as tendências fundadoras do PSOL foram consideradas como grupos socialistas, leninistas e trotskistas, um número crescente de tendências social-democratas mais eleitorais se juntou desde então.

Uma divisão paralela, embora mais lenta, ocorreu nos sindicatos do Brasil. As correntes de esquerda nos sindicatos lideraram protestos sustentados e greves ocasionais contra as reformas neoliberais do PT. Novas federações sindicais de esquerda como a Intersindical e a CSP-Conlutas se separaram da CUT do PT sob as presidências Lula, com o apoio de minorias afiliadas e de liderança em dezenas de sindicatos industriais e públicos. En-

tretanto, a grande maioria dos líderes sindicais de todo o país permaneceu comprometida com o acesso do governo através da CUT. Firmemente ligados com a liderança do PT, esses sindicatos hesitavam em usar greves contra empregadores ou contra o governo, por medo de minar os eleitos do PT que estavam sob crescente ataque da direita.

Na última década, os socialistas começaram a organizar e ganhar apoio majoritário em alguns sindicatos cruciais. O novo governo de Lula parece provável que enfrente um movimento sindical mais independente e militante do que antes. Mesmo alguns líderes da CUT, como entre os sindicatos do petróleo, desenvolveram programas e reivindicações que irão apresentar a um novo governo do PT, semelhantes a muitas correntes sindicais de esquerda.

Aqui estão alguns avanços de esquerda nos sindicatos do Brasil, por setor. A liderança sindical brasileira é geralmente baseada na representação proporcional; uma chapa/coalisão sindical interna ganhando 30% dos votos dos membros obtém 30% dos assentos na diretoria do sindicato.

Sindicatos da educação: Os sindicatos estaduais de professores nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo são frequentemente chamados os maiores sindicatos do Brasil. No estado do Rio, uma aliança de esquerda (com a maior liderança do Movimento Socialista de Esquerda - MES, a maior tendência de esquerda no PSOL) ganhou recentemente uma maioria da liderança sindical, em torno de campanhas para combater cortes no currículo das ciências sociais, melhorar os salários dos educadores, e fazer greves mais militantes e ações diretas contra o chefe e os neoliberais do governo estadual/federal. A oposição à violência policial racista em favelas, incluindo assassinatos de estudantes pela polícia, tem sido uma questão catalisadora para professores de esquerda organizarem movimentos sociais de pais e alunos. Este não é um movimento de radicais urbanos isolados: os professores do MES

ganharam mais fortemente nas áreas rurais e “periféricas” mais pobres do estado, enquanto que no próprio Rio o establishment alinhado com o PT tem permanecido no topo. Em São Paulo, os professores do MES fazem parte de uma aliança que tem cerca de 40% de apoio e liderança em todo o estado.

Sindicatos de trabalhadores do petróleo: A dissidência de posições contra o PT e os líderes sindicais filiados se intensificou na década de 2010 enquanto o governo empurrava a privatização/alienação de petróleo para empresas estrangeiras. O Partido dos Trabalhadores Socialistas Unidos (PSTU), um grupo trotskista, tem tido dezenas de ativistas nos principais sindicatos de trabalhadores do petróleo há décadas. Um fração desse partido deu origem à atual tendência Resistência, que aderiu ao PSOL em 2018, incluindo muitos ativistas de trabalhadores do petróleo. Ao organizar grandes campanhas contra a privatização, esses socialistas e seus aliados ganharam a liderança de importantes locais nas refinarias e escritórios. Os sindicatos da empresa estatal de petróleo e biocombustíveis, Petrobras, estão agora majoritariamente alinhados à esquerda, e discutem abertamente como pressionar um novo governo Lula com suas demandas independentes. Isso seria uma diferença marcante em relação à sua deferência geral da última vez. Aqui uma líder feminista socialista do sindicato fala sobre o papel da solidariedade de gênero e LGBT, lutas anti-privatização e políticas de transição climática na construção de um movimento rank-and-file.

Sindicatos industriais: Os sindicatos industriais foram fundamentais para acabar com a ditadura brasileira, depois declinaram com a desindustrialização sob o PT - mas ainda têm muita influência e membros em algumas poucas regiões. Em uma grande cidade para a fabricação de peças para automóveis e aviões perto de São Paulo, os ativistas do PSTU ganharam o controle da liderança nas principais fábricas por mais de uma década em um sindicato industrial (Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos

Campos, filiado à federação CSP-Conlutas). Comparados aos sindicatos industriais filiados ao PT, eles adotaram uma abordagem mais militante, utilizando greves e ocupações de fábricas contra demissões, reformas neoliberais e fechamento de fábricas, enquanto construíam educação política, eventos sociais (festas mensais como “Samba Democrático”, um retiro de férias para os membros, entre outros), e organização e apoio legal para empurrar para trás as questões de segurança e reclamações.

Sindicatos de transporte público: Como no Chile, os movimentos de protesto para combater as altas tarifas de trânsito e a privatização têm abalado a política brasileira nas últimas décadas, com a classe trabalhadora pobre e jovem da massiva “periferia” da cidade, extremamente dependente do trânsito público. O MES, a tendência do PSOL, considera seus militantes nestes sindicatos alguns dos mais importantes politicamente. Após anos de trabalho como condutores de trens, trabalhadores de manutenção e outros membros, o MES tem a maioria da liderança no sindicato dos trabalhadores do transporte ferroviário no Rio Grande do Sul (Sindimetrô-RS) e uma seção significativa no sindicato dos trabalhadores do Metrô de São Paulo (Metroviários). Em muitas das maiores greves recentes do Brasil, como a greve geral de 2017, os socialistas dizem que seu papel nos sindicatos do transporte “foi o que garantiu a paralisação quase completa” de todas as grandes cidades do Brasil durante um dia inteiro.

Os socialistas estão ativos há décadas em muitos sindicatos, mas apenas algumas pequenas correntes descreveram uma estratégia explícita para recrutar camaradas para conseguir empregos nesses sindicatos. Para a maioria das outras correntes, pareceu ser dado por garantido que alguns socialistas aceitariam empregos de categoria, sem a necessidade de recrutamento ativo. As fileiras socialistas com as quais falamos entraram em grande parte em empregos sindicais depois de serem ativistas nos mo-

vimentos estudantis socialistas (que são vastamente maiores do que nos EUA), ou se tornaram professores sindicais depois de experimentarem como professores voluntários na Rede Emancipa de Educação Popular, impulsionada pelo MES. O Emancipa oferece cursos preparatórios gratuitos para os exames de admissão às faculdades nacionais, juntamente com discussões políticas abertas, para estudantes do ensino médio em bairros mais pobres, em grande parte negros.

Os sindicatos brasileiros refletem a diversidade de sua esquerda organizada, com múltiplos grupos socialistas competindo internamente pela liderança em muitos sindicatos, geralmente com um establishment enraizado filiado ao PT. Como muitas alas da esquerda brasileira se comprometeram a longo prazo a trabalhar nos sindicatos e ajudar os membros a lutar contra o patrão, os socialistas conseguiram não apenas vencer a liderança sindical, mas um objetivo mais crucial: movimentos de trabalhadores prontos para lutar contra o patrão e seus agentes governamentais. Há quinze anos, o movimento sindical brasileiro estava mal organizado para pressionar seus aliados do PT no governo. Agora, a liderança de esquerda das greves anti-privatização e outras lutas de chão de fábrica construiu sindicatos prontos para se manterem firmes e, eles esperam, até mesmo puxar a esquerda do novo governo Lula.

A Esquerda Brasileira dos Combatentes Sindicais na Raiz da Classe Trabalhadora

A estratégia de organização da base não se resume a mudar os sindicatos. É uma estratégia política para tornar possível vitórias socialistas, baseado no enraizamento da esquerda na classe trabalhadora, através da raça e de outras divisões. Os ativistas de esquerda no Brasil são mais brancos e com mais formação universitária do que o Brasil como um todo, embora mais próximos da demografia nacional do que a esquerda americana. Os

sindicatos e o trabalho do movimento social são centrais para como a maioria dos ativistas negros e não universitários se envolvem com a esquerda, nas avaliações que ouvi. Ao lado dos sindicatos, os movimentos sociais em torno da habitação (particularmente para proteger/ fornecer infra-estrutura para favelas semi-legais), os esforços de educação popular e pública como Emancipa, e os protestos feministas e anti-racistas parecem ser lugares importantes onde as correntes de esquerda participaram profundamente, construíram ações e organização, e recrutaram novos quadros e organizadores.

No Rio de Janeiro, o MES atuante no sindicato dos professores trouxe novos organizadores cruciais e apoio (de professores para além do MES ou PSOL) para o movimento social e o trabalho eleitoral do MES. O programa de educação popular do Emancipa encontrou a maioria de seus voluntários de professores recrutados por militantes do MES ou por professores do Emancipa existentes em seu sindicato. Por sua vez, Emancipa foi a chave para recrutar organizadores para apoiar as disputas eleitorais legislativas de candidaturas do MES. Esses professores do Emancipa e do MES também foram ativos, às vezes, na construção de discussões comunitárias mais amplas e protestos contra a violência policial em seus bairros.

No estado do Rio Grande do Sul, professores e profissionais de saúde foram frequentemente descritos como a principal base de ativistas para as campanhas eleitorais do MES-PSOL, particularmente em cidades menores e mais rurais. Uma luta de movimentos contra aumento de tarifas de transporte e financiamento, com trabalhadores do transporte e estudantes particularmente envolvidos, foi a espinha dorsal para o sucesso inovador da congressista do MES/PSOL Fernanda Melchionna em 2016.

A organização como membros do sindicato foi uma base comum para muitos dos candidatos eleitorais mais proeminentes da esquerda brasileira, que se movimentaram. Tanto Melchionna

como a congressista do MES Sâmia Bomfim, em São Paulo, iniciaram seu ativismo nos movimentos estudantis socialistas e feministas, tornando-se então trabalhadoras do setor público sindicalizado durante anos após a faculdade. Lutando contra os ataques de austeridade aos serviços sociais e às aposentadorias, elas afiaram suas políticas como parte desses poderosos sindicatos, enquanto construía um movimento sindical mais pronto para lutar pela classe trabalhadora como um todo. Bomfim e Melchionni compartilharam em profundidade sobre estas experiências nesta entrevista sobre estratégia eleitoral de luta de classes.

Muitos socialistas brasileiros estão pressionando para politizar seus sindicatos construindo debates sindicais internos em torno de apoios eleitorais, mudando a filiação sindical para federações sindicais independentes ou alinhadas com a esquerda, ou criando um programa de reivindicações para o novo governo Lula de seu setor. Isso pode nos dar algumas ideias sobre formas de “colocar a política em primeiro lugar” em nossos sindicatos, baseando-nos em verdadeiras preocupações de classe.

A estratégia de organização pela base dos Estados Unidos visa conectar socialistas e trabalhadores através da solidariedade grevista, projetos sindicais como o Labor Notes, e a construção de sindicatos e de reformar de sindicatos pelos trabalhadores da base. Não se trata apenas de socialistas mudando sindicatos - trata-se de como as raízes em sindicatos revividos mudam o próprio movimento socialista para melhor. A esquerda socialista brasileira mostra como essa estratégia, em escala, pode construir as bases para os sindicatos de luta, movimentos sociais e construção de partidos que os Estados Unidos precisam bastante.

20º Congresso do Partido Comunista Chinês: o ponto de inflexão

Pierre Rousset¹

O 20º Congresso do Partido Comunista Chinês representa um ponto de inflexão muito simbólico: a prevista ruptura com a ordem política estabelecida na virada dos anos 80 e 90 sob a égide de Deng Xiaoping foi agora consumada. Xi Jinping concedeu a si mesmo um poder pessoal sem precedentes na história da China contemporânea.

O ponto de inflexão também pode ser entendido num sentido mais geral. Sob seus mandatos anteriores, a China de Xi Jinping beneficiou-se de condições excepcionalmente favoráveis para seu crescimento e expansão internacional, para se tornar a segunda maior potência mundial, muito à frente da Rússia. Isso está mudando. Estava no centro da globalização do mercado que está se achatando hoje e não está se recuperando do golpe da pandemia de Covid-19. A inflação descontrolada e a instabilidade financeira suscitam receios de uma recessão total. Os Estados Unidos estão de volta à Ásia-Pacífico após um longo período de impotência nesta região. O conflito inter-imperialista está se intensificando em todos os terrenos, incluindo o de alta tecnologia (semicondutores). Neste contexto, as tensões internas estão se tornando cada vez mais difíceis de serem gerenciadas.

Nada indica, no final do 20º Congresso, que Xi Jinping tenha tomado a medida dos problemas, enquanto ele está ocupado consolidando seu domínio sobre o Estado. A capacidade do regime de orientar o desenvolvimento econômico tem sido, há muito tempo, um trunfo importante na decolagem da China. Entretanto, o novo regime político moldado por Xi agora corre o risco de se revelar uma desvantagem perigosa.

¹ Dirigente da IV Internacional.

Monolitismo interno

As reformas de Deng Xiaoping iniciadas nos anos 80 e 90 visavam envolver a China pós-maoísta no caminho capitalista, assegurando a “burguesificação” de um setor da burocracia e, por outro lado, proporcionando ao país um regime político estável, em benefício das elites. O funcionamento colegiado em cada nível de liderança e a renovação regular dos órgãos dirigentes impediriam, entre outras coisas, a concentração do poder nas mãos de um só homem.

Durante seus dois primeiros mandatos, Xi Jinping trabalhou para estabelecer uma governança que se opunha em todos os pontos ao que Deng havia promovido². O 20º Congresso do PCC foi uma oportunidade para completar o que pode ser chamado de contra-revolução política na China capitalista. Xi está iniciando seu terceiro mandato como chefe do PCC, enquanto anteriormente ninguém podia permanecer no cargo por mais de dois mandatos sucessivos de cinco anos. Enquanto colocava seus parentes em cargos-chave, Deng se contentou em ser presidente da Comissão Militar Central. Xi é presidente da comissão, secretário-geral do partido e presidente da República Popular.

Com sete membros, o Comitê Permanente da Politburo é o núcleo do poder dentro do PCC. Tradicionalmente, ele tinha que incorporar um mínimo de pluralismo de facções e o sucessor designado como Secretário Geral. A questão da sucessão não se coloca, pois Xi pretende assegurar outros mandatos - ele agora veste o hábito de um triplo número 1 para toda a vida.

Li Keqiang sentou-se (sem peso) no comitê permanente como primeiro-ministro. Ele não foi renovado. Ele está perto de Hu Jintao, o Secretário Geral anterior do PCC - o mesmo Hu que foi (aparentemente sem seu consentimento) retira-

² Ver Pierre Rousset, ESSF (article 64494), *Xi Jinping: from one-party dictatorship to one-clique dictatorship*: <https://www.europe-solidaire.org/spip.php?article64494>

do do palco por dois homens de preto durante a sessão de encerramento do congresso - uma visão bastante estranha em uma cerimônia onde tudo é meticulosamente organizado. Além disso, Xi quer marginalizar na governança do país a administração (outra contra-reforma) que Li encarnou. Embora a preeminência do partido tivesse sido assegurada anteriormente, a pluralidade de centros de autoridade deu flexibilidade ao sistema e permitiu que o povo se dirigisse a mais de um interlocutor. A autoridade do partido deve, doravante, ser exclusiva.

Os principais rivais de Xi Jinping foram convidados a se aposentar e não estão sendo renomeados para o novo comitê central de 205 membros, que foi renovado em 65%. Normalmente, o limite de idade para a eleição à liderança do partido é fixado em 68 anos (Xi tem 69 e se prepara para viver por muitos mais anos à frente do PC). Wang Yang (67) foi, no entanto, afastado apesar de ser presidente da Conferência Consultiva Política Popular Chinesa (um órgão composto de “partidos democráticos”, ou seja, frentes categóricas do PCC, o que permite trocas informais); para os observadores de Pequim, ele foi considerado muito liberal economicamente.

Entretanto, devemos ter cuidado para não racionalizar demais os conflitos fracionais dentro do aparato partidário. Estes são muitas vezes lutas pelo poder em vez de orientação. Ou pelo menos devemos evitar levá-los a um confronto entre “reformistas” (Li Keqiang, Wang Yang e assim por diante) e “conservadores”, esperando que os primeiros combatam os segundos. As esperanças depositadas em Deng Xiaoping de democratizar o país em benefício da população se mostraram dramaticamente ilusórias com a repressão sangrenta dos movimentos sociais em 1989. Desde então, três blocos se formaram em torno dos secretários gerais Jiang Zemin, Hu Jintao e Xi Jinping. Ninguém jamais questionou a ditadura do

partido sobre a sociedade ou considerou a possibilidade de uma oposição política organizada, mesmo que os dois primeiros pudessem tolerar uma dissidência individual³.

A peculiaridade de Xi é ter purgado as camarilhas ou facções rivais, pois ele purgou o exército e os serviços secretos. O 20º Congresso foi uma oportunidade para completar seu estrangulamento no aparato do partido-estado.

Os vassalos: Li Qiang, Zhao Leji, Wang Huning, Cai Qi, Ding Xuexiang, Li Xi

A lista dos sete novos membros do Comitê Permanente da Politburo mostra como a lealdade pessoal a Xi é o que mais importa para alcançar o santuário dos santuários. Além de Xi Jinping, inclui, em ordem de protocolo:

Li Qiang (63 anos de idade). Secretário do partido em Xangai, uma metrópole que tem sido o trampolim de muitas carreiras nacionais, ele entra pela primeira vez. Particularidade: foi sob sua autoridade que a implementação especialmente brutal e rígida da política de Covid Zero teve consequências econômicas desastrosas e provocou uma forte resistência popular. Um notório incompetente, mas não importa, ele é um companheiro familiar de Xi (esteve com ele em 2004-2007 na província de Zhejiang, da qual Xi era então o chefe).

Zhao Leji (65 anos de idade). Um elemento do estado policial que colocou seus poderes a serviço de Xi. Ele chefiou o principal fiscalizador anti-corrupção do partido, a Comissão Central de Inspeção Disciplinar, e chefiou o Departamento de Organização, que supervisiona a nomeação de todos os altos funcionários.

Wang Huning (67 anos de idade). Ex-acadêmico, ele é o ideólogo principal de Xi Jinping, seu conselheiro em ideologia, propaganda e política internacional. Seguidor do “neo-autoritarismo”, ele defendeu um Estado forte e centralizado para combater a

³ Agradecimentos a Au Loong-yu por sua colaboração nesse assunto... entteo outros. Veja em ESSF Chinese Communist Party's 20th Congress: One man show disrupted by a nobody.

influência estrangeira e se opôs ao princípio da liderança coletiva (defendido por Deng).

Cai Qi (66 anos de idade). Secretário do partido em Pequim, sua entrada no comitê permanente veio como uma surpresa para os observadores de Pequim. Ele foi um dos principais defensores da política “Zero Covid” de Xi e supervisionou os Jogos Olímpicos de Inverno de 2022.

Ding Xuexiang (60 anos de idade). Pouco conhecido do público. Confidente de Xi Jinping, ele foi seu secretário político em 2007 quando este último liderou o partido em Xangai e o seguiu, tornando-se secretário particular e guardião quando assumiu o cargo de chefe do país.

Li Xi (66 anos de idade). Um membro de longa data do círculo interno de Xi. Ele subiu nas fileiras do partido em várias províncias. Ele agora é líder do partido em Guangdong (onde fica Cantão, Guangzhou), sendo responsável pelo desenvolvimento da Área da Grande Baía, o plano mestre de Xi para uma potência econômica que integra nove cidades chinesas com Hong Kong e Macau.

Quando se trata de poder pessoal, Xi Jinping é muitas vezes descrito como um novo Mao Tse Tung. Esta é uma leitura equivocada. Eles não só pertencem a duas épocas históricas diferentes, mas a equipe que chegou ao poder no PCC em 1935, durante a grande retirada da Longa Marcha, não era formada por vassalos, longe disso. Mao foi capaz de reunir quadros comprovados, personalidades fortes, muitas vezes à frente do corpo do exército, de várias origens. Vários deles até se opuseram a ele nas múltiplas batalhas fracionais que haviam dilacerado o PCC.

Entronização constitucional

Foram introduzidas mudanças constitucionais para elevar ainda mais o status pessoal de Xi Jinping e seu “pensamento”. O congresso aprovou emendas, incluindo os “Dois Establishments”

e as “Duas Salvaguardas”, visando colocar Xi no coração do partido e seu pensamento político como a ideologia subjacente. Criticar Xi ou questionar a validade de seu discurso torna-se um ataque à Constituição!

O culto da personalidade de Xi atingiu alturas ilusórias, como o de Mao no alvorecer da Revolução Cultural (1966-1969). A resolução adotada na reunião plenária de novembro de 2021 do Comitê Central já afirmava, a respeito de Xi, que os tempos atuais representavam “o épico mais magnífico da história da nação chinesa durante milênios”, com “o socialismo com características chinesas [tendo] entrado numa nova era” desde que ele chegou ao poder. Que seu “pensamento é a quintessência da cultura e da alma chinesa” e sua presença no “coração” do partido “é de importância decisiva (...) para promover o processo histórico do grande rejuvenescimento da nação chinesa”.

Na origem do culto de Mao estava o desejo de opor uma autoridade chinesa ao culto de Stalin, que era usado para regimentar a Internacional Comunista, mas uma vez que se tem tal arma em suas mãos, também se usa para ajustar contas ou fortalecer sua mão em lutas fracionais, tenham elas um conteúdo político (muitas vezes tinham na época) ou não. Quanto ao “pensamento”, Xi não é uma continuação de Mao. Embora ele nunca tenha conseguido aprender uma língua estrangeira e não tenha viajado como tantos revolucionários asiáticos, Mao leu o que encontrou na tradução e foi exposto a múltiplas influências intelectuais, chinesas, regionais ou ocidentais. Suas obras oficiais são bastante enfadonhas, mas muitos documentos internos do partido foram tornados públicos durante a Revolução Cultural e são muito mais animados. Não sendo um sinólogo, hesito em me aventurar neste campo, mas alguns consideram que ele tinha uma concepção da história imbuída do taoísmo; ele estava sempre convencido de que as sociedades evoluem apenas sob o impacto de suas contradições internas e, portanto, de lutas sociais. Invocar as

contradições pode obviamente levar ao melhor ou ao pior, como ilustra a história do Grande Timoneiro.

Masculinismo

O Comitê Permanente do Bureau Político não incluiu nenhuma mulher; este continua sendo o caso. Entretanto, desde 1997, sempre houve uma no Bureau (e até duas, por um curto período de tempo). Um sistema de cotas havia sido estabelecido exigindo a presença de pelo menos um quadro em todos os níveis inferiores de liderança, o que contribuiu para um fluxo pequeno, mas constante, de candidatas femininas.

Hoje, o Politburo (24 membros) é inteiramente masculino, Sun Chunlan, conhecido como a Czar Covid, não foi reeleita nem substituída. De acordo com a jornalista do “Guardian” Emma Graham-Harrison, em mais de 70 anos, ela foi uma das três únicas mulheres que se levantaram até agora no aparato do partido com base em sua própria atividade, sem ser esposa de um homem poderoso ou uma “ferramenta de propaganda”⁴! Entretanto, havia rumores de que outra mulher seria integrada ao Politburo (os nomes de duas candidatas estavam circulando). Em uma lista de 205 membros do novo comitê central de votação tornada pública em 22 de outubro, havia apenas 11 mulheres.

O PCC tem quase cem milhões de membros, mas menos de um terço são mulheres, e esta proporção declina em cada etapa da hierarquia. Quando Xi Jinping começou a reprimir sistematicamente as organizações da sociedade civil, ele visou especificamente as feministas que ainda não representavam nenhum perigo. Em geral, o endurecimento do poder de Xi é acompanhado por uma evolução verdadeiramente reacionária sobre as chamadas questões sociais. Para aumentar o declínio da taxa de fertilidade, ele exerce pressão sobre os jovens que resistiram às

⁴ Emma Graham-Harrison, 23 October 2022, The Guardian. Este capítulo sobre masculinismo se inspira fortemente neste artigo. Ver em ESSF (article 64417), [Women pushed even further from power in Xi Jinping's China: https://www.europe-solidaire.org/spip.php?article64417](https://www.europe-solidaire.org/spip.php?article64417)

suas determinações. Nestas condições, teme-se que um dia os direitos reprodutivos sejam postos em questão. Como conclui Graham-Harrison, citando um conferencista “Uma coisa que é segura dizer é que sem a liderança feminina, as questões da mulher estarão sub-representadas”.

Os problemas permanecem

Xi Jinping foi reeleito, mas os problemas enfrentados por seu regime permanecem.

Duas figuras ilustram a extensão das transformações sócio-econômicas durante o período anterior:

* A China e os Estados Unidos representam mais da metade dos bilionários do mundo, com 1.058 para a China (32,8% do total mundial) e 696 para os Estados Unidos (21,6%)⁵.

* O mesmo se aplica às empresas da lista Fortune Global 500 (2020). Na liderança, a China com 124 empresas (24,8% do total) seguida pelos Estados Unidos com 121 empresas (24,2%)⁶.

O dinamismo econômico interno da China está esgotado se acreditarmos nos seguintes dados, em parte extraídos de um artigo da jornalista Helen Davidson⁷.

Uma queda no crescimento do produto interno bruto. Depois de dobrar de 2012 a 2021, o crescimento está diminuindo drasticamente a ponto de, pela primeira vez em trinta anos, ter sido inferior ao da região Ásia-Pacífico.

Desigualdades sociais. Durante o mesmo período, de acordo com dados do Banco Mundial, a renda nacional bruta per capita também dobrou para US\$ 11.890 em 2021. No ano passado, o PCC disse que tinha erradicado a pobreza absoluta

5 Ver em ESSF (article 64437) Russia: An Imperialist Power or a “Non-Hegemonic Empire in Gestation”? A reply to the Argentinean economist Claudio Katz An Essay (with 8 Tables): <https://www.europe-solidaire.org/spip.php?article64437>

6 Fortune Global 500 (2020). Op. cit.

7 Ver em ESSF (article 64334), China’s Communist party congress: everything you need to know: <https://www.europe-solidaire.org/spip.php?article64334>

no país. Entretanto, a desigualdade de renda permanece alta e o surto de Covid teve muitas implicações para os trabalhadores chineses, especialmente aqueles que migram para cidades distantes de suas aldeias de origem. Como o nível de proteção social é muito baixo, as famílias são levadas a economizar o máximo possível. A taxa de desemprego estrutural ultrapassou 5% desde 2019. De acordo com o Escritório Nacional de Estatísticas, em 2019 atingiu o nível recorde de 19,9% para a faixa etária de 16-24 anos.

A crise do mercado imobiliário

O setor imobiliário capturou uma grande parte dos investimentos. Segundo a economista Mary-Françoise Renard, no sentido estrito, ele representa 14% do PIB, mas 30% se incluirmos os setores a montante (cimento ou aço, por exemplo) e a jusante (decoração, móveis)⁸. Existe uma grande interdependência entre estes setores, o que os enfraquece em caso de dificuldades. É exatamente isso que está acontecendo hoje. A urbanização e a necessidade de possuir propriedade para se casar estimularam a demanda, mas também incentivaram a especulação e a superprodução. A crise habitacional tem profundas consequências sociais: muitas pessoas investiram suas economias na compra de apartamentos que talvez nunca sejam construídos ou em novas cidades que permanecerão fantasmas. Ela está afetando todo o setor financeiro e uma crise de endividamento está se aproximando. O governo nacional ou os governos locais às vezes intervêm maciçamente para evitar a falência dos incorporadores, mas isto não resolve nada em substância.

A crise demográfica está tomando forma na China, como em grande parte do leste asiático. Apesar de todos os seus esforços, o governo não conseguiu reverter a tendência de queda das taxas

⁸ Ver em ESSF (article 64411), XXII congrès du PCC: le modèle économique chinois est-il compatible avec les ambitions de puissance et de modernité?: <https://www.europe-solidaire.org/spip.php?article64411>

de natalidade. Em 2021, caiu para seu nível mais baixo em 61 anos, com os jovens denunciando o alto custo de vida, papéis desiguais de gênero, perspectivas de carreira estagnadas e a falta de serviços de maternidade. Menos e menos pessoas estão se casando a cada ano.

Conflitos inter-imperialistas

A reorientação asiática de Joe Biden e a invasão russa da Ucrânia são más notícias para Xi Jinping. Não é possível desenvolver esta questão no contexto deste artigo, mas o período de expansão triunfalista do poder chinês parece ter terminado. Xi não conseguiu fazer Putin dobrar sua política de linha dura que corre o risco de ter consequências significativas para a influência chinesa na Europa Oriental e Ocidental.

As Filipinas, após o retorno ao poder do clã Marcos, estão fortalecendo seus laços com Washington. No Pacífico Sul, Pequim havia assinado um acordo estratégico nas Ilhas Salomão - elas, no entanto, aderiram à iniciativa chamada “Parceria Americana para o Pacífico” em 20 de setembro, na qual já participam quinze estados da região, incluindo as Ilhas Cook e Papua Nova Guiné⁹.

Apesar dos consideráveis investimentos, a China não consegue se recuperar na área chave dos semicondutores de alta tecnologia. Joe Biden está agora fazendo tudo para impedi-lo de adquirir ou desenvolver certas tecnologias avançadas. Entretanto, o grau de interdependência das economias permanece tal que a “fissura” sino-americana não é evidente por si mesma. As empresas transnacionais do bloco ocidental têm uma visão muito negativa do fortalecimento do controle político exercido por Pequim sobre os investimentos, mas não querem reduzir seus lucros realocando sua produção para os Estados Unidos, como exige Biden.

9 Pierre-Antoine Donnet, 10 October 2022, Asialyst : <https://asialyst.com/fr/2022/10/05/tensions-chine-etats-unis-taiwan-radicalisent/> Ver em ESSF (article 64365), Taiwan : les tensions entre Chine et États-Unis se radicalisent: <https://www.europe-solidaire.org/spip.php?article64365>

Xi Jinping quebrou todos os canais de cooperação com Washington, inclusive em matéria de saúde e mudança climática - áreas que deveriam escapar à lógica do confronto entre os poderes. Seu “pensamento” não vai ao ponto de assimilar duas das grandes crises que ameaçam nosso mundo.

De Urumqi a Xangai: Exigências dos Socialistas Chineses e de Hong Kong

Militantes socialistas da China e de Hong Kong

Esta é uma versão ampliada de uma carta escrita por socialistas chineses e de Hong Kong, no continente e no exterior, na noite de 26 de novembro de 2022, quando os protestos irromperam pela primeira vez. A versão chinesa abreviada apareceu pela primeira vez no Borderless Movement, em 27 de novembro. Esta versão foi revisada à medida que os eventos se desenvolviam. Republicada com permissão.

Na quinta-feira, 24 de novembro de 2022, um incêndio começou em um edifício residencial em Urumqi, a capital da região autônoma chinesa Uyghur Xinjiang. [1] O incêndio matou principalmente vítimas Uyghur e feriu muitas mais. Diz-se que estes números são subnotificados, e a tragédia foi resultado da política pandêmica fracassada da China, que restringiu severamente os movimentos dos cidadãos comuns e negou seu acesso às necessidades básicas por períodos prolongados de tempo. Embora essas políticas tenham afetado milhões de cidadãos chineses, Uyghurs e outras minorias étnicas na região de Xinjiang há muito sofreram com o aumento da repressão, até e inclusive com o internamento em massa e a extrema vigilância do governo chinês. Xinjiang também viu implementadas as mais rigorosas políticas de isolamento, com muitos impossibilitados de sair de suas casas por mais de cem dias.

Em resposta, os residentes de Urumqi lançaram um protesto sem precedentes em toda a cidade no sábado 26 de novembro, desafiando a polícia a cercar os edifícios do governo e exigindo o fim das atuais políticas de confinamento. Estas políticas de confinamento deficientes resultaram no fechamento dos portões do complexo pelas autoridades, de modo que os residentes não pu-

deram escapar. Protestos de diferentes tipos se espalharam pelas principais cidades durante a noite. Alguns tomaram a forma de ação coletiva e independente em massa, como a vigília liderada pelos estudantes na Universidade de Comunicação da China em Nanjing e a declaração pública escrita por estudantes de medicina da Universidade de Ciência e Tecnologia de Huazhong em Wuhan. Os cidadãos de Xangai saíram às ruas para intensificar ainda mais sua ação, entoando slogans como “Abaixo o PCC! Abaixo Xi Jinping!”.

Regimes em todo o mundo falharam com seu povo durante a pandemia da COVID-19, e a marca autoritária do capitalismo chinês levou a uma maior restrição dos direitos de seus cidadãos comuns. As condições de trabalho se tornaram ainda mais precárias. No final de outubro, foi revelado que os trabalhadores da Foxconn em Zhengzhou estavam presos em um “sistema de circuito fechado” que restringia seus movimentos e o acesso às necessidades básicas em condições de trabalho forçado. Muitos trabalhadores tentaram fugir das fábricas escalando as cercas. Em vez de exigir a responsabilidade de suas empresas privadas e rever suas políticas de fechamento na região, o governo local respondeu enviando seus quadros à linha de produção da Foxconn para garantir a rentabilidade. Na semana passada, os novos trabalhadores da Foxconn encenaram uma pequena revolta em protesto contra suas condições, e o governo local enviou centenas de policiais com trajes de proteção bacteriológica para ajudar a Foxconn a reprimir os trabalhadores.

Estudantes e trabalhadores de toda a China estão tomando as ruas para exigir responsabilidade por uma política “Zero Covid” que viu seus direitos serem tirados e sua segurança colocada em perigo. Mais uma vez, o povo de Xinjiang teve que suportar o peso das políticas repressivas da China no horrível incêndio de Urumqi. Mas agora a região com alguns dos mais marginalizados do país tornou-se a faísca do que é possivelmente

a maior mobilização em escala da sociedade chinesa em anos. Mais urgentemente do que nunca, os habitantes chineses Han de Xinjiang e em outras regiões da China devem continuar a focar a luta dos Uyghurs e das minorias oprimidas e lutar ao seu lado.

Exigimos responsabilidade pelas vítimas do incêndio de Urumqi, e pedimos uma mudança sistêmica radical:

Exigimos

- Abolir os bloqueios atuais que prendem à força as pessoas em suas casas, negando-lhes o acesso às necessidades básicas.
- Abolir os testes PCR forçados para a COVID-19.
- Permitir que aqueles que estão infectados se isolem em casa, enquanto aqueles com sintomas graves têm direito a tratamento no hospital; cancelar a transferência forçada e o isolamento de indivíduos infectados e não infectados em “hospitais” de cabines móveis.
- Fornecer opções de vacinas múltiplas, permitindo que os indivíduos tenham o direito de escolher seus próprios cuidados de saúde.
- Libertar o manifestante da Ponte Sitong, Peng Zaizhou, e outros prisioneiros políticos que estão sendo detidos dos protestos.
- Convocar o luto nacional pela morte daqueles causados por medidas irresponsáveis de fechamento.
- Assegurar a demissão dos burocratas responsáveis pela má administração da pandemia.
- As medidas de controle da pandemia devem ser informadas por especialistas médicos e conduzidas democraticamente entre o povo.
- Salvaguardar os direitos das pessoas à liberdade de expressão, de reunião, de organização e de protesto.
- Apoiar o poder dos trabalhadores independentes dentro

e fora destes protestos; abolir práticas antitrabalhadores como o horário de trabalho 996 e fortalecer as proteções da lei trabalhista, incluindo a proteção do direito dos trabalhadores à greve e à auto-organização, para que eles possam participar mais amplamente na vida política.

Estratégias

- Se alguém for ameaçado pela polícia, outros devem se levantar para apoiá-lo.
- Não devemos impedir que outros entoem slogans mais radicais, mas tentar priorizar demandas positivas e concretas de mudança sistêmica.
- Mudanças nas autoridades políticas dentro do sistema não seriam úteis a menos que democratizemos completamente o próprio sistema.
- Evite a tática arriscada de ocupação a longo prazo das ruas e praças da cidade - adote a mobilização do estilo “Seja Água” para evitar que as autoridades prendam manifestantes com demasiada facilidade.
- Além de protestar, fortalecer a ajuda mútua e a auto-organização entre as comunidades e os locais de trabalho.
- As pessoas na China hoje estão começando a se mobilizar em torno do protesto de Peng Zaizhou, manifestante da Ponte Sitong, para exigir “democracia, não mais testes PCR forçados”. Não sabemos como este movimento se desenvolverá, mas continuamos incentivando a organização em massa independente por estudantes, trabalhadores e outros grupos marginalizados no continente e no exterior, incluindo a população de Hong Kong, Taiwaneses, Uyghurs e Tibetanos a continuar construindo um programa estratégico de longo prazo para a luta democrática na China.

Somos solidários com este movimento em desenvolvimento e exortamos o governo chinês a respeitar o sustento e as liberdades civis básicas de seus cidadãos.

Manifesto feminista internacional em solidariedade às mulheres iranianas em luta

Várias Autoras

ABAIXO A REPÚBLICA ISLÂMICA!

Mulheres, vida, liberdade.

Liberdade aos presos políticos!

NEM MULÁ NEM XÁ!

Nós, ativistas feministas, figuras públicas, parlamentares e organizações abaixoassinadas de diversos países do mundo, nos solidarizamos às mulheres iranianas que desde setembro de 2022 estão em luta contra a República Iraniana e por justiça para Jina Mahsa Amini. Mahsa era uma jovem mulher de 22 anos de origem curda que foi presa e espancada até a morte pela “polícia da moralidade” da República Iraniana por conta do uso do hijab em desconformidade às leis teocráticas do país.

Desde este assassinato misógeno e inaceitável, mulheres de todo o país tomaram as ruas do Irã em uma revolta feminista e anti-ditatorial pela derrubada da República Islâmica e por igualdade de gênero. As ruas do Irã protagonizam já há quase dois meses protestos multitudinários com protagonismo das jovens mulheres que, em postura de enfrentamento à sanguinária ditadura iraniana e sua moralidade imposta, retiram seus hijabs em público e os queimam, em um gesto de exigência de sua liberdade e do fim do regime teocrático. Mais uma vez, as mulheres estão na linha de frente da luta contra regimes autoritários.

Nos somamos em uma corrente de solidariedade internacional e feminista à revolta das mulheres do Irã contra a ditadura religiosa da República Iraniana. Nos solidarizamos com todas as mulheres e os homens que lutam contra o regime opressor, pelas

liberdades e por direitos sociais. Defendemos a liberdade religiosa de todas as mulheres, escolhendo como e quando professar sua fé. Defendemos a igualdade de gênero para as iranianas diante do Estado, do Sistema Judiciário e do mercado de trabalho. Defendemos a liberdade de organização das mulheres e do povo iraniano contra o autoritarismo. Repudiamos toda a repressão do governo iraniano e de seus agentes de repressão, que já vitimaram centenas de manifestantes e opositores.

Mulher, vida, liberdade.

Abaixo a República Islâmica! Nem Mulá nem Xá!

Liberdade aos presos políticos!

Assinaturas

Juntas! do Brasil

Nuevo Perú do Perú

Coordinadora Socialista Revolucionaria (CSR) do México

l'Union syndicale Solidaires, da França

Emancipa Mulher do Brasil

European Network in Solidarity with Ukraine (ENSU) –
Feminist

Movimento Pretas do Brasil

Resistência Feminista do Brasil

Ukraina-Solidaritet da Suécia

Insubmissas de Portugal

Mulheres da Corrente Socialista de Trabalhadoras e
Trabalhadores (CST) do PSOL/Brasil

Unidade Internacional de Trabalhadoras e Trabalhadores |
Quarta Internacional (UIT-QI)

Movimento de Mulheres Olga Benário, do Brasil

La Aurora da Espanha

Vivi Reis, deputada federal do PSOL/Brasil

Stéfanie Prezioso, parlamentar do Ensemble à Gauche da Suíça
Sâmia Bomfim, deputada federal do PSOL/Brasil
Fernanda Melchionna, deputada federal do PSOL/Brasil
Luana Alves, vereadora de São Paulo, do PSOL/Brasil
Riki Van Boeschoten, professora emérita de Antropologia Social da Universidade de
Tessália da Grécia
Evelyn Capchi, secretária nacional da organização Nuevo Perú do Peru
Helena Hirata, Diretora de Pesquisa Emérita do Centre National de Recherche Scientifique (CNRS) da França
Catherine Samary, membra economista do conselho científico do French Attac da França
Luciana Genro, deputada estadual do Rio Grande do Sul, do PSOL/Brasil
Monica Seixas, Najara Costa, Leticia Chagas, Ana Laura, Karina Corrêa, Poliana Nascimento e Rose Soares, eleitas co-deputadas estaduais de São Paulo, do PSOL/Brasil
Daniela Mussi, professora de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro/Brasil
Brid Smith TD do People Before Profit/Irlanda
Juliana Gomes Curvelo, vereadora de Osasco com a AtivOz, do PSOL/Brasil
Mariana Conti, vereadora de Campinas do PSOL/Brasil
Sonia Mitralia, ilustradora da Grécia
Joan McKiernan, ativista dos Estados Unidos
Elsa Galerand, professora do departamento de sociologia da UQÀM/Canadá
Meghan Keane, ativista dos Estados Unidos
Karen Yamanaka, ativista do Japão
Jess Spear, RISE & People Before Profit da Irlanda
Aude Spang, Labor Union Unia da Suíça

Renata Cambra, do Movimento Alternativa Socialista (MAS)/
Portugal
Béatrice Brérot, poetisa da França
Rohini Hensman, escritora, pesquisadora e ativista da Índia
Guerci Michelle, jornalista e feminista antirracista da França
Tijana Okic, filósofa e ativista da Bósnia e Herzegovina/Reino
Unido
Luciana Boiteux, eleita vereadora do Rio de Janeiro
Sônia Meire Azevedo de Jesus – eleita vereadora de Aracaju do
PSOL/Brasil
Tallia Sobral, vereadora eleita de Juíz de Fora do PSOL/Brasil
Iza Lourença, vereadora de Belo Horizonte do PSOL/Brasil
Gizelle Freitas, Kamila Sastre, Jane Patrícia e Fafá Guilherme da
Bancada Mulheres
Amazônidas, co-vereadoras de Belém do PSOL/Brasil
Lorene Figueiredo, Professora do Departamento de Educação
da UFJF e do PSOL/
Brasil
Paula Nunes, Carol Iara, Simone Nascimento, Mari Souza e
Sirlene Maciel, da Bancada
Feminista, co-deputadas estaduais de São Paulo do PSOL/Brasil
Antonia Cariongo, liderança quilombola e defensora dos direitos
humanos do PSOL/
Brasil
Karol Chaves, ativista dos direitos humanos do PSOL/Brasil
Sara Azevedo, ativista da educação do PSOL/Brasil
Anne Dean, ativista da Trade Union e do Labour Party do Reino
Unido
Angela Alves Machado, ativista da educação e feminista do
PSOL/Brasil

O corredor da morte do Catar e a mão-de-obra migrante invisível considerada indigna de um processo justo

Lucy Harry¹, Carolyn Hoyle² e Jocelyn Hutton³

Novos dados mapeando sentenças de morte nos estados do Golfo mais uma vez destacam o questionável histórico de direitos humanos do Catar.

As autoridades do Catar estão ignorando o direito internacional ao não informar as embaixadas quando seus cidadãos são presos, detidos ou estão pendentes de julgamento por uma sentença de morte.

Nossos novos dados revelam que entre 2016 e 2021, pelo menos 21 pessoas estavam sob pena de morte no Catar. Dos 21, apenas três casos envolveram cidadãos do Catar e apenas um envolveu uma mulher (que foi acusada de assassinato). Os 18 restantes eram compostos de estrangeiros: sete da Índia, dois do Nepal, cinco de Bangladesh, um tunisiano e três asiáticos de nacionalidade desconhecida.

Destes casos, 17 diziam respeito a homicídio e um a uma condenação por tráfico de drogas. A maioria dos casos de assassinato envolveu trabalhadores migrantes do Sul da Ásia, condenados por crimes relacionados ao seu precário status de trabalhador migrante. Os demais casos de assassinato envolveram um homem tunisino e dois acusados, onde as nacionalidades eram desconhecidas.

Em dezembro de 2017, o trabalhador migrante nepalês Anil Chaudhary foi condenado à morte por assassinato de um Catar. Ele foi executado pelo pelotão de fuzilamento em maio de 2020,

1 Pesquisadora de pós-doutorado da Unidade de Pesquisa sobre a Pena de Morte da Universidade de Oxford.

2 Diretora da Unidade de Pesquisa sobre a Pena de Morte da Universidade de Oxford.

3 Pesquisadora da Unidade de Pesquisa sobre a Pena de Morte da Universidade de Oxford.

pondo fim a um hiato de 20 anos na pena de morte no Catar.

Soubemos que a embaixada de Chaudhary só foi notificada de sua execução programada na véspera, deixando-lhes tempo inadequado para dar um apoio significativo nesta fase final do processo judicial. Embora não conheçamos todos os detalhes das circunstâncias de sua ofensa, todo acusado, independentemente da gravidade do suposto crime, deveria ter uma defesa legal justa - Chaudhary não tinha.

A medida que o Catar for se tornando o anfitrião da Copa do Mundo da FIFA, assim também deverá ser, caso seu histórico de direitos humanos. Chaudhary é apenas um dos trabalhadores migrantes invisíveis que são considerados indignos de um processo justo.

Estas últimas descobertas sobre o Catar são parte de nosso projeto mais amplo de Mapeamento de Corredores da Morte, que estamos compilando sobre a prevalência e as experiências de estrangeiros sob pena de morte, ou executados, no Oriente Médio e na Ásia entre 2016 e 2021. Até agora, reunimos informações sobre 1.240 casos, incluindo 625 da região do Golfo, dos quais 330 eram do Sul da Ásia.

A vulnerabilidade de um cidadão estrangeiro preso no exterior é reconhecida no direito internacional com a Convenção sobre Relações Consulares da ONU de Viena de 1963. O Catar aderiu a esta convenção em 1998, que determina que, quando um estrangeiro é preso, detido ou pendente de julgamento em outro estado, as autoridades da nação anfitriã devem informar ao indivíduo, sem demora, que têm o direito de ter funcionários consulares informados de sua detenção e, se o solicitarem, o consulado deve ser notificado imediatamente.

Mas nossa pesquisa descobriu que as autoridades do Catar não honram este acordo na prática. Constatamos que isto ocorre em todo o Golfo para pessoas como Chaudhary - trabalhadores migrantes considerados culpados de crimes sem ter acesso a ad-

vogados que falam sua própria língua e executados sem processos adequados de revisão pós-condenação ou assistência.

Surpreendentemente, o Catar tem a maior proporção de migrantes para cidadãos do mundo: os trabalhadores migrantes constituem 94% da força de trabalho do país e 86% da população total. De fato, a população do Catar cresceu 40% desde o anúncio da oferta da Copa do Mundo em 2010, em grande parte de trabalhadores migrantes não qualificados. No entanto, esses trabalhadores migrantes - em sua maioria do Nepal, Índia e Bangladesh - são uma população altamente transitória e explorada.

Nossas novas evidências também mostram que os crimes capitais pelos quais os trabalhadores migrantes são condenados na região do Golfo como um todo estão intrinsecamente ligados às suas precárias situações migratórias e econômicas.

Evidências condenatórias surgiram sobre o abuso de trabalhadores migrantes, particularmente aqueles que trabalham na infra-estrutura da Copa do Mundo, que morreram devido a condições extremas de trabalho e vida (normalmente devido ao calor, exaustão, alimentação e água insuficientes, provisão médica inadequada e regulamentos de segurança deficientes).

Os nepaleses estão cientes da alta taxa de mortalidade, como nos descreveu um homem que frequentemente viaja para o Catar: “Toda vez que você aterrissa no Nepal, alguns caixões são retirados do avião primeiro”. De fato, os políticos nepaleses relataram que três a quatro nepaleses chegam a casa em caixões vindos do Golfo todos os dias.

Mas sabe-se menos sobre a pena de morte nesta jurisdição, e como a pena capital se cruza com a questão do abuso do trabalhador migrante.

Chaudhary e o “dinheiro de sangue”

O caso de Chaudhary é um desses exemplos. Sabemos que ele viajou para o Catar em 2015 para trabalhar como operário em

uma empresa de lavagem de automóveis. Ele era da aldeia de Au-rahi no distrito de Mahottari no Nepal, uma região com a segunda maior fonte de mão-de-obra migrante do país, caracterizada por alguns como um lugar “onde as ruas não têm homens”, uma consequência de muitos migrantes não qualificados que viajam para os estados do Golfo.

Ele era o único filho de Gita e Shyam. A família contraiu um empréstimo de 150.000 NRS (cerca de £982) para garantir-lhe um emprego no exterior, na esperança de que seu salário os sustentasse enquanto lutavam para ganhar a vida no Nepal. Agora eles ficam desamparados, assim como muitos membros da família que nunca mais voltam do Golfo.

O caso de Chaudhary destaca outra forma pela qual os estrangeiros estão em desvantagem no sistema da pena de morte - isto se refere à prática islâmica da *diyya* ou “dinheiro de sangue”. Sob a lei da sharia existem três categorias de crime, *qesas*, *hudud* e *ta’azir*.

A primeira categoria, *qesas*, abrange crimes como homicídio e agressões, e sob a lei da sharia há opções de restituição e perdão, incluindo “dinheiro de sangue” pelo qual o acusado paga compensação financeira à família da vítima como alternativa à retribuição através da execução. Mas, Chaudhary não pôde se beneficiar desta prática, pois a família de sua vítima se recusou a aceitar a indenização. Pensa-se que os trabalhadores migrantes são muito menos propensos a se beneficiar do dinheiro do sangue, pois é pouco provável que eles possam arcar com o pagamento.

Embaixadas relutantes

Nossas pesquisas sugerem que, mesmo quando notificadas, algumas embaixadas podem não estar prontas para ajudar seus cidadãos que estão enfrentando acusações criminais. Nossos parceiros nos dizem que as embaixadas podem estar relutantes

em ajudar ou dedicar fundos para apoiar essas pessoas porque, como nos explicou Pramod Acharya, um jornalista investigativo do Nepal, eles “não querem dar a impressão de que estão protegendo os criminosos”.

No caso de Anil, a embaixada em Doha pediu 30.000 Riyals do governo nepalês para pagar um advogado para defendê-lo na Suprema Corte. No entanto, este pedido foi feito entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério do Trabalho, que o enviou ao Foreign Employment Board, perdendo tempo precioso. Como Neha Choudhary da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Nepal nos disse, existe também uma “dissonância” entre as várias instituições governamentais no Nepal responsáveis pelos trabalhadores que trabalham no exterior. Ela disse:

“Se houvesse maior coordenação entre os vários ministérios, particularmente o Ministério do Trabalho e o Ministério das Relações Exteriores, assim como os três níveis de governo, muitas das lacunas na garantia dos direitos dos trabalhadores migrantes poderiam ser resolvidas.”

O Conselho do Emprego Estrangeiro Nepali administra um fundo de 6 bilhões de rupias (£38 milhões), a ser utilizado para a assistência dos trabalhadores migrantes, quando necessário. Este fundo é financiado pelos próprios trabalhadores migrantes, que são obrigados a contribuir como condição para sua permissão de trabalho no exterior a partir do Nepal.

As diretrizes, que saíram em 2021, prevêem que o Conselho pode gastar 1,5 milhões de rupias (cerca de £9.500) para contratar um advogado para um trabalhador detido no exterior. No entanto, uma de nossas fontes nos informou que o Conselho de Emprego no Exterior havia dito que eles haviam ajudado menos de quatro desses prisioneiros dessa forma em três anos.

Outras ONGs nos disseram que as embaixadas argumentam que eles têm falta de pessoal e de fundos, assim como

uma coordenação deficiente. Deepika Thapaliya, da Equidem, explicou que a eficácia das intervenções diplomáticas em nome do cidadão estrangeiro dependia do “poder de barganha” do governo estrangeiro, que muitos estados do Sul da Ásia não têm no Golfo porque dependem tanto das remessas (pagamentos enviados para casa por trabalhadores migrantes para sustentar suas famílias em seus estados de origem). O Nepal, por exemplo, obtém um quarto de seu Produto Interno Bruto (PIB) a partir de remessas.

Da mesma forma, a Human Rights Watch and Justice Project Paquistão descobriu que os trabalhadores migrantes paquistaneses na Arábia Saudita não buscaram assistência consular quando confrontados com acusações criminais, “porque não acreditavam que as autoridades paquistanesas oferecessem qualquer assistência, e não queriam desperdiçar dinheiro limitado em tais ligações telefônicas”.

Pensa-se que isto se deve ao interesse dos Estados estrangeiros em manter suas relações econômicas com os países do Golfo e que “as remessas enviadas para casa por centenas de milhares desses trabalhadores a cada mês podem ser mais importantes para o país do que a proteção de um cidadão individual em risco de sobrecarregar as relações com o país anfitrião”.

Pesquisas consideráveis estabeleceram que os estrangeiros são especialmente vulneráveis quando enfrentam a pena de morte no exterior. Eles enfrentam barreiras práticas como a incapacidade de falar a língua de seus interrogadores e carcereiros, estando longe de suas redes de apoio social e econômico, e desconhecendo seus direitos em um sistema de justiça criminal estrangeiro.

Segundo a lei do Catar, por exemplo, somente os advogados do Catar podem representar os réus, e assim os réus estrangeiros não podem contratar um advogado de seu próprio país, que conheça sua língua e esteja mais familiarizado com sua situação.

No caso de Chaudhary, a embaixada nepalesa em Doha considerou esta regra como uma grande barreira para garantir que ele estivesse bem representado, pois era difícil encontrar um advogado do Catar que estivesse pronto para defender um estrangeiro acusado de matar um nacional do Catar. Após reiterados pedidos da embaixada, foi encontrado um advogado, mas somente após sua sentença ter sido pronunciada, tornando muito mais difícil para qualquer condenação ser anulada no recurso.

Os tipos de crimes pelos quais a pena de morte é mantida como punição no Oriente Médio, bem como na Ásia, também são, por sua natureza, mais propensos a envolver estrangeiros, tais como o tráfico de drogas internacional ou o terrorismo.

A questão da falta de notificação consular e da vulnerabilidade dos réus nacionais estrangeiros é aparente em todo o Golfo. Um desses trágicos exemplos inclui o caso de uma trabalhadora doméstica migrante filipina que foi executada em 2017 e cuja embaixada só foi informada de sua execução na véspera. Da mesma forma, dois homens bahrainianos foram condenados à morte por terrorismo na Arábia Saudita em 2021, e é relatado que eles foram submetidos a torturas e maus-tratos e não foram nomeados advogados até que suas sessões de julgamento tivessem começado. O advogado deles não teve acesso a todos os documentos e informações relevantes.

Por outro lado, em outro caso envolvendo uma empregada doméstica filipina que foi condenada à morte nos EAU em 2014 após matar seu empregador em legítima defesa contra agressão sexual, ela recebeu assistência de sua embaixada para apresentar seu recurso e eles foram fundamentais para garantir sua absolvição em 2017. Este exemplo ressalta o papel vital que os consulados podem desempenhar na assistência a seus nacionais que enfrentam uma sentença de morte no exterior - se lhes for dada a oportunidade.

O abuso de trabalhadores migrantes e a pena de morte

Tem havido pouca pesquisa sobre a pena de morte no Golfo. Mas um especialista em pena de morte, Daniel Pascoe, acredita que ela tem algumas das jurisdições de pena de morte “mais secretas” e “prolíficas” do mundo.

Nestes estados “fechados” do Golfo - onde é quase impossível obter informações oficiais sobre o funcionamento da pena de morte - tivemos que utilizar métodos criativos, confiando em várias fontes diferentes para uma triangulação de provas.

Reunimos material de organizações parceiras, incluindo Eleos Justice, Harm Reduction International (HRI), Projeto 39A, Justice Project Pakistan, The Death Penalty Project, Rerrieve, the European Saudi Organization for Human Rights (ESOHR) e a Anti-Death Penalty Asia Network, bem como outros que trabalham no terreno, incluindo advogados, jornalistas e ativistas. Também analisamos a literatura “cinza”, incluindo relatórios de ONGs e artigos da mídia. Os casos que identificamos foram coletados, cruzados para omitir duplicações, anonimizados quando necessário e registrados em nosso banco de dados.

O corredor da morte no Catar

O Catar mantém a pena de morte por fuzilamento ou enforcamento por crimes incluindo assassinato, terrorismo, estupro, tráfico de drogas, traição e espionagem. Aqueles sob pena de morte são mantidos na Prisão Central, em Doha.

Embora as execuções sejam raras, os condenados à morte sofrem muito por causa do “fenômeno do corredor da morte” - reconhecido na jurisprudência internacional como o impacto psicológico da condenação à morte, o que equivale a um tratamento cruel, desumano ou degradante. E de fato, nossos parceiros, como Acharya, nos dizem que aqueles que estão no corredor da morte no Catar vivem em condições apertadas e frias, com

“percevejos e paredes manchadas de sangue”, e raramente são capazes de contatar suas famílias.

O número de sentenças de morte no Catar está aumentando lentamente; desde 2020, pelo menos quatro pessoas foram condenadas à morte por ano, em comparação com uma ou duas sentenças de morte por ano nos anos anteriores.

Além disso, para estrangeiros que enfrentam acusações de homicídio, a nacionalidade da vítima pode ser pertinente. Como a Coalizão Mundial contra a Pena de Morte e os Defensores dos Direitos Humanos observaram: “A história recente sugere que um trabalhador migrante pode ter maior probabilidade de ser condenado à morte e executado por matar um nacional do Catar, ao contrário de um não-cidadão”, sugerindo que algumas vidas são mais importantes do que outras.

Enquanto isso, a ONU observa várias preocupações sobre os direitos humanos no sistema de justiça criminal do Catar. Estas incluem acesso inadequado a aconselhamento jurídico e assistência jurídica em um idioma que o réu possa compreender (que é particularmente relevante para os estrangeiros); restrições à capacidade dos réus de se dirigirem aos tribunais; e o uso de julgamentos na ausência do arguido.

Tanto a ONU como a Anistia Internacional relataram que aqueles sob sentença de morte no Catar alegaram que suas confissões foram feitas sob coação e tortura e “em muitos casos, aqueles que levantaram alegações de tortura não eram cidadãos do Catar”.

O sistema kafala

Desde os anos 50, o sistema de migração kafala surgiu para facilitar a migração a curto prazo, sem nenhuma perspectiva de o migrante obter a cidadania. Sob este sistema, um trabalhador migrante deve ser patrocinado por um nacional do Golfo (que se torna seu kafeel). O status legal de um trabalhador no país

anfitrião depende de seu emprego e relação com seu kafeel. Esta dependência torna os trabalhadores não qualificados suscetíveis a duras condições de trabalho e vida, altas taxas de recrutamento (que deixam os trabalhadores migrantes endividados), confisco de passaporte (para que não possam sair), retenção de salário, e o empregador substituindo seu contrato por um com condições menos favoráveis.

Alguns trabalhadores migrantes são mais vulneráveis que outros - especialmente os trabalhadores domésticos que trabalham na esfera doméstica não regulamentada, não cobertos pelas leis trabalhistas. Os trabalhadores migrantes não podem filiar-se a sindicatos ou fazer greves. Se eles deixam seu emprego sem permissão de seu empregador, ou permanecem no país além da duração do visto temporário, enfrentam multas, detenção, deportação e uma proibição de reentrada.

Estas condições colocam os trabalhadores em uma situação que equivale a trabalho forçado. E, de fato, a ONG de direitos humanos Reprieve observa que:

“A desvantagem socioeconômica e os ambientes de trabalho geralmente abusivos sofridos por muitos trabalhadores migrantes nos estados do Golfo e sudeste asiático os tornam especialmente vulneráveis ao tráfico de pessoas e a enfrentar a pena de morte por crimes decorrentes de seu tráfico e exploração.”

Para os estrangeiros condenados à morte por tráfico de drogas, nossos dados sugerem que o sistema kafala cria as condições para o tráfico de drogas, com muitos dos que estão no corredor da morte em toda a região alegando terem sido forçados, enganados ou coagidos a ingerir cápsulas de drogas pelos agentes que arranjaram seu emprego no Golfo.

Esta tendência tem sido relatada em outros lugares da região, por exemplo, um relatório da Human Rights Watch and Justice Project Paquistão sugeriu que agências de recrutamento de mão-de-obra no Paquistão podem estar envolvidas no tráfico de

drogas, expondo trabalhadores migrantes paquistaneses a riscos de encarceramento e execução. O relatório afirma:

“Em vários casos, detentos e familiares alegaram que homens envolvidos nas empresas de recrutamento que enviaram paquistaneses à Arábia Saudita os forçaram a traficar drogas para a Arábia Saudita.”

Conclusões do Grande Golfo

O sistema kafala opera em toda a região e desempenha um papel nos casos de pena de morte em todo o Golfo. A maioria dos outros casos de pena de morte que encontramos foi na Arábia Saudita, onde os delitos com drogas representam cerca de 60% (221 casos em 385) de todas as sentenças de morte nacionais estrangeiras. Na Arábia Saudita, o tráfico de drogas é responsável pelo número desproporcional de paquistaneses sujeitos à pena capital, com mais cidadãos paquistaneses executados anualmente do que qualquer outra nacionalidade estrangeira, a maioria por contrabando de heroína.

Também encontramos 130 cidadãos estrangeiros sob pena de morte ou executados por homicídio na Arábia Saudita durante este período (o que constitui 34% do total de estrangeiros que enfrentam a pena de morte nesta jurisdição por todos os crimes). Estas pessoas eram predominantemente do Iêmen, Paquistão, Filipinas e Egito. A maioria (cerca de 89%) era do sexo masculino.

Nos Emirados Árabes Unidos, encontramos 114 estrangeiros que enfrentavam a pena de morte por homicídio. Muitos eram da Índia, Paquistão e Bangladesh, sendo que 82% eram homens. Curiosamente, encontramos pelo menos 27 homens indianos que haviam sido condenados à morte após crimes violentos relacionados com suas atividades de contrabando. Encontramos 31 estrangeiros que foram condenados à morte por tráfico de drogas, das seguintes nacionalidades (em ordem de maior número):

Paquistão, Irã, Afeganistão, Índia, Omã e Arábia Saudita. Números menores (menos de 10 por categoria) de estrangeiros foram condenados por outros crimes, como estupro, roubo, adultério, terrorismo e sequestro de crianças.

Encontramos menos casos nas duas jurisdições restantes. No Bahrein, registramos 17 estrangeiros no corredor da morte por homicídio durante este período de nações como Bangladesh, Nepal e Filipinas, todos do sexo masculino. Também encontramos um caso de um homem estrangeiro de outro estado do Golfo (nacionalidade exata desconhecida) tendo sido condenado à morte por tráfico de drogas, e um nacional nepalês condenado à morte por estupro.

Um caso ilustrativo é o de um filipino que, de acordo com informações da mídia, foi condenado no Bahrein por matar um paquistanês que havia levado o passaporte do filipino como garantia de um empréstimo que havia feito a ele. O filipino estava procurando outro emprego e ele precisava do passaporte para poder apresentar um pedido de emprego. Ele supostamente matou o paquistanês para recuperar seu passaporte e não ter que pagar o empréstimo.

Finalmente, no Kuwait encontramos 12 casos de estrangeiros sujeitos à pena capital de 2016 a 2021 por homicídio (em comparação a um total de 47 estrangeiros para todos os crimes). Eles vieram de lugares como o Egito, a Etiópia e as Filipinas. Aqui, sete eram homens e cinco eram mulheres - esta jurisdição destaca o fenômeno dos trabalhadores domésticos que enfrentam a pena de morte após a atuação em autodefesa contra seu empregador. As empregadas domésticas também são às vezes vistas como bodes expiatórios convenientes para atribuir a culpa por um assassinato cometido por outra pessoa.

Por exemplo, o caso de Jakatia Pawa, que foi executada em 2017 após ser acusada de matar a filha de seu empregador, apesar de seu DNA não corresponder ao encontrado no local

do crime. De acordo com informações da mídia, a juíza se recusou a ouvir qualquer testemunho da própria empregada e a embaixada só foi informada de sua iminente execução no dia em que ela foi realizada.

Com relação a outros crimes: há quatro casos de tráfico de drogas no Kuwait; um caso de pena de morte por acusações políticas; e um outro caso de pena de morte por crimes de roubo, sequestro e estupro. Há também 29 casos de cidadãos estrangeiros nesta jurisdição cujos crimes são desconhecidos. Em conjunto, todas estas histórias revelam as dificuldades particulares que os trabalhadores migrantes em todo o Golfo enfrentam.

“Sportswashing”

A Anistia Internacional cunhou o termo “sportswashing” - referido como estados anfitriões de eventos esportivos de alto nível para tentar ocultar seus maus antecedentes em matéria de direitos humanos. Exemplos disto incluem o Brasil sediando a Copa do Mundo de futebol em 2014 e a Rússia sediando o mesmo em 2018. A Anistia Internacional lançou campanhas à luz desses eventos e o fez também para a Copa do Mundo do Catar.

Com a proximidade do início da Copa do Mundo, houve relatos de trabalhadores sendo demitidos depois que uma circular foi emitida pelo governo do Catar exortando as empresas a reduzir o número de trabalhadores migrantes no país antes do início dos jogos. Nos últimos meses, os trabalhadores foram enviados para casa em grande número sem serem pagos, com ativistas preocupados em apagar sua presença antes que a mídia e os espectadores do mundo chegassem. Alguns dos que protestaram contra a retenção de seus salários foram presos e deportados, em busca de uma ordem à polícia. Como Acharya descobriu:

“Estes trabalhadores estão muito infelizes por terem trabalhado muito, eles trabalharam muito para tornar este torneio possível. Mas há apenas alguns meses atrás, eles foram manda-

dos para casa e não de uma boa maneira. Eles [as autoridades do Catar] se comportaram como se fossem criminosos e foram enviados para casa.”

A Fifa sustentou que “não tem conhecimento de nenhuma política no país anfitrião” que obrigue os trabalhadores a deixar o Catar antes da Copa do Mundo e que está “em contato com nossas equivalentes” no Catar e na Organização Internacional do Trabalho para “examinar casos específicos em que as empresas possam ter rescindido contratos de maneira imprópria”. A Fifa diz que estão sendo feitos progressos nos direitos dos trabalhadores e nas condições de trabalho no país e que também existem mecanismos de compensação em vigor.

A competição atual produziu discussões acaloradas no futebol sobre possíveis boicotes devido ao mau histórico de direitos humanos do Catar.

Outros estão pedindo algo visível no próprio torneio. Acharya argumenta que as pessoas no Nepal estão esperando por algum reconhecimento do sacrifício que tantos de seus amigos e familiares têm feito. Eles dizem “não poderíamos ter suas vidas de volta, mas seria bom se eles pudessem reconhecer ou honrar a contribuição desses trabalhadores”.

É possível que as ações de protesto também se concentrem nesta população invisível de trabalhadores migrantes no corredor da morte, muitos dos quais são vítimas de tráfico, abuso do trabalho, tortura na prisão e, em última instância, para alguns, condenações injustas.

A direita golpista conseguiu destituir Castillo: lutemos para que todo o Congresso se vá

Súmate al Nuevo Perú¹

Desde o primeiro momento em que a direita descobriu que foi derrotada no segundo turno das eleições gerais, essa mesma direita racista e classista, política, empresarial e midiática não aceitou que uma pessoa do campo, um professor rural, de língua quechua e vestindo um sombrero fosse presidente, mesmo que Castillo atualmente não coloque em risco os interesses econômicos da classe empresarial e tenha uma linha de continuidade neoliberal, eles ainda não aceitam que um presidente com essas características deveria ter vencido as eleições; classismo e racismo é a combinação para dar vida ao golpe.

A declaração de guerra foi feita por Keiko e López Aliaga no mesmo dia do segundo turno, quando viram que haviam sido derrotados, o golpe de estado realizou manobra após manobra desde o primeiro dia; bateram às portas da OEA, o quartel das Forças Armadas, e até tentaram levar os resultados eleitorais ao tribunal.

Depois, a ofensiva continuou no Congresso, em 15 meses as bancadas reacionárias concentraram-se em questionar, censurar os ministros e buscar a queda de Pedro Castillo, promoveram duas tentativas fracassadas de vacância. Eles transformaram o Congresso em uma trincheira a serviço dos grupos de poder e da corrupção, fazendo recuar as reformas do referendo, com contrarreformas antidemocráticas, até mesmo restringindo o direito ao referendo para uma Assembleia Constituinte, protegendo os corruptos, fazendo e desfazendo como quiserem,

¹ Tendência socialista peruana do partido Nuevo Perú

em um momento de crise e grandes necessidades, este Congresso funciona virando as costas para os trabalhadores e para o povo.

O governo Castillo, logo após tomar posse, perdeu sua direção política, e diante da escolha entre confiar na organização e na mobilização para avançar no processo de mudança, e adaptar-se ao regime, este último foi o caminho que tomou, priorizando a continuidade a fim de sobreviver. Além disso, a questão da corrupção no séquito de Castillo foi um fato concreto que enfraqueceu o governo. Embora tenha sido pelo voto popular e um programa de mudanças que levou Castillo ao poder, ele nunca foi realmente de esquerda.

Após duas tentativas de vacância pela direita, hoje, 7 de dezembro, a terceira moção de vacância foi discutida no Congresso. Ao mesmo tempo, a direita tinha um plano B que foi a suspensão de funções por 5 anos através de uma denúncia que o Ministério Público fez a Castillo por traição ao país, que também a comissão de denúncias constitucionais do Congresso rapidamente lhe deu curso para que pudesse ser discutida no plenário. Nas horas da manhã, Castillo deu um passo errado que lhe custou a presidência, uma medida desesperada sem força, sem se articular mesmo com seu gabinete (dentro de 30 minutos após anunciar a dissolução do congresso, 10 de seus ministros se demitiram). E assim, diferentes setores estavam se manifestando, deixando Castillo cada vez mais só e enfraquecido.

A única coisa que esta medida conseguiu foi que a direita aproveitasse este revés para que o Parlamento conseguisse o golpe que tanto almejava. Castillo foi demitido e detido. Dina Boluarte (vice-presidente), que já havia se distanciado de Castillo, demitindo-se do gabinete, assumiu o cargo. Em um cálculo político, ela buscou um acordo com os setores liberais e decidiu assumir como substituta de Castillo. Em suas primeiras declarações, ela pediu a unidade nacional e um pacto de governabilidade com a direita fascista, e não disse nada sobre ir

a um processo eleitoral geral. O tsunami ainda não passou, o tabuleiro político está sendo reordenado e os diferentes setores estão processando esta nova situação.

Nossa política e a construção de uma ferramenta estratégica

É evidente que não há uma liderança consistente, nenhuma ruptura com o modelo que encorajaria a mobilização e a luta pelas demandas dos diferentes atores sociais. Esta é uma tarefa de longo prazo a ser resolvida, enquanto isso, devemos procurar promover um grande bloco popular e constituinte.

A direita autoritária quer se manter no Congresso, não podemos permitir isso, deixá-los sair todos e convocar uma eleição antecipada. Mas elas não podem ser realizadas com as mesmas regras atuais, e dada a falta de representação política que estamos experimentando, mudanças ou reformas nas regulamentações eleitorais são necessárias para garantir que elas sejam mais democráticas e participativas.

Ao mesmo tempo, o povo peruano e especialmente os mais vulneráveis estão passando por momentos econômicos muito críticos em lares populares, e esta crise certamente se agravará e terá um impacto ainda maior. É necessário um plano de emergência, começando com a tributação do superlucro da mineração, acabando com a evasão e exoneração de impostos, cobrança de dívidas de empresas que devem milhões ao Estado, etc.

E finalmente, como solução fundamental para a crise, no dia das eleições gerais, incorporar uma segunda urna para que o povo possa decidir sobre a necessidade de uma Assembleia Constituinte.

Para alcançar estas exigências, organização e luta são necessárias como ferramenta fundamental que os trabalhadores e o povo têm, e hoje mais do que nunca devemos conseguir registrar o Nuevo Peru na Junta Nacional Eleitoral no caminho para construir uma referência para uma nova esquerda.

Negritude do MES

Encontro do Movimento Negro do MES em SP: o avanço da organização de um polo negro socialista

Ana Laura Cardoso¹ e Guilherme Montenegro²

A organização de negras e negros como uma necessidade histórica

As lutas sociais no mundo são historicamente influenciadas pelos levantes negros. Desde a revolução haitiana em 1791, que dois anos após revolução francesa reivindicou a libertação de seu povo escravizado pelos próprios franceses que pregavam liberdade, igualdade e fraternidade até as revoluções africanas que culminaram com a descolonização de África no século XX, fortemente influenciada pela Guerra Fria e pelo marxismo. O que dizer do próprio Brasil, influenciado pelas lutas quilombolas e pelas revoltas regionais no período regencial?

Fato é que pós segunda metade do século XX, a expressão da organização do movimento negro nos EUA a partir das lutas por direitos civis e a constituição do Partido dos Panteras Negras, com forte caráter de raça e classe, em um país símbolo do capitalismo moderno com forte divisão racial, viria influenciar o mundo, sobretudo as ex colônias com população majoritariamente negra a se levantarem internacionalmente contra o racismo produzido pelo projeto de dominação econômica da burguesia.

O Brasil foi uma grande expressão dessa influência, caracterizada, por exemplo, na música *Tributo a Martin Luther King*, do cantor Wilson Simonal em 1967:

¹ Mãe de 2, do candomblé, cria de itapevi, coordenadora da Rede Emancipa, codeputada estadual pelo Movimento Pretas.

² Geógrafo, comunicador, militante do Movimento Negro e dirigente do MES-SP

“Sim, sou um negro de cor
Meu irmão de minha cor
O que te peço é luta sim
Luta mais
A luta está no fim”

Quando Simonal menciona que “a luta está no fim”, o sentimento incorporado pelo cantor é de que as lutas do movimento negro no mundo estariam em um estágio avançado, de inclusive abolir o racismo.

Apesar da influência, é importante afirmar que as particularidades históricas do Brasil também influenciaram no histórico de organização da população negra nas lutas sociais, em grande parte pelo mito da democracia racial, que ainda que com menos influência, produz até os dias de hoje uma dificuldade de autoafirmação do sujeito negro, além de servir como um mecanismo de contenção de revoltas populares, já que a revolta do negro pode ser lida muitas vezes, como “radical demais”, em uma sociedade miscigenada.

O rompimento teórico com esse mito começou com figuras como Abdias do Nascimento, Florestan Fernandes e Virgínia Bicudo nas décadas de 50 a 70, mas foi só com uma expressão de organização popular que o Movimento Negro viria a pautar a agenda política nacional, a partir da criação do MNU em 78, inclusive com forte caráter internacional, presente nas lutas contra o apartheid na África do Sul, por exemplo. O momento posterior, da redemocratização, da fundação do PT e da constituinte teve intensa participação de figuras que construíam o movimento negro, inclusive em organizações trotskistas, como a Convergência Socialista.

Esse resgate histórico serve para abrir um debate com a esquerda brasileira sobre o papel da luta antirracista em um programa anticapitalista. Esses apontamentos sobre a influ-

ência da população negra nas lutas sociais ao longo da história deveriam ser parte constituinte da formulação marxista sobre a formação do capitalismo tal qual ele se organizou a partir da colonização e escravização de povos em África e América, povos esses que, a partir de justificativas eugenistas estiveram à margem do próprio processo de exploração da força de trabalho nos moldes europeus.

O encontro do movimento negro do MÊS-SP, realizado na cidade de Mairiporã, nos dias 3 e 4 de novembro teve como objetivos, a formação política das nossas fileiras de militantes negras e negros espalhados pelo Estado, com uma base teórica fortemente influenciada pela intersecção entre raça, classe e gênero a partir da leitura de *Racismo Estrutural* de Silvio de Almeida e *Racismo e Sexismo na cultura brasileira*, de Lélia Gonzalez, além do fortalecimento da inserção da militância negra nos mais diversos trabalhos e espaços de direção da corrente. Entendendo que a reflexão sobre a centralidade do debate que foi feito nesse fim de semana deve estar presente no balanço e na elaboração política e organizativa que a corrente fará em sua próxima Conferência Nacional, apresentamos esses acúmulos para a militância.

As tarefas imediatas

Nossa tarefa central enquanto socialistas é buscar nas crises sistêmicas, as vias de organização da classe contra a exploração capitalista. Quando esvaziada de um sentido histórico e prático, essa tarefa se torna irrealizável diante da complexidade que o capitalismo alcançou. Quando se observa o acirramento das desigualdades no Brasil, fica evidente que se trata de um projeto de marginalização racial, que organiza a divisão de classes. Portanto, quando Silvio de Almeida traz em *“Racismo Estrutural”* a expressão lembrada por Guerreiro Ramos que a intelectualidade brasileira usava para se referir a questão racial (o *“problema do negro”*), devemos nos questionar se essa lógica não atravessa o

pensamento marxista até hoje, já que ainda sobram resquícios do que é chamado por Maria Aparecida Bento de “pacto narcísico da branquitude”, responsável pela não caracterização da questão racial como “o problema brasileiro”, “o problema do capital” ou até mesmo “o problema da branquitude”.

Isso se reflete na própria capacidade de organização que a esquerda atravessa, que pode ser analisada sob a ótica do abandono das bases das organizações históricas da classe trabalhadora por uma capitulação a uma perspectiva de administração do estado burguês, mas também pela própria falta de identidade histórica negra e periférica das organizações políticas. É exatamente nesse “vácuo” político que se impõe também a disputa com a extrema direita e o fundamentalismo, que com os métodos mais sujos conseguem fazer parte do contexto social dessa população.

Também é nesse contexto contraditório que surgem as respostas, quase sempre espontâneas de parte dos nossos. Quando um familiar é morto pela violência policial ou pela precariedade do sistema de saúde, quando um filho é preso injustamente ou uma filha humilhada na escola por ter o cabelo crespo. São as faíscas que produzem grandes levantes como vivemos em 2020 com George Floyd, uma indignação capaz de mobilizar internacionalmente a comunidade negra por mudanças na segurança pública e que passaram inclusive pela exitosa derrota de Trump, assim como não seria possível derrota de Bolsonaro no Brasil sem um forte elemento de denúncia de seu projeto racista de país, rejeitado pela população negra em massa, segundo pesquisas.

Nossa mais contundente crítica sobre esse processo deve ser sobre a ausência de uma direção capaz de organizar as massas, dado o potencial que existe na luta antirracista de mobilização da indignação frente as urgências do nosso povo, afinal sendo o racismo o elemento que organiza, segundo Silvio de Almeida, a superexploração do trabalho, o processo de avanço da consciência racial produzirá concretamente um grande levante de classe

no Brasil, como diria o sambista Wilson das Neves “O dia em que o morro descer e não for carnaval”. Para isso é necessário trabalharmos sobre consciência a partir da chave que nos apresenta Lélia Gonzalez, como um mecanismo ideológico que encobre o próprio senso comum, mas também a memória como um recurso dinâmico que pode alterar o sentido dessa consciência.

Os apontamentos práticos sobre esse tema, a partir do acúmulo do Encontro é a transversalidade da luta antirracista nas mais diversas elaborações programáticas, tais como Saúde, vide o exemplo da companheira Luana Alves, que em seu mandato como vereadora encampa a saúde da população negra e indígena como pautas estruturantes ou o exemplo de combate ao racismo ambiental que permitiu a relação do mandato da companheira Monica Seixas com comunidades quilombolas e indígenas, dentre outras experiências que demonstram que o impacto da luta antirracista é sobre a totalidade e sobre o necessário enfraquecimento da lógica capitalista, por isso não nos interessa nenhuma saída liberal.

Um momento histórico para o MES

O crescimento da nossa fileira de militantes negras negros, nosso enraizamento nas periferias e nas regiões do Brasil, assim como o avanço da nossa elaboração antirracista é uma vitória de conjunto da nossa organização e vai de encontro ao nosso objetivo estratégico de se apresentar enquanto alternativa frente a um processo de reorganização da esquerda no mundo,

Esse fenômeno é muitas vezes observado apenas sob a lógica de ocupação do parlamento, o que pra nós, representa sim um grande avanço, com a eleição de figuras como as Pretas (Monica Seixas, Ana Laura, Najara Costa, Karina Correa, Rose Soares, Poliana Nascimento e Leticia Chagas), Luana Alves, Juliana do Ativoz, Débora Firmo, Vivi Reis, Professor Josemar, dentre outras figuras e coletivos que constroem o MES, mas isso não basta

para quem tem a tradição socialista como bússola. Nossa luta é para que sejamos mais do que uma organização que conta com um setorial, mas que sejamos a própria ferramenta antirracista capaz de organizar militantes das mais diversas regiões.

As frentes de trabalho que se referenciam no MES são essenciais nesse processo. A própria experiência do Emancipa enquanto um movimento social de educação popular centrado nas periferias forjou uma importante leva de dirigentes da corrente que hoje são responsáveis por essa elaboração. O Juntos foi essencial na luta por cotas, sobretudo na USP e na UNICAMP, o que permitiu que uma nova geração de jovens negras e negros pudesse ocupar as universidades e questionar a ordem vigente. A TLS tem atuado no enegrecimento da luta sindical, trazendo a necessidade de uma caracterização sobre os desafios da classe trabalhadora ultra precarizada. A entrada dos companheiros da FNL no MES traz o contato com as lutas por terra e moradia em um país que nunca fez uma reforma agrária, deixando a maioria da população negra sem terra, trabalho e moradia.

Esse encontro de tradições e gerações de militantes eleva nosso desafio diante dessa conjuntura de espoliação da classe trabalhadora, mas também situa nossa corrente diante da necessidade de ser consequente com a luta antirracista em um momento onde grande parte da esquerda corre o risco de novamente anestesiar as lutas sociais em favor de uma governabilidade que rifa nossas pautas.

